

Universidade e Sociedade em Diálogo

Temos Fome de Quê?



Organizadores

Wellington Pinheiro dos Santos
Jowania Rosas de Melo
Maria Christina de Medeiros Nunes
Edilson Fernandes de Souza

Universidade e Sociedade em Diálogo

Temos Fome de Quê?



PROEXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero de Barros Marques
Pró-Reitor de Extensão: Prof. Edilson Fernandes de Souza
Diretora de Extensão Acadêmica: Maria Christina de Medeiros Nunes
Diretora de Extensão Cultural: Profa. Mannuela Costa
Coordenadora de Gestão da Extensão: Jowania Rosas de Melo
Coordenador de Gestão da Informação: Prof. Wellington Pinheiro dos Santos
Coordenadora de Gestão Organizacional: Eliane Aguiar

Design Gráfico:

Mariana Montenegro Carvalho de Vasconcelos
Prof. Wellington Pinheiro dos Santos

Capa:

Mariana Montenegro Carvalho de Vasconcelos

Coordenação Geral:

Prof. Wellington Pinheiro dos Santos

Revisão:

Os textos são de responsabilidade dos autores.

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

U58 Universidade e sociedade em diálogo : temos fome de quê? / organizadores : Wellington Pinheiro dos Santos, Jowania Rosas de Melo, Maria Christina de Medeiros Nunes, Edilson Fernandes de Souza. - Recife : PROEXT, 2012.
[132] p. : il.

Vários autores.

ISBN 978-85-415-0078-4 (e-book)

1. Universidade Federal de Pernambuco. 2. Extensão universitária - Recife (PE).
3. Comunicação e cultura. I. Santos, Wellington Pinheiro dos (Coord.) II. Melo, Jowania Rosas de (Org.) III. Nunes, Maria Christina de Medeiros (Org.) IV. Souza, Edilson Fernandes de (Org.).

378.175

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2012-073)

Universidade e Sociedade em Diálogo

Temos Fome de Quê?

Organizadores

Wellington Pinheiro dos Santos
Jowania Rosas de Melo
Maria Christina de Medeiros Nunes
Edilson Fernandes de Souza

Recife, 2012

Apresentação

Esta edição do caderno Universidade e Sociedade em Diálogo, com o tema “Temos Fome de Quê?”, é uma coleção dos resultados dos principais trabalhos apresentados nos eventos conjuntos Universidade e Sociedade em Diálogo 2011, XI Encontro de Extensão (ENEXT), e do IV Fórum de Extensão Pesquisa Ensino, ocorridos nos dias 18 e 19 de outubro de 2011.

Os resultados estão em formato de capítulo de livro, e consistem em relatos de experiência, ensaios e trabalhos em pesquisa-ação, distribuídos ao longo de quatro eixos temáticos: a) Tecnologia e Trabalho; b) Educação e Direitos Humanos; c) Comunicação e Cultura e d) Saúde e Meio Ambiente.

Nesta edição do caderno Universidade e Sociedade em Diálogo foram compostos 14 capítulos:

“Experiência do livro Senhoras do Coque”: consiste no relato das ações que envolveram a construção de narrativas com cinco senhoras da Comunidade do Coque, localizada próximo ao centro do Recife, na Ilha Joana Bezerra.

“A Experiência do Pró-Jovem Campo - Saberes da Terra em Pernambuco: Reflexões sobre as Políticas Curriculares de Formação de Educadores/as na Educação do Campo”: relato de experiência com a finalidade de contribuir na discussão a cerca do programa Pró-Jovem Campo - Saberes da Terra a partir das vivências de monitoras na formação de educadores.

“Cultura nas Quartas”: relato de experiência na construção de espaços de incentivo e promoção do gosto pela arte e pela cultura como forma de fortalecer laços de interação e pertencimento na comunidade acadêmica.

“Circuito Didático Musical nas Escolas Públicas”: projeto de incentivo à divulgação da música pernambucana pelo uso da clarineta, promovendo a interação entre estudantes e professores dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Música da UFPE e a sociedade em geral, realizando concertos oficiais e didáticos.

“Desenvolvimento Territorial e Gestão Solidária para Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores de Materiais Recicláveis em Pernambuco”: apresenta os resultados do trabalho realizado na perspectiva do empreendedorismo entre os catadores.

“Diversidade Linguística e Fortalecimento da Identidade Sócio-Histórico-Cultural no Ensino de Linguagem e seus Códigos no Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra - PE”: apresenta os resultados da pesquisa da diversidade linguística observada

em jovens e adultos camponeses atendidos pelo Programa Pró-Jovem Campo - Saberes da Terra.

“Humanização: Notas sobre Justiça Restaurativa”: neste ensaio é apresentado o conceito de Justiça Restaurativa e a sua importância para a construção de uma cultura de paz.

“Mentoria e Iniciação Profissional de alunos de Escolas Públicas no Mercado de Trabalho”: apresenta os resultados da pesquisa ação construída a partir do Programa de Educação Tutorial - PET Conexões dos Saberes, buscando avaliar o impacto do trabalho de mentoria e de suas funções na iniciação profissional de estudantes do ensino médio de escolas públicas.

“Oficina de Recicláveis: Construindo estratégias para reutilização de garrafas pet em escolas públicas do município de Vitória de Santo Antão”: apresenta o resultado de oficinas de capacitação para reciclagem de garrafas pet, realizadas em escolas públicas municipais em Vitória de Santo Antão. No texto são apresentados todos os passos para a construção de bancos pufe com garrafas pet, de forma bastante ilustrativa. Texto bastante rico em fotos.

“Performance Musical: Uma Interação Universidade/Sociedade”: projeto de incentivo à divulgação da música pernambucana a partir do grupo musical Clarineta Ensemble UFPE, promovendo a interação entre estudantes e professores dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Música da UFPE e a sociedade em geral, realizando concertos oficiais e didáticos.

“Programa de Apoio à Saúde da Mulher na Escola Olga Benário Prestes”: por meio de ações lúdicas e educativas, envolveu discentes e docentes dos cursos de Medicina, Odontologia e Fisioterapia da UFPE, levando informações às mulheres reeducandas matriculadas na Escola, acerca dos cuidados com a saúde, contemplando temas relativos à higiene corporal e ambiental, saúde bucal, autoestima, DSTs, AIDS, violência, maternidade e família, sempre sob a ótica da melhoria da qualidade de vida.

“Programa de Extensão UFPE na Praça: Contribuições do Profissional de Enfermagem nas Intervenções da Equipe Multiprofissional”, traz um relato das experiências realizadas em atenção à saúde dos moradores no Município da Vitória de Santo Antão, Pernambuco, sendo composto por discentes e docentes da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória.

“Conversando sobre direitos sexuais e reprodutivos com mulheres e homens jovens de camadas populares: a experiência do grupo MUDA”: ensaio cujo objetivo é compartilhar a experiência do MUDA - grupo de extensão universitária da UFPE formado por mulheres estudantes da graduação e pós-graduação e profissionais de Psicologia, vinculadas ao Laboratório de Sexualidade Humana (LabEshu) da UFPE. O projeto surgiu a partir do interesse em construir ações que visibilizassem, problematizassem e facilitassem o acesso aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos, tendo como um dos objetivos promover um espaço na clínica Psicológica da UFPE para realização de oficinas semanais com jovens residentes no entorno do campus Recife, construindo saberes sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos.

“Universidade Aberta à Terceira Idade: Espaço de Troca de Saberes Sobre Sexuali-

dade Entre Idosos, Discentes de Graduação e Profissionais da Saúde”: o ensaio apresenta os resultados da pesquisa ação realizada com 35 idosos, baseada em estudo quantitativo e descritivo a respeito das questões do envelhecimento e da vivência da sexualidade. A sexualidade foi abordada em 10 encontros dialogados com profissionais e estudantes de graduação.

Todos esses textos servem como uma amostra do quanto a nossa instituição avançou e tem avançado na perspectiva da sua missão extensionista, buscando a construção de espaços de diálogo entre a Universidade e os diversos setores da Sociedade, proporcionando interações dialógicas com vistas à transformação social.

Boa leitura!

Edilson Fernandes de Souza
Pró-Reitor de Extensão da UFPE

Capítulo 1

A Experiência do Livro Senhoras do Coque

Francisco Ludermir

Bacharel em Comunicação Social / Jornalismo (UFPE)
Integrante da Rede Coque Vive; chico.ludermir@gmail.com

Maria Liberal

Bacharel em Comunicação Social / Jornalismo (UFPE)
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu-UFPE)
Integrante da Rede Coque Vive; reupiz@gmail.com

Rafaela Vasconcellos

Bacharel em Comunicação Social / Jornalismo (UFPE)
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPE)
Integrante da Rede Coque Vive; rafa.mvasconcellos@gmail.com

Resumo

Na comunidade do Coque, no centro de Recife, uma centena de senhoras se encontram semanalmente, há 25 anos. O livro Senhoras do Coque partiu de uma experiência de construção de narrativas com cinco dessas senhoras. Numa sociedade onde o individualismo impera, onde há uma superexposição a informações, as pessoas não têm mais disposição para esquecer um pouco de si e escutar o outro. As experiências de coletividade mostram, que ao contrário, há sempre brechas para construir outras formas de ser e se relacionar. A escuta das senhoras do Coque foram momentos de muita riqueza, de 'conselhos tecidos na substância viva da existência, mas é apenas uma cifra do que devemos revalorizar em tempos tão desumanos, a sabedoria dos mais velhos, a importância da escuta, a necessidade de realizarmos uma suspensão do cotidiano para vivenciarmos algo tão profundo e sutil quanto é o estar com o outro.

Palavras-chave: Mulheres, memória, narrativas, Coque

Abstract

In a favela called Coque, in the center of Recife, one hundred ladies meet each other every Sunday for 25 years. The book *Senhoras do Coque* (Ladies from Coque) is an experience of construction of these narratives with five ladies. In a society where individualism reigns, where there is an overexposure to information, people are more willing not to forget a little about yourself and listen to the other. The experiments show that there are always loopholes to build other forms of being and relating. Listening to the ladies from Coque were moments of great wealth and we should revalue so inhuman at times, the wisdom of the elders, the importance of listening, the need of realizing a suspension of everyday life to experience something so deep and subtle as it is being with the other.

Keywords: women, memory, narrative, Coque

Introdução

Numa sociedade onde a tecnologia, a ciência, os meios de informação, cada vez se expandem mais, será que se pode falar de um progresso também da humanização? Ainda em 1913, num texto intitulado *Experiência*, Walter Benjamin afirma: o homem atual não "levanta os olhos para as coisas grandes e plenas de sentido", e ainda Adorno (apud JAY, 2009, p. 393): há "um vazio entre os homens e seu destino". Benjamin ironiza sobre o fato do termo *experiência* ser, comumente, utilizado como sinônimo de sabedoria adquirida ao longo dos anos, quando, na verdade, o que se chama de *experiência* constitui uma forma sofisticada de condicionamento.

A experiência se transformou no evangelho do filisteu porque ele jamais levanta os olhos para as coisas grandes e plenas de sentido; a experiência se torna para ele a mensagem da vulgaridade da vida. Ele jamais compreendeu que existem outras coisas além da experiência, que existem valores aos quais nós servimos e que não se prestam à experiência. (...) Por que então a vida é absurda e inconsolável para o filisteu? Porque ele só conhece a experiência, nada além dela; porque ele próprio é privado de consolo e espírito. E também porque ele só é capaz de manter relação íntima como vulgar, com aquilo que é 'eternamente-ontem'. (BENJAMIN, 1984, p. 24).

Benjamin vai apontar também o desaparecimento do dom de ouvir e de narrar, trocar experiência, pois, para que o ouvinte assimile a experiência da narração é necessário um estado de distensão cada vez mais raro, é preciso que ele se esqueça de si em alguma medida. A narração surge da história oral e a alimenta, incorporando o que foi narrado à experiência dos ouvintes. Nesse processo de transmissão da história, cada narrador imprime nela sua marca, "como a mão do oleiro na argila do vaso" (BENJAMIN, 1996, 205). O narrador fala o que viveu ou o que lhe relataram, e quanto maior for sua naturalidade ao contar a história, maior será a possibilidade do ouvinte recordar dela e contar para outras pessoas.

No centro do Recife, está localizada a Comunidade do Coque, paradoxalmente, uma *periferia urbana*, encravada no miolo da cidade. O bairro possui 40.000 habitantes e é o terceiro com maior número de pessoas morando em favelas. (EMLURB, 2000).

Nos trabalhos acadêmicos e projetos, sempre, quando vamos contextualizar as periferias urbanas partimos da descrição da precariedade da vida nesses lugares, dos problemas estruturais que enfrentam, da violência que os marca. Poderíamos falar, por exemplo, que, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (2005), o Coque possui o quarto maior percentual da cidade referente às pessoas que vivem com renda de até um salário mínimo. Entretanto, vamos preferir começar de outro jeito, falando que dentro deste bairro, uma centena de mulheres se encontra semanalmente aos domingos, há 25 anos. Isso para discutir textos religiosos, rezar, cantar e se *encontrar* no sentido mais puro da palavra. O que estas senhoras têm a dizer? O que elas têm a nos contar, narrar? E a nos ensinar? Qual é a imagem que elas próprias têm de si e de sua comunidade?

O livro “Senhoras do Coque” surgiu do encontro de estudantes universitários com a narrativa oral de antigas moradoras da comunidade do Coque. O nosso encontro com essas senhoras deu nascimento às narrativas que formam o livro. Elas mostram “O que no humano há de formoso e digno de consideração, novo e incrível como toda a obra da natureza, e de modo algum aborrecido, em consequência estrita de seu caráter único” (NIETZSCHE, 2000, apud LARROSA, 2002).

O primeiro exercício de escuta aconteceu em 2008, numa disciplina da Universidade Federal de Pernambuco, no curso de jornalismo, a cargo da professora Yvana Fachine, do Departamento de Comunicação Social, sob monitoria de João Vale Neto. Ouvimos 24 das mais de 100 mulheres do “grupo das Mães” do Núcleo Educacional Irmãos Menores Francisco de Assis (NEIMFA), localizado no Coque há 25 anos, e, depois, retribuímos o presente de ter escutado as histórias delas, recontando-lhes em forma de narrativas.

Com o desejo de deixar essas histórias virem mais ainda à tona, entre 2010 e 2011, revisitamos cinco senhoras. Queríamos mergulhar mais fundo nas suas memórias, seguir e compartilhar a trilha de suas lembranças. Assim, “Senhoras do Coque” é um livro-inventário com fotobiografias dessas cinco mulheres: Paulina, Luiza, Valda, Zezé e Geralda. Apresentadas em perfis, cada uma tem sua história de vida acompanhada por um ensaio fotográfico atual e eventuais fotografias antigas. São memórias que dão pistas da história não apenas da comunidade, mas da cidade do Recife, da nossa sociedade.

Objetivos

1. Valorizar o processo de escuta de memórias de mulheres idosas da comunidade do Coque.
2. Trazer à tona as memórias de cinco senhoras, moradoras do Coque, a partir de narrativas orais, e articulá-las com a história da comunidade e da cidade.

3. Produzir um livro-inventário com fotobiografias e narrativas de cinco senhoras, moradoras da comunidade do Coque.
4. Construir outras memórias e versões da história da cidade do Recife, a partir da perspectiva de moradores da periferia.

Marco Teórico

Benjamim faz um diagnóstico das consequências drásticas da modernização das cidades: as multidões andam nas ruas lado a lado, mas, não se olham, não se falam. Paradoxalmente, dividem espaços, como se dá com o surgimento dos transportes públicos, mas não se comunicam, estão juntas e sozinhas a um só tempo. Se aglomeram, mas tem causas privadas: em torno de uma mercadoria por exemplo.

Assim, “o outro desaparece no anonimato coletivo da impessoalidade dos ‘mecanismos econômicos de mercado’” (CASTORIADIS, 1982, 131). Dessa forma, se tentará compensar a perda dos vestígios dos indivíduos na multidão, com a produção de registros em cadastros. As casas e pessoas se transformam em números, as aglomerações passam a ter existência somente estatística. Há uma superexposição do homem a informações. O indivíduo é afetado por tantos estímulos que acaba não se detendo em nenhum deles. Assim, a memória que terá lugar numa sociedade como esta é a memória voluntária. Nela prevalece a vivência (Erlebniss), ocorrências singulares, de intensidade momentânea, que não geram repercussão ao longo do tempo. A vivência não deixa marcas emotivas, por isso não há como recordá-las involuntariamente. Já a memória involuntária abria a possibilidade de se “aceder a um tempo virtual, ontológico”, nem presente, nem passado, mas um entrecruzamento de ambos criando um terceiro momento que ultrapassa os dois, constituindo o em-si do acontecimento. (BARRENECHEA apud BESSA, 2006). Nela, o esquecimento predominava, não permitindo que se evocasse na íntegra o conteúdo do que se viveu - isso seria trazer a tona o passado tal qual ele ocorreu. Aquilo em que se foi afetado pelo vivido é que, rememorado, surge no presente, construindo a lembrança de uma forma nova. “Só o que não foi explícita e conscientemente experimentado, (...) pode vir a ser um componente da memória involuntária” (JAY, 2009, p.388). Assim, a memória se constituiria por ação e abarcaria até mesmo a lembrança de fatos não vividos.

O primeiro passo na direção do desvanecimento da narrativa foi a expansão do romance, propiciada pela ascensão da burguesia. Esta nova forma de comunicação, diferentemente da narrativa, não é vinculada à tradição oral, à transmissão da experiência, é produzida pelo indivíduo isolado. Quando a burguesia se consolida, surge então, a informação, como principal forma de comunicação, provocando uma crise no romance e dando fim à narrativa. Se para a narrativa é de grande importância o “saber que vem de longe” (BENJAMIN, 1996, 203), seja no que se refere à espacialidade ou à tradição, a informação dá prevalência a acontecimentos próximos, aspira a uma verificação imediata. Se a informação faz sentido no atual, a narrativa nunca perde seu valor.

O narrador está situado entre os mestres e sábios, pois é da substância da vida que ele fala, principalmente, da experiência alheia. Ele é aquele que sabe dar conselhos, “fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (BENJAMIN, 1996, 200). O autor afirma que à beira da morte o indivíduo tem autoridade para narrar, tem sabedoria. Entretanto, a morte é um conceito que não tem maior apelo no consciente coletivo, enfraquece-se a ideia de eternidade.

A própria relação do leitor do romance com o que lê guarda o desejo de participação de sua morte. Ele quer encontrar no livro “o sentido da vida” (BENJAMIN, 1996, 212), então o devora ardorosamente, na intenção de apreendê-lo, “ele destrói, devora a substância lida, como o fogo devora lenha na lareira” (ib., p. 213). Ao passo que a narrativa traz um ensinamento que pode servir a diversas situações da vida. O romance oferece um “calor” provisório para a vida, que só esquenta durante a leitura, já a narrativa oferece um segredo que pode ser acessado toda vez que se necessita dele. E o essencial da narrativa é deixar no ar, abrir-se à livre interpretação do ouvinte e recorrer ao miraculoso, enquanto a informação já vem pronta, preza por buscar a verdade dos fatos e deixá-los bem claros.

A narrativa é tecida na substância viva da existência, ela seria “o lado épico da verdade”, figurativizando a exterioridade de uma “experiência comunal” (JAY, 2009, p.384). Embora não pretenda representar um passado que se arroga a faculdade de recuperar retrospectivamente tudo quanto precede o presente, como se o passado fosse uma trama única e coerente. A rememoração, inclusa na narrativa, traz junto o esquecimento. Importa o “tecido das recordações e esquecimentos” (ib., p. 388), desvelando a trama do que nos afetou naquilo que foi vivido e agora rememorado.

Metodologia

A produção de Senhoras do Coque partiu de uma perspectiva relacional com as mulheres entrevistadas. Articulamo-nos, inicialmente, com duas delas, Dona Paulina e Dona Zezé, que lideram, cada uma, um grupo de mães na comunidade. Após apresentar-lhes a proposta do livro, fizemos um levantamento de possíveis mulheres a serem ouvidas. A partir daí, ao longo do primeiro e do segundo semestre de 2010, entrevistamos as cinco mulheres protagonistas do livro. Cada uma num lugar específico da comunidade, geralmente a casa de cada uma, mas também houve aquelas que preferiram contar suas memórias no NEIMFA. Íamos num grupo de três, quatro ou cinco estudantes. Duas entrevistando, e dois fotografando. Em alguns casos, havia jovens estudantes da oficina de fotografia (desenvolvida pela Rede Coque Vive).

Quisemos dar rosto a essas histórias e, assim, ainda mais vida e beleza. Enquanto escutávamos, também olhamos bem pra elas tentando transformar fala em imagem. Os retratos tentaram revelar quem são essas mulheres de histórias tão bonitas. Eternizam seus atos de narrar, suas práticas do cotidiano e suas poses. Já que as fotos atuais, diferentemente das palavras, não têm o poder de acessar memórias antigas, pedimos às senhoras que nos mostrassem algumas fotos do passado para comporem o livro “Senhoras do Coque. Além dos fotógrafos Chico Ludermir e Sandokan Xavier (ex-aluno

de fotografia do Coque Vive), convidamos dois de nossos alunos atuais de fotografia do projeto de extensão para participarem deste livro. Trazer Jonathan (Dondinho, 10 anos) e Katarina Scervino (16 anos), ambos moradores do Coque e alunos do Neimfa pra para participarem do livro, foi uma forma de colocarmos duas gerações distintas de um mesmo bairro em um contanto muito próximo.

Num segundo momento, transcrevemos horas de entrevistas, selecionamos os fragmentos que mais nos tocaram e costuramos trechos que sentíamos necessidade de relacionar no texto. Convidamos, ainda, uma amiga, Anaíra Mahin, estudante de Ciências Sociais da UFPE para fazer ilustrações, a partir das histórias das mulheres. No processo de editoração do livro, articulamos, então, cada capítulo com um texto introdutório, relatando um pouco como foi nosso encontro com a senhora protagonista, seguido de suas narrativas editadas, com as fotografias em preto e branco e as ilustrações.

Para dar conta da tarefa de realizar narrativas, foi utilizado como dispositivo metodológico, mais amplo, a autobiografia entendida como uma ‘arte formadora da existência’ (PINEAU, 2006: NOVOA & FINGER, 2010). Esse dispositivo não busca recompor o passado vivido, nem realizar uma autoapresentação dos sujeitos, mas ressaltar a estreita relação existente entre narração de si (narrativas em primeira pessoa) e experiência formativa. Ou seja, busca-se ficar frente às experiências de si e do mundo dos sujeitos com os quais entramos em relação .

Assim, ouvindo as histórias (narrativas) dos sujeitos, pretendemos entrar em contato com seus processos de subjetivação, pois as pessoas investem as narrativas de si como lugares de debate com elas mesmas (DELORY-MOMBERGER, 2009) e como lugares nos quais se transformam no que contam e na medida em que contam (ALVES, 2008). Trata-se, então, de compreender a narrativa de si como um relato reflexivo contado em dois planos: o plano sucessivo dos acontecimentos e o plano intensivo dos afetos produzidos pelos próprios acontecimentos.

Uma temporalidade que não tem uma forma linear, digamos progressiva, na qual os acontecimentos anteriores repercutem sobre os posteriores, mas uma forma permanentemente reflexiva na qual são os acontecimentos posteriores, e as formas de consciência posteriores, os que repercutem sob os anteriores, em um processo constante de resignificação retrospectiva. (LARROSA, 2002, p.54).

Pineau (2006) coloca que a principal questão que move uma narrativa de si é: “o que é a vida?”. Para ele “tentar dizer a sua vida” (p. 42) é mesmo uma necessidade antropológica, uma busca vital para “saber-poder-viver”. Trata-se, ainda segundo Pineau, de uma situação geradora de “práticas contrabandeadas em relação às práticas disciplinares”, já que as narrativas de si integram e articulam uma “expressão espontânea, selvagem” de si mesmo. O mais curioso é que o sujeito que fala, nessas narrativas, “toma a palavra para se formar” (SOUZA, 2008, p. 89).

A perspectiva aqui delineada, em traços largos, não parte do ponto de vista de um sujeito, mas da experiência, apreendida ela mesma como aquilo que “nos passa e o modo como nos colocamos em jogo, nós mesmos, no que se passa” (LARROSA, 2002,

p. 66-7). Estamos lidando, então, com uma compreensão de sujeito “capaz de assumir a irre realidade da sua própria representação e de submetê-la a um movimento incessante ao mesmo tempo destrutivo e construtivo” (ib., p. 67). Mais especificamente, o que se enfatiza é a estruturação de uma determinada “relação a si”, uma relação sempre heterogênea e que delimita o caráter experiencial do sujeito que narra.

Resultados

Nas experiências coletivas, em geral, e no nosso caso, no projeto Coque Vive, podemos vivenciar processos que comumente nos são negados no corre-corre da forma como vem se configurando nossa sociedade. Nesses espaços, podemos experimentar outras formas de ser no mundo, que não precisam se adequar à lógica consumista-individualista prevalecente nos nossos tempos. Tratam-se das brechas naquilo que está instituído, nada mais coerente pra aqueles que acreditam nas potencialidades humanas inalienáveis: “É própria do homem a possibilidade sempre presente de desviar o olhar, de fazer abstração de todo conteúdo determinado, de colocar tudo entre parênteses, inclusive a si mesmo.” (CASTORIADIS: 1982, 171).

É nesse sentido que experiências como a do livro Senhoras do Coque podem ainda ter lugar, mesmo num contexto de tanta desumanização, diagnosticado pelos frankfurtianos. E essa experiência específica é apenas uma cifra para percebemos a importância de valorizar aquilo em que ela se fundamenta de maneira ampla: a sabedoria dos mais velhos, a necessidade de esquecermos um pouco de nós e simplesmente pararmos para ouvir, realizarmos uma suspensão do cotidiano para apreciarmos e vivenciarmos algo tão profundo e sutil quanto é o estar com o outro.

Nós, enquanto jornalistas aprendemos a, não simplesmente nos relacionar com o outro enquanto entrevistado, cujo depoimento queremos arrancar, mas, enquanto ser humano, enquanto pessoa que tem a necessidade de contar sua história, que adora quando tem ouvidos que ainda as ouçam, olhos atentos que as vejam. Nós aprendemos a valorizar as pessoas comuns, que comumente não são fato de jornal, a reconhecer que todas as histórias, todas as vidas são importantes, e que cada pessoa tem algo a nos ensinar. E o que dizer, então, de senhoras, mulheres que já viveram grande parte de suas vidas, passando por sofrimentos inúmeros, superando todos eles? Chefes-de-família, que sustentam, na maioria das vezes com apenas um salário mínimo, tantos filhos e netos, ensinando-lhes aquilo que lhes é mais precioso: a simplicidade?

Se as senhoras encontraram em nós ouvidos e olhos atentos, nosso encontro com elas transformador para nós também, foram momentos de ensinamento, de “conselhos tecidos na substância viva da existência” (BENJAMIN, 1996).

Com uma tiragem de 300 exemplares, o livro Senhoras do Coque foi lançado na Universidade Federal de Pernambuco no dia 16 de setembro de 2011, durante o Ciclo “Formação, representação, memória: práticas e pesquisas da Rede Coque Vive”, que contou com a presença de quatro das cinco senhoras do livro. Além de outro momento, na comunidade do Coque, no dia 18 de setembro de 2011, em que o livro foi lançado a céu aberto na ocasião da festa de comemoração dos 25 anos do NEIMFA no bairro.

Além de ter sido entregue às senhoras, como um presente, o livro vai ser distribuído nas escolas e nas bibliotecas populares da cidade do Recife.

Considerações Finais

“Senhoras do Coque” está dentro de uma proposta maior, que vem se desenvolvendo há cinco anos na comunidade do Coque, a partir da Rede Coque Vive, que conecta o NEIMFA, o Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis (MABI) e estudantes e professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Buscando valorizar as formas de vida dos moradores de periferia, nos propomos a construir outras memórias da comunidade, desvinculadas das imagens de violência e carência que estigmatizam o bairro.

Na condição de jovens graduados em Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, podemos afirmar que a experiência da extensão ao longo da nossa passagem pela universidade foi extraordinária e determinante na nossa concepção de jornalismo, no modo como vemos, sentimos e vivemos o mundo e as pessoas. Com a extensão, temos a chance de circular por onde não circularíamos, a priori. O caminho natural que seguiríamos, como oriundos da classe média, se não tivéssemos tido essa experiência seria a perpetuação de estigmas e ideias que povoam o imaginário social, pois o único contato que teríamos com o jornalismo seria aquele restrito às paredes da universidade, um “conhecimento morto”.

Entendemos que o projeto Coque Vive evidencia dois tipos de possibilidade: o contato com o Outro - o objeto desse tipo de discurso - por futuros profissionais da mídia, abrindo caminho para que novas representações e concepções sobre a periferia surjam na grande mídia; e a oportunidade dos próprios moradores de periferia assumirem o lugar de sujeito no discurso em torno deles - a partir da produção de mídia alternativa. E, recentemente, surge uma nova possibilidade: estimulados pelo contato com estudantes de comunicação, os jovens que foram alunos do projeto demonstram interesse em ingressar, na área, na universidade, como é o caso de Sandokan Xavier, um dos fotógrafos de “Senhoras do Coque”, que está no primeiro período do Curso de Rádio, TV e Internet (UFPE).

Esse tipo de contato possibilitou reflexões profundas sobre o papel e a influência do jornalismo na sociedade. Aquilo que estudávamos em sala, apenas em teoria, vivenciamos na prática. Percebemos as consequências drásticas que a construção da imagem de um lugar pode ter na vida das pessoas, na dificuldade que os moradores dos bairros de periferia têm até mesmo ao procurar um emprego, pois o fato simples de mencionar o lugar onde moram no currículo significa recusa. Isso tudo possibilitou que começássemos a nos questionar sobre o significado da comunicação. E depois, fomos percebendo que, ao entrar em contato com essas pessoas, a comunicação realizava-se pra nós, como ela efetivamente é, em seu grau mais profundo, a comunicação entre pessoas. Assim como descobrimos a comunicação conosco mesmos - já que o Outro está em Nós.

Assim, o livro “Senhoras do Coque” só foi possível graças a essa experiência de encontro com um lugar que tanto nos tem ensinado a respeito da cidade em que vivemos,

que tem nos proporcionado transformações do olhar, do ouvir, do sentir.

Referências

1. ALVES, Nilda. 2008. Nós somos o que contamos: a narrativa de si como prática de formação. In: SOUZA, Elizeu C.; MIGNOT, Ana C. (orgs.). 2008. Histórias de vida e formação de professores. Rio de Janeiro, Quartet; FAPERJ.
2. BENJAMIN, W. 1994. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, p. 197-221.
3. ———. 1996. Magia e técnica, arte e política, Obras escolhidas I, São Paulo: Ed. Brasiliense.
4. ———. 1994. Charles Baudelaire - um lírico no auge do capitalismo, Obras Escolhidas III, São Paulo, Ed. Brasiliense.
5. BESSA, Beatriz de Souza. 2006. As experiências de Walter Benjamin. Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas . Rio de Janeiro, Ano 5, n.9. Disponível em: <http://www.unirio.br/morpheusonline/>
6. CASTORIADIS, Cornelius. 1982. A Instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
7. DELORY-MOMBERGER, Christine. 2009. Filiações e rupturas do modelo autobiográfico na pós-modernidade. In: Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia. São Paulo: Annablume; FAPESP; FFLCH, USP. p. 99-109.
8. FERREIRA, Francisco Ludermir; PEIXOTO, Maria Socorro Liberal e VASCONCELLOS, Rafaela Melo. Senhoras do Coque. Recife: Naramundo, 2011.
9. JAY, Martin. 2009. Cantos de experiencia: variaciones modernas sobre un tema universal. Buenos Aires: Paidós.
10. LARROSA, Jorge. 2002. Nietzsche e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica.
11. NOVOA, Antonio; FINGER, Mathias (orgs.). 2010. O método (auto)biográfico e a formação. Natal; São Paulo, EDUFRN; Paulus.
12. PINEAU, Gaston. 2006. As histórias de vida como artes formadoras da existência. In: Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS. p. 41-59.
13. SOUZA, Elizeu Clementino. 2008. Histórias de vida, escritas de si e abordagem experiencial. In: SOUZA, Elizeu C.; MIGNOT, Ana C. (orgs.). 2008. Histórias de vida e formação de professores. Rio de Janeiro, Quartet; FAPERJ.

Capítulo 2

A Experiência do Pró-Jovem Campo - Saberes da Terra em Pernambuco: Reflexões sobre as Políticas Curriculares de Formação de Educadores/as na Educação do Campo

Allany Calaça da Silva

Graduanda de Pedagogia UFPE-CAA

allany03calaca@gmail.com

Maria Guadalupe de Araújo Silva

Graduanda de Pedagogia UFPE-CAA

lupinha18@hotmail.com

Resumo

Este relato de experiência tem a finalidade de contribuir na discussão acerca do programa ProJovem Campo - Saberes da Terra, a partir das vivências como monitoras nas formações de educadores/as. Este estudo foi desenvolvido através de um estudo empírico, e por meio de uma revisão bibliográfica, além das contribuições documentais expostas no portal do Ministério da Educação. Sugerimos uma questão norteadora deste relato de experiência: De que forma as políticas curriculares direcionadas à Educação do Campo, contribuem para a formação de educadores/as na modalidade EJA de ensino? Esta experiência relatada apresenta ainda, reflexões sobre a educação do campo como um espaço que requer profissionais especializados e adequados ao contexto em

que estão inseridos. Percebemos, então, que aos poucos os órgãos superiores da educação do país observam a importância dos/as educadores/as do campo que necessitam acima de tudo de sua valorização como profissionais docentes e especificidade em sua formação.

Palavras chave: Educação do Campo, ProJovem Campo, Políticas Curriculares.

Abstract

This experience report is intended to contribute to the discussion about the program ProJovem Field - Knowledge of the Earth, from the experiences as monitors in the training of educators / them. This study was developed through an empirical study, and through a literature review, in addition to contributions documentary exposed the portal of the Ministry of Education. We suggest a guiding question of this experience report: How the curriculum policies aimed at the education field, contribute to teacher education / adult education in the form of the teaching? This experience has reported further reflections on the education field as a space that requires professional expertise and appropriate to the context in which they live. We realized then that the few organs of higher education in the country note the importance of / the teachers / the field they need above all for its value as professional teachers and specificity in its formation.

Keywords: Rural Education, ProJovem Field, Curriculum Policy.

Introdução

Atualmente a discussão sobre a Educação do Campo vem se fortalecendo com base nas diversas necessidades que surgem nas escolas do campo, seja por falta de recursos nas salas, falta de merenda, falta de estrutura ou até mesmo de professores capacitados para atuar naquela realidade. Desta forma, o Governo Federal através do Ministério da Educação promove programas que buscam alcançar a melhoria da qualidade de ensino através da formação e profissionalização docente.

É necessário refletirmos sobre a questão de o que se faz com as condições que estão sendo oferecidas para a formação dos/as professores/as. Portanto, entender a profissionalidade docente bem como sua profissionalização, tendo como referência os discursos propagados, representa uma possibilidade de ideias, que poderão cooperar para novas interpretações e análises deste tema, uma vez que este relato busca contribuir nestas discussões acerca do assunto, mediante o enfoque caracterizado para a formação do educador que trabalha nas áreas campesinas.

Diante dos aspectos mencionados, e das perspectivas que posteriormente serão discutidas, surge uma questão norteadora deste relato de experiência: De que forma as políticas curriculares direcionadas à Educação do Campo, contribuem para a formação de educadores/as na modalidade EJA de ensino?

Na tentativa de responder este questionamento objetivamos principalmente observar as principais demandas historicamente impostas pelas leis constituintes no país e mais especificadamente destacar alguns aspectos voltados a formação das/os educadoras do ProJovem Campo Saberes da Terra. No entanto, podemos destacar um contexto histórico ao qual sequer comentava-se sobre esta área da educação. Infelizmente, podemos perceber que muito ainda se tem deste modelo histórico nas práticas cotidianas nas escolas do campo e muito ainda há de se conquistar.

Marco Teórico

Inicialmente partiremos para uma discussão sobre o conceito de Educação do Campo que para muitos ainda é desconhecido. Devemos, no entanto, nos inteirar destes conhecimentos aos quais abrangem algumas contradições de acordo com a lei prevista. Primeiramente precisamos entender que a educação no campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas. Partindo desta perspectiva é necessário nos remetermos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ao qual em seu artigo 28 cita:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Diante disso, percebemos que a pretensão estabelecida pela lei é estabelecer a adequação necessária para o desenvolvimento da aprendizagem de acordo com a cultura e o padrão de vida local nas escolas do campo. Mas para que a qualidade de ensino seja alcançada nestas escolas, se faz necessário, muito mais que uma adequação a realidade, precisa-se também de profissionais capacitados para lidarem com as ruralidades que englobam o ensino no campo. Por isso, discutiremos aqui o que está descrito no Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010, ao qual cita em seu Art. 2º e no § 3º que um dos princípios da educação do campo é o: “desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo”. Além disso, os Art.4º e 5º mencionam o seguinte:

Art. 4º A União, por meio do Ministério da Educação, prestará apoio técnico e financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na implantação das seguintes ações voltadas à ampliação e qualificação da oferta

de educação básica e superior às populações do campo em seus respectivos sistemas de ensino, sem prejuízo de outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

VI - formação inicial e continuada específica de professores que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo;

VII - formação específica de gestores e profissionais da educação que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo;

Art. 5º A formação de professores para a educação do campo observará os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto no 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Poderão ser adotadas metodologias de educação a distância para garantir a adequada formação de profissionais para a educação do campo.

§ 2º A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 3º As instituições públicas de ensino superior deverão incorporar nos projetos político-pedagógicos de seus cursos de licenciatura os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços e tempos da formação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Ao falarmos das bases legais relacionadas à educação do campo e mais especificamente aos profissionais desta área notamos que há menção da necessidade de formações específicas e capacitações no que dizem respeito a atuação profissional destes. No entanto, podemos destacar um contexto histórico ao qual sequer comentava-se sobre esta área da educação. Infelizmente, podemos perceber que muito ainda se tem deste modelo histórico nas práticas cotidianas nas escolas do campo e muito ainda há de se conquistar.

Contexto Histórico da Educação do Campo no Brasil

Ao retomarmos a linha histórica, conseguimos identificar a trajetória da educação no cenário brasileiro e qual direção da educação do campo vem se construindo nesse processo. Por isso é proeminente conhecermos a ascendência da educação do campo no Brasil. Após a Proclamação da República (1889), o governo formou uma Pasta da Agricultura, Comércio e Indústria para atender estudantes dessas áreas, todavia, a mesma

foi abolida entre os anos de 1894 a 1906 e mais uma vez instalada em 1909, como estabelecimentos de ensino para agrônomos. E, constituiu-se como “educação pública efetivamente nacional, nos anos 30, após a criação do Ministério da Educação” (PASSADOR, 2006:119). Só em 1930, a percepção de educação do campo se fundamenta numa junção de políticas com acepções organizadas para este atendimento, podemos dizer que a maior abrangência desta temática aconteceu na Constituição de 1934, quando os Pioneiros da Escola Nova se estabeleceram na sociedade requerendo reformas educacionais.

Esta Constituição veio apontar a necessidade de uma visão para a educação profissional direcionada para a situação industrial da época, e em relação à educação do campo o artigo 156, Parágrafo único determina: “Para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas a educação no respectivo orçamento anual.” (POLETTE; 2001:169), na época foi um relevante episódio, no entanto se excluíram outras conjecturas para educação do campo. A nova Constituição Brasileira de 1947 vem propor que a educação do campo seja obrigatoriedade de instituições privadas, bem como seu financiamento e em relação à obrigatoriedade do ensino, encarregam às empresas em fornecerem a aprendizagem de menores trabalhadores em formato de colaboração retirando das empresas agrícolas esta responsabilidade. O Capítulo II da educação e cultura, Artigo 166; inciso III da Constituição vem anunciar: “as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter o ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes.

Em meados dos anos 40 a educação brasileira unificou a matriz curricular urbanizada e industrializada, caracterizando interesses sociais, culturais e educacionais das elites brasileiras como essencialmente a mais relevante para todo povo do Brasil. O que explica a educação do campo até 1970 estar nas “mãos” de empresas privadas é a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969, ao qual permaneceu a obrigatoriedade das empresas agrícolas e industriais com o ensino primário gratuito para empregados e os filhos menores de 14 anos. Com isso, podemos compreender o descaso histórico e legal do Estado brasileiro, referente ao desenvolvimento educacional para as populações do campo.

Enfim, na Constituição de 1988, o Brasil consegue aprovar políticas educacionais bastante expressivas. Foram elaboradas e implantadas, no governo FHC, reformas educacionais que desencadearam em alguns documentos essenciais para a legislação educacional, como: O Plano Nacional da Educação de 2001, e os Parâmetros Curriculares Nacionais, Nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei 9394/96. Saviani (1987) vem destacar que quando a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214 determina que “A lei estabelecerá o plano nacional de educação” e no artigo 211 estabeleça como tarefa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a organização de seus sistemas de ensino, não significa que a origem desse pensamento tenha surgido exatamente neste período. O conceito de construção do PNE surge desde 1932, com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, quando se buscava a modernização do país pela modernização da educação.

Tais documentos, acima mencionados, revelam preocupações da população e consideram, principalmente, a formação de indivíduos pautados nos interesses econômicos e políticos da classe dominante brasileira. Nesse contexto, as políticas públicas de educação implantada para a Educação do Campo no Brasil são vistas como repletas de incoerências que acabam interferindo na criação e no desenvolvimento de políticas de afirmação para as populações que vivem e trabalham no campo.

Positivamente, as populações do campo têm resistido às situações de opressão, através de lutas organizadas em movimentos sociais que fortalecem os trabalhadores, estabelecendo ações que vinculam os governos brasileiros a implantarem políticas públicas que abarquem os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Neste contexto muitos sujeitos camponeses entendem que a escola do campo se distancia das suas realidades, não simplesmente por não possuir nas abordagens curriculares conhecimentos propícios à realidade destes sujeitos sociais, mas também, as políticas de direitos adquiridos pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes da Educação Nacional de 1996, não terem se consolidado em práticas pedagógicas desempenhadas pelos os professores e professora da educação do campo.

É importante mencionar que apesar da aprovação em 2002 da Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo vir firmar um marco para a história da educação em especial a do campo, a falta de ações concretizadoras faz com que as políticas de direito não obtenham dimensões expressivas e se mantenham definitivamente na escola do campo de toda sociedade brasileira.

Perspectivas da Profissionalização Docente na Educação do Campo

Segundo Nóvoa (1995), para que a educação se construa em outras bases e busque outras perspectivas para a ação, é necessário que se produzam novos valores para a profissão docente, tendo como eixo principal a ética, pois os que são fornecidos pelo Estado e pela Igreja já não servem em face das transformações sociais. O autor mostra, ainda, a importância de os professores assumirem essa nova normatização e valorização, para assim impedirem que outras instâncias, seja o Estado, a Universidade ou o mercado, apropriem-se da gestão da carreira docente e da reconstrução da identidade profissional dos professores.

Atualmente, no que tange aos aspectos legais, parece haver instrumentos que colaboram, de alguma forma, para a profissionalidade e a profissionalização docentes, haja vista a implantação do piso nacional mínimo para os professores, a exigência de formação superior para lecionar na educação básica e as condições oferecidas para formação continuada, seja em serviço ou não. Entendemos que tais relações, permeadas da “ideologia dominante, [...] moldam as práticas, os discursos e a própria realidade para garantir a subordinação dos oprimidos” (CHIZZOTTI, 2008, p. 127). E, para fabricar a realidade opressora, utiliza vários instrumentos ideológicos e, dentre eles, os meios de comunicação de massa.

Se tratando ainda das contribuições que a LDB pode nos favorecer, é importante refletirmos também sobre o artigo 67 deste documento, ao qual prevê, para os sistemas de ensino, a formação inicial e continuada em todos os níveis e modalidades, com aperfeiçoamento permanente dos docentes, indicando aos centros formativos o respeito à diversidade cultural e aos processos de interação e transformação existentes no campo brasileiro; o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social de vida individual e coletiva; o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, tendo por referência os princípios éticos e a democracia. Isso supõe, entre outras coisas, a superação da cultura da reprovação, da retenção e da seletividade, da centralização da atenção nos níveis de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, moral, ético, cultural, profissional.

Nesse sentido, a Lei n. 9.394/96 trouxe muitas esperanças, no sentido de que ela viesse a enfrentar com êxito o problema da formação de professores, resultaram frustradas. Com efeito, abortado o dispositivo legal que elevaria o preparo de todos os professores ao nível superior; e considerando-se que a inovação dos institutos superiores de educação representa um forte risco de nivelamento por baixo, perdeu-se a possibilidade de se registrar um quarto momento decisivo na história da formação docente no Brasil (Saviani, 2005)¹.

Metodologia

Neste relato de experiência, fizemos uso da observação participante, que de acordo com GIL (2008) “o pesquisador na medida em que participava como um dos protagonistas nesta ação cultural, também se tornou objeto” (p.103). Por meio dos diálogos entre os diferentes sujeitos educadores do campo, houve a coleta dos dados essenciais para a análise e a discussão do tema referido, a partir dos registros realizados no diário de campo. O mesmo refere-se, segundo Lage (2005), a:

(...) um instrumento não só de registro, mas fundamentalmente um instrumento de análise de todo o trabalho de campo. É ainda, um instrumento diário, literalmente diário e por isso mesmo incansável, e por sua vez um trabalho que exige disciplina, mas que proporciona ao próprio pesquisador (a) uma grande satisfação a medida, que vai sendo construído redescoberto a cada consulta que se faz dos passos dados. Tal como um álbum de fotografias, que nos leva ao reencontro das descobertas do cotidiano.(LAGE, 2005:452).

Dentre as técnicas de coleta, a observação participante nos propõe uma aproximação bem mais ampla ao espaço observado, tendo em vista todo o conteúdo a ser investigado. Neste sentido, LAGE (2005) diz que “cada encontro é preciso “observar”, além das falas e dos silêncios, os espaços, os atores, as atividades, a atmosfera do ambiente, os comportamentos e os sentimentos” (Lage 2005:198).

¹Para melhor entendimento dessa trajetória sugerimos a leitura ou releitura do texto *História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos* de Dermeval Saviani.

RESULTADOS E DISCUSSÕES - O Contexto vivenciado: Pro-Jovem Campo Saberes da Terra

Esta experiência refere-se às participações como monitoras do Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra que constitui-se no programa Nacional de Educação de Jovens que visa à qualificação profissional e social de jovens entre 18 a 29 anos residentes do campo, implementada pelo Governo Federal via Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) bem como a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Em 2008 o ProJovem Campo - Saberes da Terra inicia a execução do seu projeto piloto com a finalidade de atender a 275 mil jovens agricultores começa a sua atuação em conjunto com 21 Estados brasileiros. Dessa forma, o programa previsto para terminar em 2011 objetivava, assim como é explicitado em seu projeto político-pedagógico, Desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que oportunizem a jovens agricultores (as) familiares excluídos do sistema formal de ensino a escolarização em Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrado a qualificação social e profissional.

Para garantir a efetivação de uma educação que vá além de estar localizada no campo, mas que atenda qualitativamente os sujeitos camponeses dando a eles sentido nas práticas pedagógicas e vínculos com a realidade, o ProJovem Campo- Saberes da terra tem na sua estrutura curricular eixos que por sua vez dividem-se em articuladores e temáticos. Tal organização curricular é fundamentada nos eixos temáticos que articulados aos dois eixos centrais, Agricultura Familiar e Sustentabilidade, se constitui em: I Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; II Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; III Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas; IV Economia Solidária; V Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial (PRJOVEM CAMPO- SABERES DA TERRA- Projeto Político- Pedagógico, 2008).

Dessa forma, para que se garanta a efetivação dessas ações propostas pelo programa, a formação contínua dos educadores que atuarão no projeto é discussão central na consolidação do programa. De responsabilidade das instituições de ensino superior pública, estadual ou federal, a formação continuada desses educadores e coordenadores pedagógicos divide-se em eixos que periodicamente trabalham os temas. Sendo assim, é proposto no projeto pedagógico do programa que os conteúdos e metodologias deverão contemplar:

1. Concepção, princípios, desenvolvimento curricular e metodológico do programa.
2. O eixo articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade e suas relações com os eixos temáticos, áreas de estudo e formação profissional.
3. O exercício da reflexão sobre a prática pedagógica na modalidade Educação de jovens e adultos: Organização do trabalho pedagógico em EJA (planejamento, currículo, metodologia, avaliação, sistematização, ECT.)

4. Temas contemporâneos (diversidade, desenvolvimento sustentável com enfoque territorial, direitos humanos, relações étnico-raciais, relações de gênero, juventude, entre outros) (PROJOVEM CAMPO - SABERES DA TERRA - Projeto Político-Pedagógico, 2008).

Outras discussões propostas pela formação continuada como o cumprimento de carga horária são atividades requisitadas aos educadores onde como forma de ter um olhar especial ao seu local de trabalho possa fazer dele um ambiente de reflexão e pesquisa, tendo assim nos registros de seus relatos de experiência fatos teorizados e articulados teoria-prática. Desse modo, no âmbito da formação continuada onde tais temas são trabalhados, percebe-se na constituição dos debates que o programa se compromete, o compromisso das discussões que envolvem reflexões sobre sua prática bem como questões que envolvem sua atuação docente.

Esse fato ganha coerência com o conceito de profissionalismo descrito por Weber onde se tem a atuação docente na perspectiva do profissionalismo quando o professor não possui apenas o domínio dos saberes específicos que obrigatoriamente deve ter, mas a compreensão das questões que envolvem o seu trabalho, bem como sua identidade, exigindo do docente um olhar crítico sob sua atuação, sabendo agir cooperativamente com a comunidade profissional sempre articulado a reflexão. (WEBER, 2003, p.1138).

O que de fato observou-se ao longo das experiências como monitoras neste cenário de formação de educadores/as do campo, é que estes sujeitos se inserem numa perspectiva curricular que adéqua-se as necessidades propostas na esfera campesina e que garantem, apesar de muitas contradições historicamente situadas, o desenvolvimento educativo de jovens e adultos das regiões beneficiadas por tal programa.

Considerações Finais

Tendo em vista as ideias expostas precisamos entender a questão inicial: De que forma as políticas curriculares direcionadas à Educação do Campo, contribuem para a formação de educadores/as na modalidade EJA de ensino? Percebemos que a educação no campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas como prevista na Lei que é estabelecer a adequação necessária para o desenvolvimento da aprendizagem de acordo com a cultura e o padrão de vida local nas escolas do campo.

É necessário entendermos, no entanto que para que a qualidade de ensino seja efetivamente alcançada nestas escolas, se faz muito mais necessário a capacitação de profissionais para lidarem com as especificidades que englobam o ensino no campo. Vimos, a partir de nossas experiências que o Pro jovem campo - Saberes da Terra procura garantir a efetivação de uma educação que vá além de estar localizada no campo, mas que atenda qualitativamente os sujeitos campesinos dando a eles sentido nas práticas pedagógicas e vínculos com a realidade, o ProJovem Campo tem na sua estrutura cur-

ricular eixos que por sua vez dividem-se em articuladores e temáticos, eixos estes que funcionam como estrutura maior que articulados com os eixos temáticos agregam conhecimentos que ao mesmo tempo em que os ensinam conceitos e conteúdos que os elevaram a escolaridade, permitirá a qualificação profissional, necessitando de Formação Contínua a seus educadores.

Podemos concluir então, que a educação do campo em sua especificidade, vem aos poucos tomando seu lugar no âmbito educacional focando o políticas de currículo que possibilitam uma formação específica e continuada para educadores e educadoras da área rural, e também aos poucos os órgãos superiores da educação do país observam a importância dos/as educadores/as do campo que necessitam acima de tudo de sua valorização como profissionais docentes e especificidade em sua formação.

Referências

1. BRASIL (1996), "Lei n. 9.394/96", de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Diário Oficial, Ano CXXXIV, n. 248, de 23/12/96, p.27.833-27.841
2. CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes, 2008
3. Constituições Brasileiras, 1997. Vol. Via/Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 1999
4. GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2002
5. LAGE, Allene Carvalho. Lutas por inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo, comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/ Brasil e da Associação In Loco/ Portugal. Volume I - Dissertação de Doutorado. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, 2005
6. NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: Profissão professor. NÓVOA, António (Org.). Porto: Porto Editora, 1995
7. PASSADOR, Cláudia Souza. A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná. São Paulo: Annablume, 2006
8. SAVIANI, Demerval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. Rev. Educação. Rio Grande do Sul, v. 30, n. 2, 2005
9. WEBER, Silke. Profissionalização docente e políticas públicas. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1125-1154, dezembro, 2003. <http://portal.mec.gov.br/secad/>

Capítulo 3

Cultura nas Quartas

Rejane Dias da Silva

Doutora em Educação pela UFPE
Professora Adjunto 1 do DAEPE/CE
rejanediasilva@hotmail.com

Resumo

Esse projeto surgiu da necessidade de um espaço que desperte e promova o gosto pela arte e pela cultura, fortalecendo laços de interação e pertencimento na comunidade acadêmica. Tem como objetivos descobrir e incentivar o desenvolvimento de talentos, estimular e integrar a comunidade acadêmica em projetos artísticos culturais que promovam a cidadania. Para a implementação do trabalho, realizamos a divulgação da proposta, em seguida, organizou-se uma comissão, formada por alunos e professores para a sistematização da programação. No período de 09/2009 a 12/2010, realizou-se 22 eventos com um público em média de 50 participantes. O projeto em tela trouxe momentos de lazer e reflexão sobre a cultura e a arte popular. Contribuindo dessa forma para a construção da cidadania, uma vez que a cultura desempenha importante papel no fortalecimento da auto-estima, desenvolve o sentimento de pertencimento do indivíduo ao grupo, nesse caso à universidade.

Palavras chaves: Cultura; arte popular; cidadania.

Abstract

This project was born from the necessity of a space that can stimulate and promote a taste for art and culture, strengthening ties of interaction and belonging in the academic community. It aims to discover and encourage the development of talents, stimulate and integrate the academic community in the cultural arts projects to promote citizenship. For the implementation of the work, we realized the disclosure of the proposal, and then, we organized a committee that is formed by students and teachers to

the systematization of programming. In the period from 09/2009 to 12/2010, we have conducted 22 events with an audience an average of 50 participants. The project on the screen has brought moments of leisure and reflection about culture and folk art. Thereby contributing to the construction of citizenship, since culture plays an important role in improving self-esteem, she develops a sense of belonging to the group, in this case to the university.

Keywords: Culture; folk art; citizenship.

Introdução

Este artigo visa discutir os resultados obtidos na execução do projeto de extensão Cultura nas Quartas, que teve como objetivo despertar o interesse, incentivar e estimular a importância das manifestações artísticas culturais no cotidiano da comunidade universitária, bem como valorizar as principais manifestações da cultura local.

Essa proposta surgiu da necessidade de proporcionar momentos que despertem e promovam o gosto pela arte e pela cultura, fortalecendo laços de interação e pertencimento entre alunos/as, professores/as, funcionários e comunidade externa.

Considerando que o mesmo foi desenvolvido no Centro Acadêmico do Agreste - CAA, vale salientar que a cidade de Caruaru, onde está situado, é rica em expressões artístico-culturais, porém há poucos espaços de expressão - a exemplo, a cidade não tem sequer um cinema. Portanto, afirmamos aqui uma proposta voltada à promoção e produção de arte e cultura em suas diversas formas de expressão: poesia, música, dança, literatura de cordel, cantoria, artes plásticas, desenho, pintura, escultura, teatro, artesanato, feiras e palestras. Nesse sentido, também se apresenta como uma proposta de contribuição voltada à educação estética dos estudantes do CAA.

Os processos de inclusão em suas várias formas de execução exigem de seus/as realizadores/as, a criação de oportunidades a fim de que os/as beneficiados/as das ações encontrem acessos facilitados de participação, assim pretendemos criar as condições de promoção necessárias para essa inclusão.

Para isso, será organizada uma programação artístico-cultural além de possibilitar a realização de oficinas lúdicas educativas, com práticas artístico-pedagógicas voltadas à execução de atividades voltadas às crianças. Serão oferecidas apresentações artísticas e oficinas pedagógicas nas áreas: poéticas, musicais, dança, pintura, desenho, artesanato, técnicas lúdicas variadas, produzidas pelos alunos/as, professores/as e a comunidade local.

Nessa perspectiva, tivemos como objetivos para o desenvolvimento do projeto:

- Ampliar as atividades extra-curriculares da Instituição de Ensino, inserindo corpo docente, discente, e administrativo;
- Descobrir e incentivar o desenvolvimento de talentos artísticos e culturais no CAA;

- Despertar o interesse, incentivar e estimular a importância das manifestações artísticas no cotidiano da comunidade universitária;
- Construir estratégias que viabilize a participação da comunidade acadêmica nas ações culturais a serem desenvolvidas;
- Estimular e integrar a comunidade acadêmica em projetos artísticos culturais que promovam a cidadania;
- Valorizar e refletir sobre as principais manifestações da cultura local;
- Propiciar a expansão, a importância e a convivência com as atividades junto às comunidades circunvizinhas, permitindo por em prática o exercício e a comunhão da cidadania vivida na universidade.
- Construir um levantamento de opinião dos/as participantes dos eventos a fim de saber a viabilidade da continuação desse projeto.

Considerando que as manifestações culturais são fenômenos sociais e que, portanto, devem ser pensados de forma integrada entre as diversas instituições e grupos sociais. Nesse sentido, a produção cultural da universidade pública brasileira tem na extensão universitária sua forma predominante de realização. Nessa perspectiva, esse projeto se configura como uma possibilidade para a concretização dessa premissa.

Marco Teórico

Cultura e manifestações culturais

Segundo Tylor (2005, p. 69), cultura é todo aquele “complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade”.

Dentro de mundos de cultura, o que se cria e o que cria algo à sua volta fazem parte e, dinamicamente, constituem uma comunidade de imaginários de que cada um de nós, é mais um companheiro de destino do que um hospedeiro, mais uma reticência do que um ponto final.

Do exposto, depreende-se um campo cultural, pois todo complexo de redes e de sistemas de símbolos, de significados e de saberes que estamos envolvidos desde o momento do nosso nascimento, constitui o mundo da cultura. Fora dela não existe possibilidade de uma existência humana. Somos seres da natureza vivida como alguma experiência de cultura Brandão (2008).

As manifestações culturais são produções artísticas de diferentes formas de expressão e constituem o patrimônio histórico cultural.



Figura 3.1. Foto de banner de divulgação do projeto



Figura 3.2. Foto de banner de divulgação do projeto

Manifestações Culturais: Produções Artísticas

As nações desenvolvidas que possuem grande tradição, a começar pelos clássicos Gregos e Romanos, sempre se preocuparam com as artes e a cultura. No mundo globalizado, cada nação valoriza sua cultura, sua arte popular e sua arte erudita, sem haver, entretanto, nenhuma supremacia entre elas.

A expressão artística possui tanto poder, que os ditadores nazistas, fascistas e comunistas tentaram destruir a arte contemporânea da época, no período em que exerciam o poder. Hitler mandou fechar a Bauhaus, a grande escola de *design*, e chamou a arte da época de “arte degenerada”. Ou na época de Stalin que, igualmente aos outros, decretou a arte realista como a oficial. Os artistas deviam exaltar o partido e seus governantes. Com isso a grande maioria teve de fugir para a França ou Estados Unidos, onde produziram suas obras, que hoje estão em diversos museus do mundo. No período ditatorial brasileiro, sucedeu a mesma coisa, muitos artistas, de várias linguagens, sofreram terríveis perseguições.

No momento atual, o processo evolutivo da arte, passou-se, além do belo, a tratar de outros temas mais complexos, que na sua forma podiam ser chamados de feios na antiga visão. Mas a arte, bela ou feia, deve transmitir ao espectador uma emoção. Todo artista expressa, por qualquer meio ou linguagem, o que se passa em sua mente, na sua alma. Em sua criação, ele materializa a sua visão de mundo. Um artista é um visionário, ele vai além do cotidiano, ele prevê o futuro.

No Brasil foram os literatos os primeiros a trabalhar a identidade cultural brasileira. Eles começaram pela transfiguração da cultura popular do Nordeste. José Américo de Almeida foi o primeiro com “A Bagaceira”, de 1928. Depois vieram muitos, entre eles, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Mario Sette, Ariano Suassuna, Ascenso Ferreira, Gilberto Freire, entre outros. Gilberto Freire, no livro “Nordeste”, com chamada de página, usa pela primeira vez o termo ECOLOGIA e explica o seu significado, com ele denunciava o escoamento na natureza pelas usinas de açúcar, do vinhoto, que é um elemento venenoso.

Na música não podemos pensar em música popular e seus artistas por motivos óbvios. Vejamos exemplos de alguns músicos brasileiros eruditos que em sua obra transfiguram a arte e a cultura popular. Primeiramente Silvio Deolindo Froes, Heitor Villa-Lobos, Radamés Gnattali, Guerra Peixe, para ficar somente nestes. Ildásio Tavares (2007)

Podemos citar alguns pintores brasileiros que já estão na nossa história, ao lado de Portinari, De Cavalcanti, entre outros temos Heitor dos Prazeres, José Antonio da Silva, Cardoso e Silva, Silvia Leon Chalreo, Aurelino, João Alves, Manezinho Araújo e muitos outros.

No cinema Glauber Rocha e Paulo Gil de Andrade Soares, Roberto Pires, Braga Neto, Luis Paulino dos Santos, Trigueirinho Neto, Tuna Espinheira, Agnaldo Azevedo, Rex Schindler, Oscar Santana, Guido Araújo, entre outros.

Nesse cenário, observa-se que no Brasil, todas as linguagens artísticas estão em evidência, nossos artistas expondo inclusive no exterior. Valorizar uma linguagem em detrimento da outra, seja por qualquer motivo, inclusive político, é um equívoco. Não

respeitar os artistas que no passado remoto ou recente deram ou continuam dando uma contribuição à arte e cultura, com certeza, é uma atitude inconcebível numa democracia.

Com efeito, considerando que o importante em qualquer artista é a sua obra. Se a obra foi elaborada dentro de uma linguagem contemporânea da época, com certeza ela já está na História, e permanecerá, independente de ser um artista erudito, popular ou de um artesão.

Nesse sentido, as duas formas de conceber a cultura como popular e erudita, redundam afinal em se encontrar sob o conceito de cultura geral, devem conviver em pé de igualdade e se uma supera de muito a outra, deve-se buscar o equilíbrio. Principalmente porque uma vive da outra, uma se nutre da outra numa constante viagem dialética. A sexta sinfonia de Beethoven, chamada a Pastoral, nasce de uma canção popular de ninar. Villa-Lobos deu lições de brasilidade compondo em cima de nosso folclore. Ildásio Tavares (2007).

Todas as manifestações populares do povo do Nordeste, como artesanato, arte e cultura, religiosidade, são carregadas de significados e símbolos. Nesse sentido, é muito importante a preservação das manifestações da nossa cultura popular. Nessa perspectiva, esse projeto de extensão pretende aproximar as manifestações artísticas e culturais ao meio acadêmico universitário, prestigiando a cultura popular, construída, desenvolvida e vivida na comunidade do município de Caruaru.

Metodologia

Para a implementação do trabalho desenvolvemos a seguinte sistemática:

Inicialmente foi realizada a divulgação da proposta, através de cartazes, panfletos e folder nos espaços internos do Centro Acadêmico e nos locais externos (como escolas, associações, teatros, etc.) com calendário das atividades. Em seguida convidamos alunos/as, professores/as, funcionários e comunidade artística a participarem da programação dos eventos, a partir de suas habilidades e identidades artísticas; encaminhamos também contatos e convites aos artistas locais; visitamos às instituições educativas da cidade para divulgação do projeto e convite à participação nos eventos; feito a parte de divulgação da proposta organizamos uma comissão formada por alunos/as, professores/as e técnicos que se colocaram a disposição para contribuir na sistematização da programação das apresentações culturais; o próximo passo foi a organização das atividades quinzenais, com proposta de apresentações de espetáculos artístico-culturais e realização de oficinas artístico-pedagógicas nas áreas de: poesias, musicas, dança, teatro, exposições de arte (pintura, desenho, artesanato), técnicas lúdicas (origami, literatura, recursos variados com foco na infância); os eventos eram realizados sempre às últimas quartas-feiras da primeira e da segunda quinzena de cada mês, no intervalo das 17h às 18h30m; elaboração de roteiro de perguntas e análise das entrevistas para continuidade do projeto e apresentação dos resultados em eventos científicos.

Resultados e Discussão

Este projeto pretendia integrar a comunidade acadêmica em propostas artísticas culturais, valorizar a cultura local, bem como descobrir e incentivar o desenvolvimento de talentos artísticos e culturais da instituição.

Nesse sentido, acredita-se que o trabalho realizado atingiu o resultado esperado, uma vez, que realizamos 22 eventos do Cultura nas Quartas, 10 no ano de 2009 e 12 em 2010. Com um público em média de 50 participantes, entre alunos, professores e comunidade. Nesses encontros, aconteciam apresentações de alunos e professores, recitando, cantando, tocando violão, dançando, expondo suas produções artísticas, bem como pessoas da comunidade que prestigiaram os encontros com os seus talentos artísticos.

Entre os artistas locais podemos citar o repentista Rogério Menezes, o cantor e compositor Onildo Almeida, o jornalista Bira Nunes do JC, Nelson Lima e Herlon Cavalcanti, membros da Academia do Cordel de Caruaru, entre outros.

Assim, compreendemos que atingimos o nosso objetivo que foi o de despertar o interesse, incentivar e estimular a importância das manifestações artísticas no cotidiano da comunidade universitária, como também construímos estratégias que possibilitaram a participação da comunidade acadêmica nas ações culturais desenvolvidas, promovendo dessa forma a valorização e a reflexão sobre as principais manifestações da cultura local.

Como exemplo, dentre tantas produções, apresentamos abaixo, o cordel elaborado para divulgação do projeto, o mesmo foi escrito por uma das alunas do curso de Pedagogia, a mesma também participava como monitora voluntária do projeto, vale salientar que Caruaru é a única cidade que tem o museu do Cordel e Academia do Cordel.

Prepare-se Caruaru
Chegou "Cultura nas quartas"
Tem pra mim e tem pra tu
Uma diversidade farta
Música, dança, teatro
Tem até artes plásticas

O CAA Caruaru
Chegou pra abalar
Alunos muitos envolvidos
Na arte de educar
Nesse projeto de extensão
Que a região vai contemplar

O CAA acima falado
É o campus do Agreste
Da Universidade Federal
Que é a melhor do Nordeste

E está aqui em Caruaru
"Prá nós" Cabra da Peste

A cultura nas quartas
Trará muitas atrações
Contemple você também
Traga gente de toda região
Pois o que vamos oferecer
Vai arrasar o coração

Este é o começo de tudo
Cultura na Universidade
Chame todo mundo
E a sua comunidade
Pois quem está aqui está envolvido
Orgulhará nossa cidade

Sabe quem está a frente?
Preste atenção vou falar
É um grupo de professores
Que sabem acreditar
No potencial dos alunos
E nisto investem sem cessar

Aqui está uma "palhinha"
Apenas pra divulgação
Fique sempre bem atento
Pra nossa programação

Ana Michele de Almeida Nascimento
aluna do curso de Pedagogia do CAA

Considerações Finais

O Projeto Cultura nas Quartas, conforme avaliação dos participantes, oportunizou momentos de lazer e reflexão sobre a cultura e a arte popular. Nesse sentido, essa ação contribuiu para a construção da cidadania, uma vez, que a cultura desempenha importante papel de fortalecimento a auto-estima, assim como desenvolve o sentimento de pertencimento do indivíduo em seu grupo, sua comunidade, nesse caso à universidade.

Considerando que o papel da universidade pública brasileira é contribuir para o desenvolvimento social e acesso aos bens culturais, essa atividade de extensão se apresenta como uma possibilidade de sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância da formação integrada do ser humano, além da excelência técnica científica para



Figura 3.3. Apresentações culturais da comunidade



Figura 3.4. Apresentações culturais da comunidade

as atividades artísticas culturais. E ainda, que a produção da cultura na universidade ocorre quando esta realiza atividades aberta à comunidade e com ela, acreditamos que os resultados obtidos nessa ação possibilitou uma efetiva atuação universitária no campo da cultura.

Referências

1. BARBOSA, Ana Mae. Arte Educação no Brasil. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1995.
2. BRANDÃO, J. C., Revista de Educação Popular. UFMG, 2008.
3. FUSARI, Maria F. de Resende . Arte na Educação Escolar. Ed. Cortez, 1993.
4. Ildásio Tavares (IN MEMORIAN), em sua coluna na Tribuna da Bahia, em 27 de janeiro de 2007.
5. PREFEITURA DO RECIFE. Diálogos entre arte e público. Recife: Fundação de Cultura, 2008.
6. TYLOR, Edward B. A. A Ciência da Cultura. In: CASTRO, Celso (Org.) Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

Capítulo 4

Circuito Didático Musical nas Escolas Públicas

Jailson Raulino

Professor Adjunto I

j.raulino@hotmail.com

Resumo

Esta proposta tem como objetivo precípua o estudo e a divulgação da música pernambucana através do Clarineta Ensemble UFPE. Visamos desenvolver uma ação que irá contribuir para o enriquecimento cultural musical da comunidade alvo, concomitantemente com a divulgação da música instrumental com clarinetas. O Clarineta Ensemble UFPE é um grupo formado por instrumentistas, estudantes dos cursos do Departamento de Música e de outros Departamentos da Universidade Federal de Pernambuco. Criado em 2004 como agente de pesquisa e divulgação de repertório, e ainda como elemento de apoio pedagógico na prática instrumental coletiva. Tem como meta promover interação entre estudantes e professores dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Música e a sociedade em geral. Realiza concertos oficiais e didáticos, visando suscitar o gosto pela música pernambucana. Participa de projetos acadêmicos institucionais, além de participar em eventos na Universidade, no Grande Recife e interior do estado.

Palavras Chaves: Clarineta; Música; Conjunto; Música na Escola; Prática instrumental Coletiva.

Abstract

This proposal has the study and divulgation of the music of Pernambuco as goal, through the group "Clarineta Ensemble UFPE". The aim of this project is the development of the community's musical culture, together with the divulgation of the instrumental

clarinet music. Clarineta Ensemble UFPE is a group composed by players, majors from the Music Department courses and from other Departments of the Universidade Federal de Pernambuco. It was created in 2004 to act as a research agent and repertoire divulgator and also as a pedagogical mean to promote group instrumental practice. It has as goal the interaction between professors and students from the Bachelor and Licenciature Music Courses and society in general, doing didactic and official concerts to promote the music from Pernambuco. It participates in academic institutional projects and events in the university, metropolitan area of Recife and throughout Pernambuco State.

Keywords: Clarineta; Ensemble; Music; Music of Pernambuco; Music in teaching basic School.

Introdução

São ainda recentes, no âmbito acadêmico, as práticas interpretativas musicais enquanto objeto da pesquisa científica. Por sua vez, os intérpretes musicais, vêm desenvolvendo métodos e técnicas de produção e transmissão de conhecimento que prescindem dos formatos acadêmicos tradicionais.

Compreendendo a necessidade de uma prática performática que contemple a dinâmica e diversidade da sociedade na pós-modernidade, objetivamos apontar para as possibilidades relacionais desta referida área de estudo. Portanto, focado nesta potencialidade observamos como as práticas interdisciplinares contribuem efetivamente na compreensão dos aspectos epistemológicos da performance na contemporaneidade.

A utilização de diferentes instrumentos de análise como os conceitos de raça, etnia, classe, gênero, de processos como a diáspora, a migração, a descolonização, o hibridismo ou ainda de enquadramentos teóricos como o cosmopolitismo, o pós-colonialismo ou o pós-modernismo são hoje, tal como outros foram no passado, modos diferentes de olhar e analisar a identidade dos grupos e das pessoas através da música que fazem. (SARDO, 2004, p. 63).

Neste sentido, acreditamos que com auxílio de alguns procedimentos metodológicos afins é possível evidenciar como os processos sociais podem ser determinantes na formação do instrumentista.

Objetivos

- Promover reflexões críticas sobre a performance musical, combinando a produção de interpretações musicais com a transmissão de conhecimentos sistematizados.
- Oferecer condições para se conhecer, refletir e atuar em consonância com os anseios da sociedade.

- Estabelecer uma aproximação universidade-sociedade.

Metodologia

Uma prática interpretativa através de recitais didáticos, desenvolvendo um diálogo entre o processo pedagógico e a prática musical, entre a academia e a sociedade.

Resultados

A metodologia aqui aplicada confirma o caráter multidisciplinar dos estudos da performance contemporânea, preocupando-se em valorizar, compreender e compartilhar diferentes contextos. A importância do processo dialógico da prática músico-instrumental e seu contexto estabelecem uma aproximação com a sociedade e a apropriação da cultura popular.

Os aspectos disciplinares e interdisciplinares no mundo musical têm sido amplamente discutidos nos dias atuais. Procurando apreender melhor a dinâmica transformacional das práticas musicais em si e a relação dos músicos com a sociedade e suas mutações, desenvolvemos ao longo deste estudo uma perspectiva com um viés etnomusicológico muito marcada pela visão de Alan Merriam, segundo a qual a música deve ser estudada em diferentes dimensões (MERRIAM, 1964), entre elas som e comportamento. Compreendendo a necessidade de uma prática performática que contemple a dinâmica e diversidade da sociedade na pós-modernidade, objetivamos apontar para as possibilidades relacionais da performance musical e seu/nosso contexto. Portanto, focado nesta potencialidade observamos como os estudos interdisciplinares contribuem efetivamente na compreensão dos aspectos epistemológicos da performance na contemporaneidade.

O estudo da performance, insisto, é ainda caracterizado pela interdisciplinaridade e, enquanto ciência consideravelmente recente, articula-se na diversidade das áreas do conhecimento musical: musicologia histórica, musicologia analítica, etnomusicologia, educação musical, musicoterapia, música computacional, música eletroacústica, música e literatura, música e semiótica, etc.

“[...] o pesquisador trabalha com linhas de pesquisa que estudam não só a performance, mas também os aspectos históricos e teóricos da performance musical, os processos de criação, técnicas e estilos de composição, relacionando-se com a musicologia, educação musical, sociologia, estética e tecnologia.” (LIMA, 2001, p. 537).

Seja na pesquisa, seja na prática cultural ou nas atividades correlatas a atividade performática está inserida no meio social, portanto deverá sempre voltar-se a ele, para atender os anseios dele emanados.

Considerações Finais

Atualmente, vive-se um período de boas perspectivas para a Educação Musical. A Lei 11.769/2008 poderá fortalecer a área por dispor que a Música é conteúdo obrigatório no Ensino Fundamental.

A aproximação da universidade-sociedade por meio de ações contínuas, integradas, dialogando e intervindo na sociedade de forma mais próxima e dinâmica, poderá contemplar o perfil desejado para o profissional da música na contemporaneidade.

Nesse sentido, e como forma de minimizar o distanciamento, universidade-sociedade, e as más consequências por ele causados, faz-se necessárias discussões e ações facilitando a interação e acessibilidade. Acredito ser imprescindível o papel da performance musical nesse processo. Desta forma, o conhecimento musical passará a ser respeitado e valorizado como fundamental para a formação integral do ser humano. Portanto, o Clarineta Ensemble UFPE, grupo formado pela classe de clarineta (professor e estudantes) do Departamento de Música da Universidade Federal de Pernambuco tem-se colocado como agente de divulgação, interação e como elemento de apoio pedagógico na prática coletiva do instrumento. Tem ainda como meta promover e realizar recitais didáticos, visando suscitar o gosto pela música e pelo estudo do instrumento, a clarineta, estabelecendo assim uma interação Universidade/Sociedade, através da Performance Musical.

Referências

1. BARBOSA, Joel. Rodas de Conversa na Prática do Ensino Coletivo de Bandas. In: Anais do II ENECIM - Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical. Goiânia: 2006, p.97-104. BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.mec.gov.br/legislação.
2. CRUVINEL, Flavia Maria. Educação Musical e Transformação Social: uma experiência com o ensino coletivo de cordas. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005. 256p.
3. MONTANDON, Maria Isabel. Ensino Coletivo, Ensino em Grupo: mapeando as questões da área. In: Anais do I ENECIM - Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical. Goiânia: 2004, p.44-48.

Capítulo 5

Desenvolvimento Territorial e Gestão Solidária para Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores de Materiais Recicláveis em Pernambuco

Ana Cristina Brito Arcoverde

Líder do Núcleo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social / UFPE
ana.arcoverde@gmail.com

Ingrid Karla da Nóbrega Bezerra

Núcleo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social / UFPE
ingridkarla.nobrega@gmail.com

Leandro Ferreira Aguiar

Núcleo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social / UFPE
leandroaguiar03@gmail.com

Leonidas Leal da Silva

Assistente Social

Coordenador de Extensão do

Núcleo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social / UFPE
leonidasleal.silva@live.com

Resumo

Iniciativas de trabalho solidário vêm se desenvolvendo, ao longo de décadas, nos vários Estados brasileiros. Em Pernambuco, a partir de investigação pudemos compreender como grupos de catadores de materiais recicláveis vêm relacionando suas atividades de coleta com o desenvolvimento territorial. Estes empreendimentos além de serem alter-

nativa frente ao desemprego, visto que buscam a valorização do trabalhador e não apenas dos lucros, possibilitam e contribuem para o desenvolvimento territorial de forma sustentável. Neste trabalho apresentaremos resultados parciais de como os catadores de materiais recicláveis, inseridos na forma de gestão solidária e sustentável, vem contribuindo significativamente para a diminuição da degradação ambiental no estado de Pernambuco, além de promoverem a melhoria socioeconômica de seus participantes, ao tempo em que enfrentam o desemprego estrutural e buscam meios para melhorar sua qualidade de vida.

Palavras-Chave: empreendimentos econômicos solidários, catadores de materiais recicláveis, sustentabilidade, desenvolvimento territorial.

Resumen

Iniciativas en trabajo solidario vienen se desarrollando al largo de décadas en diversos estados brasileños. En Pernambuco, tras resultados de investigación, nos enteramos sobre algunos grupos de catadores de materiales reciclables, sus relaciones de producción, de trabajo y la relación establecida con el desarrollo del territorio. Estos emprendimientos más allá de firmaren una alternativa bajo situaciones de desempleo, pues buscan la valoración del trabajador y no del lucro de las empresas tradicionales, posibilitan y contribuyen para el desarrollo de territorio de forma sostenible. Este artículo, presenta resultados parciales de como los catadores de materiales reciclables practicando una gestión diferenciada de la tradicional, es decir la capitalista, contribuyen de manera efectiva para disminución de la degradación ambiental en Pernambuco, promueven la mejoría socioeconómica de sus miembros, al paso que combaten el desempleo estructural y persiguen medios para mejorar su bienestar.

Palabras-Clave: emprendimientos económicos solidarios, catadores de materiales reciclables, sustentabilidad, desarrollo territorial.

Introdução

O objetivo deste artigo é socializar os resultados obtidos até o momento, através do trabalho realizado em alguns empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis no estado de Pernambuco.

Através de pesquisa realizada pelo Núcleo de Investigação no qual somos vinculados, o ARCUS¹ - e do recorte do mesmo voltado à extensão - executamos atividades que

¹Núcleo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), desde 2009, vem desenvolvendo pesquisas nas temáticas de Avaliação de Impactos; Trabalho; Emprego e Renda; Economia Solidária, entre outras. Antes sua líder, Professora Dra. Ana Arcoverde estava vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Direitos Sociais - NEPSS/UFPE.

nos proporcionaram uma aproximação com a realidade das iniciativas de trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários, em especial, de grupos de catadores de materiais recicláveis.

O Estado de Pernambuco hoje possui uma economia diversificada e em expansão, com grandes investimentos em complexos industriais e com atração de grandes empresas. Entretanto, verifica-se que embora haja um grande desenvolvimento econômico, principalmente em obras de infraestrutura para o porto de Suape, com a instalação da Refinaria Abreu e Lima, notamos que o mesmo crescimento não proporciona desenvolvimento social entre a população residente.

Como efeitos desta dinâmica, diversas iniciativas de trabalho, formados por grupos populares e trabalhadores sem emprego, surgem como forma de resistência, algumas fazem parte da Economia Solidária, a exemplo dos grupos, associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Tais empreendimentos apresentam impactos no desenvolvimento territorial e social, na vida dos seus integrantes e da população em geral, visto que possuem potencial de geração de trabalho e renda para muitos trabalhadores aliados do mercado de trabalho tradicional capitalista.

Ao tempo em que aliam trabalho e preservação do meio ambiente, tornam-se uma das estratégias para o enfrentamento de importantes desafios do presente século: desemprego e degradação ambiental. Em nossos trabalhos² verificamos alguns dados que apontam para resultados significativos do trabalho desenvolvido pelos seus integrantes para a aquisição de ganhos financeiros, valorização do trabalhador e efeitos com relação aos ganhos ambientais gerados pela atividade realizada.

Território e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis

Os empreendimentos econômicos solidários, frequentemente surgem em espaços determinados por características bem definidas que unem sujeitos sociais com mesmos problemas sociais e econômicos, além de terem afinidade e objetivos semelhantes.

Compreende-se o território, “Como o espaço da vida, território é o espaço socialmente organizado que tem uma identidade, tem uma história, tem uma cultura, tem o sentido de pertença. O território pode ser uma região, pode ser um município, pode ser uma parte de um município” (Zapata, 2010). O desenvolvimento deste território por sua vez requer dos sujeitos locais uma construção social. Construção esta que será capaz de fomentar o crescimento comunitário e por sua vez dos próprios indivíduos, inseridos neste processo.

O desenvolvimento do território só acontece quando ele se dá a partir das pessoas daquele território. A experiência internacional já comprova que

²Executamos dois projetos de extensão intitulados: Capacitação em gestão solidária para empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis no Grande Recife e Gestão solidária e capacitação para empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis, em Pernambuco.

projetos liderados por atores externos, sejam órgãos públicos, ONGs e organismos internacionais, tendem ao fracasso e à insustentabilidade se não formarem equipes locais capazes de assumir essa liderança. A partir destes ativos endógenos, baseados no potencial do local, é que você constrói a estratégia e as instâncias de governança e pactuação (ZAPATA, 2009, Entrevista).

Os sujeitos endógenos, por conhecerem melhor as problemáticas existentes nas regiões onde vivem, possuem maiores propriedades para elaborar um desenvolvimento territorial plausível (algo que os agentes externos não possuem). Ou seja, não se pode haver liderança de agentes externos, mas sim de agentes internos.

Em Pernambuco, os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis estudados realizam um trabalho com participação coletiva dos membros, em sua maioria fazem parte da mesma comunidade, trabalham juntos desde a fundação do empreendimento, buscam o atendimento das necessidades dos indivíduos que dele participam, demonstrando que naquele âmbito o desenvolvimento do território se dá de forma endógena.

O trabalho dos catadores não se resume apenas ao trabalho com os resíduos sólidos, são capazes de ser educadores ambientais e contribuem de forma direta nas ações de sustentabilidade.

O apoio do poder público e da própria comunidade às cooperativas é de extrema importância e pode contribuir de forma eficaz no desenvolvimento pessoal e territorial. Sabe-se que esta forma de trabalho é capaz de valorizar o trabalho do catador, bem como a promoção da cidadania e da inclusão social.

Gestão Solidária - Uma Nova Forma de Pensar a Gestão de Empreendimentos Solidários

A gestão solidária em empreendimentos solidários, conceito e prática recente, ainda necessita de uma fundamentação que favoreça o incremento de atitudes e de metodologias de intervenções em processos organizacionais e sociais, entretanto, vem paulatinamente ganhando espaço no âmbito da economia solidária, propondo uma gestão baseada em uma ética humanista e solidária.

Gestão solidária não é diferente de autogestão na forma como é praticada, vincula-se com os princípios da organização democrática, participação, cooperação e da solidariedade sociais, como uma alternativa à busca de melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Contudo, é na relação existente entre empreendimento × trabalhador × comunidade e seus reflexos na vida dos trabalhadores e na valorização do trabalho - com acréscimos de bem-estar e satisfação pessoal, que encontraremos uma diferenciação entre uma e outra.

Em tese e de forma preliminar, podemos dizer que a gestão solidária fundamenta-se pela necessidade de criação de investimentos em novas tecnologias, responsabilidade social e ambiental, humanização dos processos produtivos internos e valorização do



Figura 5.1. Fonte: Núcleo ARCUS, 2011.

trabalho e dos trabalhadores, de forma a conseguir criar condições de trabalho que possibilitem a melhoria da qualidade de vida e a satisfação pessoal do trabalhador com acréscimos também econômicos.

Gestão solidária é considerada uma tecnologia social que se bem desenvolvida e executada com interação entre a comunidade, os trabalhadores e suas famílias pode trazer soluções significativas para que haja mudanças na vida desses sujeitos (Ver Figura 5.1).

Organizações sociais, como os empreendimentos econômicos solidários que consigam executar uma gestão preocupada e voltada para o atendimento das necessidades comuns da comunidade, do trabalhador e de suas famílias, fundamentadas em princípios mais humanistas e trabalhando politicamente na defesa de políticas de inclusão, simbolizam a base da construção de mecanismos de intervenção solidária onde as mudanças sociais interdependem das mudanças individuais e de atitudes inspiradas em prol do coletivo.

A gestão solidária coloca os trabalhadores e as pessoas que compõem o entorno dos empreendimentos como os fatores principais para o sucesso dos objetivos organizacionais. Alinham-se os objetivos pessoais, juntos aos objetivos organizacionais, e isso gera uma maior produção e satisfação pela responsabilidade individual sobre a produção e seu serviço.

Metodologia - O Caminho e o Caminhar

Graças a produtos como o Catálogo dos Empreendimentos Econômicos Solidários em Pernambuco, e das listagens presentes em banco de dados tabulados a partir de visitas para coleta de dados in loco nas iniciativas de trabalho solidário no Estado³, feitas pela equipe de bolsistas vinculados ao núcleo ARCUS, conseguimos informações acerca dos grupos, associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Pernambuco. Verificamos um universo catalogado de 35 grupos⁴ divididos entre informais, associação e cooperativas.

Identificados os grupos existentes, passamos a fase de mobilização para difusão da proposta do projeto de extensão que iria trabalhar temáticas relacionadas à Gestão desses empreendimentos, além de temáticas como: Economia Solidária; Sustentabilidade, Valorização do trabalho como catador; Legislação trabalhista, sanitária, fiscal e ambiental; Cooperativismo e Movimento Social de Catadores de Materiais Recicláveis. Até o presente, efetivamente realizamos capacitações com 06 grupos de catadores de um universo de 12 visitados, sendo 05 na RMR⁵ e 01 no agreste pernambucano. Os demais não foram contatados por motivos diversos⁶. Aqui utilizaremos dados encontrados nos 05 grupos do grande Recife.

Como metodologia de trabalho utilizada nas capacitações com os catadores de materiais recicláveis foram realizados: minicursos e palestras, conversas informais e entrevistas com os membros dessas iniciativas. Ainda elaboramos questionário semiestruturado para caracterizar os empreendimentos que aderiram à proposta. Priorizamos a capacitação de sujeitos pela participação, construção coletiva para aprimorar a apreensão das informações.

Assim, pudemos compreender como se procedem dinâmicas internas, bem como as relações externas. Podemos citar como exemplo os trabalhos realizados nas comunidades onde cada cooperativa está situada, utilizando da conscientização sobre a importância da sustentabilidade e a importância da mesma para o meio ambiente.

O espaço para debates construídos dentro da sede ou nos galpões dos próprios empreendimentos nos trouxe uma compreensão sobre as dificuldades existentes na área da produção e da gestão e isso contribuiu de forma eficaz para o monitoramento das atividades com engajamento de empreendedores e dos resultados obtidos.

³Ao todo foram catalogados 1.954 empreendimentos ligados à Economia Solidária no Estado, o levantamento foi possível através de comparação com os arquivos de dados disponibilizados pela OCB-SESCOOP/PE (Organização das Cooperativas Brasileiras), bem como pela base de dados do SIES (Sistema de Informação sobre Economia Solidária) do Governo Federal e banco de dados de pesquisas anteriores realizadas pela Profa. Dra. Ana Arcoverde.

⁴Vale ressaltar que este universo é composto pelos empreendimentos identificados a partir de pesquisas realizadas anteriormente e que o número real dessas iniciativas é bastante superior.

⁵Região Metropolitana do Recife.

⁶O problema mais encontrado para a realização das visitas aos empreendimentos foi mudança do número telefônico ou inexistência dele. Outros fatores foram: recusa em participar do projeto, o fim das atividades, a não adequação do empreendimento aos objetivos do projeto.

EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS					
Recursos Utilizados nas Campanhas de Sensibilização/Mobilização da Sociedade					
	Cooperativa de Catadores Tril-Saues	ABROR	Cooperativa Esperança Viva	COOPAGRI	Cooperativa de Reciclagem de Plástico Ltda
Cartazes ou folhetos distribuídos à população	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Visitas orientadas da população às unidades de processamento de resíduos existentes no município	Sim	Não	Sim	Não	Não
Matrizes de limpezas em áreas de especial interesse para a população com envolvimento ativo de associações de entidades comunitárias	Sim	Não	Sim	Não	Não
Visitas orientadas de agentes públicos a residências, empresas, etc.	Sim	Não	Sim	Não	Não
Através dos meios de comunicação em massa	Sim	Sim	Não	Não	Não

Figura 5.2. Fonte: Relatório do projeto de extensão do Núcleo ARCUS, 2011.

Resultados e Discussão

O desenvolvimento das atividades de capacitação com os trabalhadores de catadores de materiais recicláveis ainda encontra-se em fase de execução, o projeto aprovado pelo CNPq e pela Proext/UFPE conta com dois bolsistas de extensão além de um assistente social em sua coordenação. Aqui, mostraremos os principais resultados obtidos até o presente.

Catadores de materiais recicláveis e meio ambiente/sustentabilidade

O desenvolvimento do trabalho realizado pelos catadores de materiais recicláveis traz efeitos diretos na sociedade como a diminuição dos resíduos sólidos, auxilia na tarefa de educação da sociedade no qual eles estão inseridos. Os catadores de materiais recicláveis são peças principais para o desenvolvimento sustentável por serem aqueles que lidam na base com todo o processo de recolhimento das matérias-primas que serão reutilizados para diversos fins (desde artesanais a fins empresariais).

Os empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis entram como base para o fortalecimento da conscientização social, algo que individualmente os catadores não são capazes de fazer, muitas vezes por não saberem a importância que sua própria profissão tem para com a sociedade.

Segundo verificamos, todos os empreendimentos formados por catadores em Pernambuco (como associações e cooperativas) mobilizam de alguma forma a sociedade no qual eles estão inseridos. Das cinco entrevistas realizadas nas cooperativas e associações obtiveram-se os seguintes resultados quanto a campanhas de sensibilização/mobilização (ver Figura).

Verificamos que a totalidade dos empreendimentos de catadores realizou algum tipo de mobilização comunitária com finalidade de orientar a população do entorno acerca do trabalho realizado no empreendimento, além de buscar apoio para a coleta

dos materiais, no sentido da população disponibilizar, semanalmente, em pontos estratégicos o resíduo sólido gerado pela comunidade.

O trabalho de campanhas e mobilização na comunidade em quase totalidade dos 05 grupos atingiu seu objetivo, com participação massiva da população, no entanto, encontrou adversidades como a concorrência com outros grupos de catadores e ainda com a prefeitura dos municípios.

Ao chegarem ao ponto de coleta, muitas vezes não encontram o material que deveria ter sido depositado pelo morador ou, pela prefeitura, o que prejudica posteriormente a aquisição de ganhos financeiros. Os catadores autônomos têm resistência em integrarem-se ao movimento ou grupo, muitas vezes já participaram de outros grupos, associações e cooperativas e que não vingaram ou não se adequaram a forma de gestão do empreendimento. Outro motivo para não se inserirem em cooperativas é que podem vender sua produção isoladamente por conta própria as empresas, gerando sua própria renda, podendo esta ser superior ou inferior aos ganhos obtidos numa forma associativa.

Já o problema com as prefeituras, tem raízes na falta de empenho da gestão do município com as parcerias firmadas. Alguns empreendimentos já tiveram apoio ou mesmo financiamento dos municípios, no entanto, essas parcerias são frágeis com relação à troca da gestão municipal, com a continuidade das ações promovidas pela gestão anterior. Isto acarreta a desfragmentação dos laços obtidos e muitas vezes estes não são recuperados, laços que são compartilhados entre trabalhadores-trabalhadores, trabalhadores-municípios e trabalhadores-comunidade.

Catadores de materiais recicláveis e resíduos sólidos versus armazenamento e transporte

Todos os empreendimentos que foram visitados e que realizamos nossas atividades de capacitação trabalham com os tipos de resíduos sólidos de classe B, ou especificando, os materiais resultantes de processos de produção, transformação, utilização ou consumo, oriundos de atividades humanas ou animais, cuja destinação deverá ser realizada de forma adequada para não haver degradação do meio ambiente. São eles: plástico, papel/papelão, vidros, metais madeiras, e derivados.

Todos os materiais são destinados a empresas que reutilizam diretamente estes materiais como matéria-prima para seus produtos ou para atravessadores.

O grande problema enfrentado na armazenagem destes produtos é o espaço físico da associação ou cooperativa. Em todos os empreendimentos foi relatado este problema, que dentre outros empecilhos provoca a queda da aquisição de ganhos financeiros pelos catadores. O exemplo maior deste problema foi verificado na Cooperativa, Coopagres, localizada no Bairro de Santo Antônio no Recife, atualmente a cooperativa está impossibilitada de associar mais trabalhadores visto que já não há espaço para estocagem/armazenamento dos resíduos sólidos coletados em condomínios de bairros como Boa Viagem e Pina, além da coleta feita de porta em porta.

Em uma das visitas realizadas, vimos que existem amontoados de materiais que

ficam sem a proteção necessária contra as intempéries do tempo e que podem acumular água, com proliferação do mosquito da dengue. Os espaços são insalubres; são utilizados igualmente como moradia e galpão de armazenagem, o que pode acarretar problemas graves de saúde, visto que com o acúmulo de materiais encontramos animais peçonhentos e roedores que transmitem doenças (ratos, baratas, escorpiões, cupins, etc.).

Ainda foi verificado que, com relação ao transporte dos materiais tanto para armazenamento quanto para comercialização, a principal dificuldade vista decorre da falta de veículos que sirvam para levar o material coletado para venda e revenda, ou mesmo para estocagem. As carroças de coleta, muito antigas e artesanais, quebram com frequência, obrigando-os a duplicar o tempo de coleta, isso quando podem ser utilizados para tal atividade.

Catadores de materiais recicláveis e gestão participativa ou solidária

A priori, percebemos que na estrutura de gestão praticada nos empreendimentos solidários de catadores segue a lógica cooperativista-associativista, assim, mesmo existindo uma ordem hierárquica com presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiro, etc., as decisões são tomadas de forma coletiva.

Existem assembleias e reuniões mensais entre os sócios-participantes onde nelas são decididas as atividades, ações, metas e onde são discutidos os problemas e dificuldades existentes nos empreendimentos.

Neste tipo de gestão é muito importante que todos os sócios tenham informações sobre todo o processo produtivo, visto que, se houver um problema em determinado setor, saibam resolver da maneira mais apropriada e rápida possível, não permitindo que dado problema ganhe grandes proporções e dificulte o funcionamento do negócio (ARCOVERDE, 2009).

Em poucos empreendimentos foi percebida uma forma de gestão próxima daquela que é praticada nos empreendimentos e empresas tradicionais capitalistas, com tomada de decisões e ordens sendo dadas de forma verticalizada. Mesmo com relação à distribuição dos ganhos estes são divididos conforme a produtividade ou mesmo de forma igualitária, dependendo do número de participantes ou mesmo da produção nos empreendimentos visitados na Região Metropolitana do Recife.

Mesmo nos grupos com mais sócios existe uma democratização da tomada de decisões e os sócios-participantes se sentem satisfeitos com a inserção/participação nos empreendimentos, isto denota que seu trabalho é valorizado naquele espaço.

Catadores de materiais recicláveis e satisfação com o trabalho realizado

Quando perguntados se gostam do trabalho que realizam, todos, sem exceção dizem que, sim, gostam do trabalho realizado, mesmo quando sofrem algum tipo de violência moral e preconceito nas ruas quando realizam a coleta.

É de conhecimento de todos que, muitas profissões causam invisibilidade ao sujeito praticante da ação, visto que a sociedade ainda subvaloriza alguns trabalhos, estes são

considerados de segunda categoria.

Escutamos diversos relatos, percebemos a presença do preconceito praticado contra esses trabalhadores, uma das catadoras afirmou que já foi chamada de pano de chão por uma senhora na rua por estar suja e, segundo ela, fedendo. Essa afirmação fez com que ampliássemos a discussão sobre a valorização do trabalho do catador de material reciclável nas capacitações, com o tema: Reciclando vidas.

É importante que os catadores saibam da importância do seu trabalho para a manutenção da limpeza das ruas evitando acúmulo de resíduos em locais que possam causar transtornos a população. Desta forma, se gestará práticas ambientais capazes de estimular a preservação do meio ambiente.

O estímulo ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis deve ser uma prática constante por parte da comunidade e do poder público, como agentes capazes de melhorar e desenvolver o território através de práticas sustentáveis.

A reciclagem não acontece apenas com os materiais que podem ser reutilizados, ela também ocorre na vida dos próprios catadores. Muitas vezes, estando em situação de risco social, subempregados ou desempregados, podem reciclar suas vidas, com ganhos pessoais e financeiros.

Catadores de materiais recicláveis e desenvolvimento territorial

O desenvolvimento territorial, a partir da perspectiva da Economia Solidária, pressupõe uma atuação no território que privilegie a organização coletiva da comunidade e do trabalho, a organização em redes, a criação de instâncias participativas, a implementação de tecnologias sociais, entre outras estratégias que visam a apropriação e criação de identidade da população em seu território e o desenvolvimento de projetos e ações que estimulam a sustentabilidade econômica, social e ambiental, a médio e longo prazo. Com esse foco de debate, essa área temática também compreende estudos sobre formação, organização e atuação política dos atores envolvidos neste processo.

Um dos empreendimentos, localizado no município de Abreu e Lima, Cooperativa de Catadores Erick Soares, contribuiu para o desenvolvimento de sua comunidade com a abertura de um espaço onde os jovens recebiam aulas de informática, com recursos provenientes de um órgão público, proporcionou a oferta de um espaço com computadores para a comunidade.

O fato de gerar uma fonte de renda para trabalhadores e pessoas alijados do mercado formal de trabalho permite que os empreendimentos possam romper com o desemprego estrutural e desprotegido e com os processos de exclusão social em busca de uma sociedade mais igualitária.

Conclusões

Mesmo com resultados preliminares, podemos afirmar que os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis no Grande Recife, visitados por nosso projeto, conseguem trazer ganhos socioeconômicos com acréscimos de bem-estar e de realização

profissional aos trabalhadores inseridos nessas iniciativas de trabalho solidário, mesmo com o enfrentamento de inúmeras dificuldades.

A cooperação encontrada está basicamente assentada na repartição igualitária do trabalho, de organização da produção e ganhos, pois não há assalariados nesses espaços.

As relações de poder e tomada de decisões apontam para uma hierarquia horizontal que prima pela valorização da autonomia do sujeito enquanto participante e sócio da associação ou cooperativa. Ao mesmo tempo em que se constituem em meio de inclusão social, respondendo às necessidades materiais dos seus participantes.

O controle do empreendimento e a tomada de decisões são realizados de modo mais ou menos autônomo e/ou participativo estando próximo do igualitarismo.

No regime de produção e coleta dos seus materiais o trabalho prevalece de forma também igualitária, existindo troca de informações, auxílio mútuo entre os participantes e divisão coletiva do trabalho de coleta e seleção.

Evidente que os problemas existem e estes interferem no desenvolvimento das atividades dos empreendimentos, no entanto, até o momento, estes não têm sido capazes de prejudicar de forma substancial o funcionamento dos mesmos. Os principais problemas enfrentados como já relatamos estão relacionados com a infraestrutura / espaço para armazenagem; equipamentos e ferramentas em número inferior ou em mal estado de conservação; falta de caminhões para o transporte e comercialização do material que é coletado; desestímulo e abandono das atividades por parte de alguns sócios-participantes; falta de capacitação em temas relacionados à gestão do empreendimento; apoio para construção de projetos que possibilitem adquirir financiamento; regularização da documentação, entre outros.

Por fim, ainda mediante inúmeros desafios a serem superados, os empreendimentos visitados possuem uma proposta inovadora, distinta de pensar, organizar e socializar a produção e distribuir seus ganhos, diferente da lógica tradicional capitalista.

Referências

1. ARCOVERDE, A. C. B. et al. Economia Solidária em Pernambuco. Alternativa de emancipação frente ao desemprego e à exclusão social? Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
2. ARCOVERDE, A. C. B.; AVES, R.; MELO, C. da S.; SILVA, L. L. da. Catálogo dos empreendimentos econômicos solidários de Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.
3. RIBEIRO, H. Coleta Seletiva com Inclusão Social. São Paulo: Annablume, 2009.
4. RTS - Rede de Tecnologia Social. Desenvolvimento Territorial Endógeno. Entrevista com Tânia Zapata. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/>> Acesso em: 28 de Agosto de 2011.

5. O que é Desenvolvimento Local e Territorial. Disponível em:
<<http://tv.sebrae.com.br/>> Acesso em: 28 de agosto de 2011.

Capítulo 6

Diversidade Linguística e Fortalecimento da Identidade Sócio-Histórico-Cultural no Ensino de Linguagem e seus Códigos no Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra - PE

Cinthy Torres Melo¹

Maria Guadalupe de Araújo Silva²

Maria Sirleidy de Lima Cordeiro³

¹Professora da Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste (CAA). Atua na área de Língua portuguesa do Núcleo de Formação Docente no curso de Pedagogia, é professora colaboradora do curso de Licenciatura plena em Educação Intercultural Indígena, coordenadora da área de linguagem e códigos do ProJovem Campo Saberes da Terra - PE (2010 e 2011) e do ProJovem Campo Saberes da Terra - Alagoas (2011.1), pesquisadora do GPENAPE - Grupo de Pesquisa Ensino, Aprendizagem e Processos Educativos (UFPE/CAA), do NELFE - Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e da Escrita (CAC/UFPE), do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Diversidade (UFPE/CAA) e colaboradora do NEI - Núcleo de Estudos Indigenistas (CAC/UFPE). E-mail: cinthyatorresmelo@gmail.com

²Graduanda do curso de Pedagogia da UFPE/CAA e ex-bolsista do ProJovem Campo Saberes da Terra-PE, sob a orientação da Profa. Dra. Cinthy Torres Melo. E-mail: lupinha18@hotmail.com

³Graduanda do curso de Pedagogia da UFPE/CAA e bolsista voluntária de pesquisa (NELFE/GPENAPE), sob a orientação da Profa. Dra. Cinthy Torres Melo. E-mail: sirleidy_lima@hotmail.com

Resumo

A língua é uma manifestação identitária dos sujeitos e apresenta dimensões sociais, locais, territoriais e subjetivas muito particulares devendo ser respeitada em sua integridade, pois a língua é usada por sujeitos sociais e políticos. A educação linguística põe em relevo a necessidade de que deve ser respeitado o saber linguístico prévio de cada sujeito, sem, contudo, negar-lhe o direito de acesso à variante padrão chamada de norma-padrão. As reflexões e análises são de caráter qualitativo e partem de observações participativas em aulas para a elaboração de um glossário de palavras do campo realizado pelas educadoras e pelos educandos/as em duas salas de aula do ProJovem Campo- Saberes da terra - PE, em Brejo da Madre de Deus. A educação em língua portuguesa no ProJovem Campo, no Município de Brejo, presta relevantes contribuições para a consciência axiológica das variantes linguísticas dos jovens e adultos camponezes, fortalecendo o respeito à diversidade linguística e o ensino de língua portuguesa nas escolas do campo.

Palavras-Chave: ProJovem Campo. Educação. Língua Portuguesa. Formação de Professores. Diversidade Linguística

Abstract

Language is an expression of identity of the subjects and presents social, local, territorial, very private and subjective and should be respected in its entirety, because the language is used by political and social subjects. The language education highlights the need that must be complied with prior linguistic knowledge of each subject, without, however, denying him the right of access to the standard variant called the standard norm. The reflections and analysis are qualitative and participatory observations leave classes for the preparation of a glossary of words in the held by the educators and the students / them in two classrooms ProJovem Campo Saberes da Terra - PE, in Brejo da Madre de Deus. Education in Portuguese in ProJovem Campo, no município de Brejo, providing relevant contributions to the axiological awareness of linguistic variants of the young and adult farmers, strengthening respect for linguistic diversity and English language teaching in schools in the field.

Keywords: Field ProJovem Education. Portuguese language. Teacher Education. Linguistic Diversity

Introdução e objetivos

Discorrer acerca da ideia da valorização das variações linguísticas no ensino da área de Linguagem e seus Códigos, no Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra em Pernambuco, no Município de Brejo da Madre de Deus, Sítio Açudinho, implica em considerar este estudo em uma perspectiva de construção interativa, em que o ensino

se encontra entrelaçado com as vivências e contextos sócio-histórico-culturais dos discentes, em um vínculo indissociável entre respeito e identidade do povo do campo.

Neste trabalho, apresenta-se a contribuição educativa e social que o ensino da diversidade linguística, na área de linguagem e códigos do ProJovem, construiu para a consciência e o fortalecimento identitário dos sujeitos camponeses, usando-se para isto reflexões referentes à variação linguística no português brasileiro em contextos de fala e de escrita. O trabalho encontra-se dividido em 4 tópicos, que correspondem à correlação da língua e sua articulação com as variantes e com a diversidade linguística, as quais atendem à demanda situacional social e adéquam a fala ou/e escrita às necessidades, às finalidades e às situacionalidades enunciativas.

Do ponto de vista teórico, este estudo foi realizado à luz de autores como Luiz Antônio Marcuschi (2004), Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), Marcos Bagno (1999) e Maurizio Gnerre (1998). Os teóricos estão, essencialmente, relacionados à Linguística Aplicada, à Pragmática, à Linguística Textual e à Sociolinguística. Certamente, o que aqui se apresenta, não esgota, e nem pretende esgotar, a amplitude das questões que envolvem a educação do campo e o ensino de língua portuguesa, mas constitui-se em uma tentativa de oferecer possibilidades para uma reflexão mais heurística e fenomenológica, com subsídios teóricos e práticos, para o despertar de uma consciência educativa em prol do fortalecimento das variantes linguísticas dos jovens e adultos do campo, e consequentemente, do fortalecimento da identidade camponesa.

Marco teórico

A perspectiva deste trabalho aborda uma pedagogia sensível aos saberes dos discentes camponeses, na qual a língua é considerada como uma manifestação identitária dos sujeitos, em que estão presentes dimensões sociais, locais, territoriais e subjetivas muito particulares. As dimensões caracterizam os fatores chamados de extralinguísticos, que causam variação em toda e qualquer língua do mundo. Portanto, pensar nesta perspectiva é pensar na direção dos usos da língua e no respeito a esses usos, pois a língua é sempre usada por sujeitos sociais e políticos. Observe-se a Figura 6.1, com a representação esquemática da língua e seus fatores extralinguísticos.

O ensino da diversidade linguística, no Programa ProJovem Campo Saberes da Terra-PE, põe em destaque uma postura pedagógica inclusiva ao unir as propostas dos eixos temáticos do ProJovem, voltados para o homem do campo, com a perspectiva de respeito aos fatores que causam variação linguística. O direito ao ensino e ao reconhecimento dos fatores de variação na língua corrobora para o fortalecimento da identidade linguística dos falantes do campo, consolidando uma ação de formação educativa que respeita e assegura as peculiaridades linguísticas dos povos do campo. O artigo 28 da Lei 9394/96 - LDB afirma que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

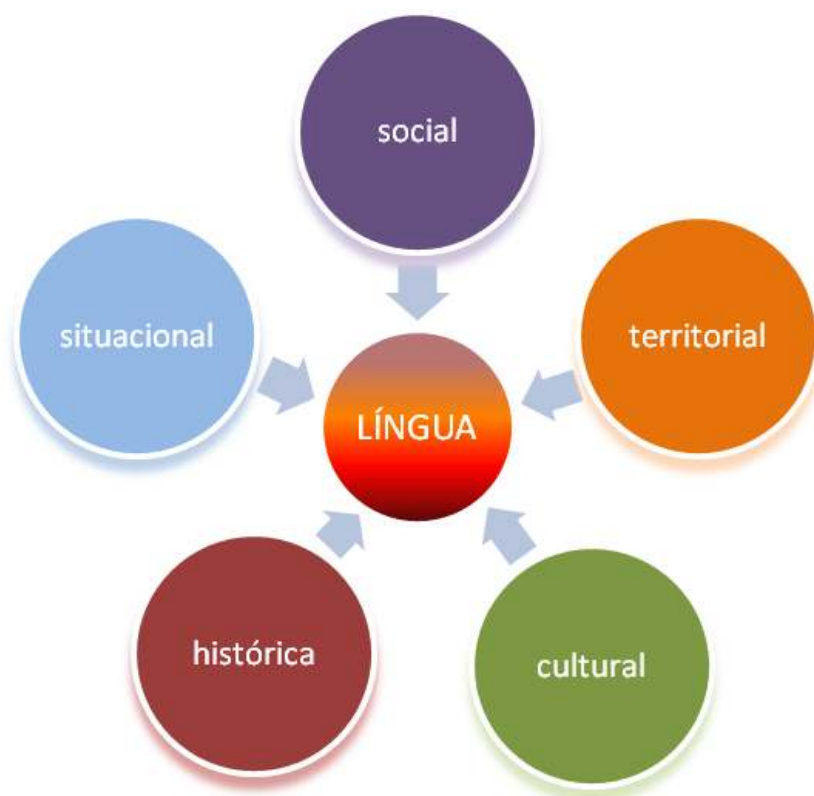


Figura 6.1. Representação esquemática da língua e seus fatores extralinguísticos.

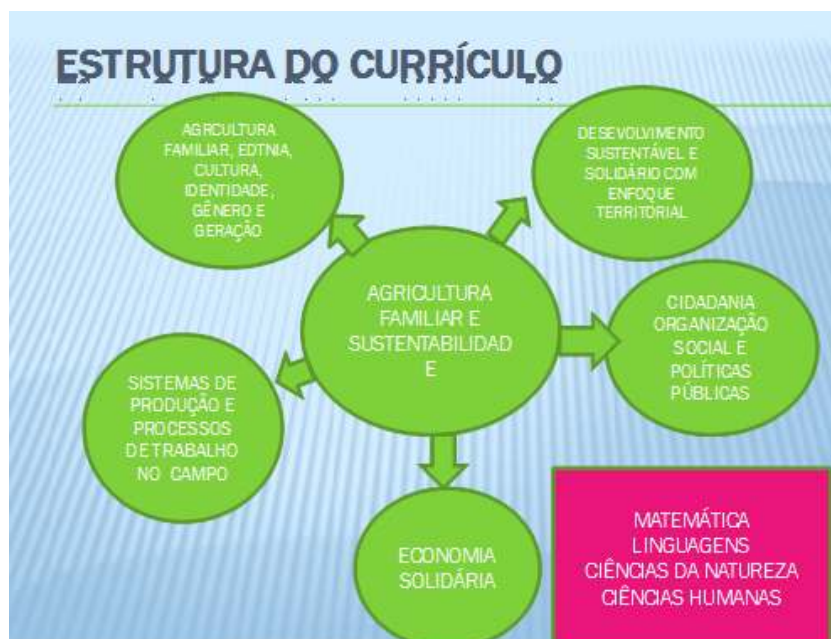


Figura 6.2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. Cadernos pedagógicos do ProJovem Campo- Saberes da Terra. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
 - II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
 - III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.
- (BRASIL, Lei N° 9394/96 de 20 de dezembro de 1996).

A introdução do art. 28 chama a atenção para o ensino básico com respeito às peculiaridades da vida rural. A educação linguística e variacionista precisa e deve achar o seu lugar nas peculiaridades do ensino e do uso da língua no campo. Descontextualizar a ideia de que ensinar língua portuguesa é ensinar apenas a gramática e o uso da norma-padrão é o primeiro passo para um ensino de língua com respeito aos aspectos sociais, territoriais, históricos, culturais, políticos e econômicos de seus falantes. O respeito à diversidade linguística se dá quando os diversos usos da língua não são considerados nem melhores nem piores no ensino de língua portuguesa, pois todas as variantes linguísticas (padrão, coloquial, popular, jargão, gíria...) têm o seu valor e o seu lugar de uso na língua, além de representarem a identidade social, histórica, cultural e regional de cada sujeito (BAGNO, 1999; BORTONI-RICARDO, 2004). Veja-se, agora, a estrutura do currículo do ProJovem na Figura 6.2.

No esquema do currículo, vê-se que o ensino de língua portuguesa não pode e não deve estar dissociado do ensino da diversidade linguística. O respeito às variantes

linguísticas perpassa os 5 eixos temáticos que estão interligados entre si e com o eixo articulador *Agricultura Familiar e Sustentabilidade*.

O reconhecimento de que é preciso ensinar a linguagem padrão, mas, também, os outros tipos de linguagem imprimem ao ensino da língua o entendimento de que a língua ultrapassa as fronteiras das regras gramaticais, desvendando preconceitos estigmatizados na sociedade e abordando as diferenças dialetais, de classe social, de idade, de sexo, de variação histórica, de variações de registro e ainda a necessidade de os falantes utilizarem mais de uma variante linguística dependendo dos contextos situacionais que se lhes apresentem. Ainda é preciso acabar com mitos do tipo: só quem fala o português corretamente são os ricos; estudar português é difícil, a língua tem uma uniformidade surpreendente; é preciso falar assim porque se escreve assim, entre outros (BAGNO, 1999).

A língua que falamos molda nosso modo de ver o mundo e nosso modo de ver o mundo molda a língua que falamos. Portanto, faz-se necessário chamar a atenção para o ensino de língua portuguesa voltado, também, para as peculiaridades da língua e de seus falantes. É aqui que a diversidade linguística encontra a sua importante contribuição no ensino da linguagem e seus códigos no ProJovem Campo, tendo em vista que a língua pode ser um poderoso instrumento de dominação de classe, pela exclusão ou pela inclusão. As pessoas falam para serem “ouvidas”, às vezes para serem respeitadas e também para exercerem uma influência no ambiente em que realizam os atos linguísticos. O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la em um ato linguístico (GNERRE, 1998).

Negar o ensino da variação linguística é negar o próprio ensino da norma-padrão ou “cult”, já que esta norma também é uma variante na língua portuguesa que foi eleita, em séculos passados, como a forma de falar e escrever das elites dominantes na sociedade brasileira. A língua, na perspectiva da variação, é viva, multicultural, constituída de interferências externas e internas dos sujeitos e das situações socialmente situadas, porque há contextos e mais contextos de uso da língua portuguesa. Afinal, ninguém vai ao jogo de futebol e extravasa suas emoções usando-se de palavras polidas ou escreve um ofício usando-se de gírias e termos coloquiais.

Metodologia

O ProJovem Campo - Saberes da Terra tem como objetivo desenvolver uma política que fortaleça e amplie o acesso e a permanência de jovens e adultos agricultores/as familiares, situado na faixa etária de 18 a 29 anos, integrada à Qualificação Social e Profissional para agricultores/as Familiares. O Projeto foi pensado como forma de conseguir a interseção de ações entre o Governo e os movimentos sociais. Segundo consta na memória técnica do Seminário Nacional de Formação de Educadores do Projeto, realizado em Brasília, em maio de 2006, ocasião na qual foi assinado o convênio técnico de cooperação entre os três Ministérios para a efetivação do Projeto, um de seus objetivos é permitir o “fortalecimento da educação do campo na esfera pública a partir de experiências concretas dos movimentos sociais” (BRASIL, 2005, p. 2).

Partindo da proposta do Programa, este trabalho utiliza uma metodologia que acompanha e congrega as observações de aula participativa analisadas. Segundo Gil (2008, p. 26), “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. A partir da necessidade de apreensão de conhecimentos diante da experiência educativa de muitas organizações, interligando a teoria com a realidade da ação com a criatividade, a metodologia adotada foi essencialmente de abordagem qualitativa, de modo que as reflexões apontadas ao longo do trabalho possam contribuir para ampliar as discussões sobre o respeito à diversidade linguística no ensino de língua portuguesa. Minayo (2008, p. 21) salienta que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos valores e das atitudes”. Por isso, “é importante afirmar que o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo” (MINAYO, 2008, p. 14).

Neste sentido, o grande foco para a construção deste trabalho foi a observação, a análise e os encontros com os/as educandos/as e educadores/as do Programa. Lage (2005, p. 198) afirma que a cada encontro é preciso “observar, além das falas e dos silêncios, os espaços, os atores, as atividades, a atmosfera do ambiente, os comportamentos e os sentimentos”.

Como instrumento de pesquisa foi utilizado a entrevista que se constitui-se como “[...] o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais [...] Uma conversa com propósitos bem definidos, podendo obter dados objetivos e subjetivos” (MINAYO, 1994, p. 57). A observação participante realizou-se através do contato direto dos pesquisadores com o fenômeno observado, a fim de obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto (OLIVEIRA, 2007, p. 80).

Neste trabalho traçou-se este caminho para melhor evidenciar e tornar mais contundentes os resultados, pois a importância desses registros, acima apresentados, consiste no fato de ser um modo conciso de reunir todas as informações e assegurar uma análise credível dos dados, na medida em que essas informações se constituíram num arsenal de grandes aprendizagens e discursos preciosos para a construção do estudo.

Resultados e discussão

Linguistas e estudiosos discorrem acerca da caracterização do léxico em contexto de fala e escrita, esse assunto tornou-se muito importante e norteador de marcas do discurso e em outras variantes relativas à língua em uso. Segundo Marcuschi (2004), o estudo do léxico é como uma rede de relações conjunta que envolve aspectos sociais, culturais e cognitivos para a produção de sentido socialmente situado. De acordo com essa perspectiva, as palavras usadas na fala e/ou na escrita de uma comunidade reflete o universo o qual os sujeitos estão inseridos, pois não se pode dissociar o contexto social e uso das palavras.

Como resultado da observação participativa nas aulas de linguagem e códigos, no Sítio Açudinho, em Brejo da Madre de Deus, viu-se a elaboração de um glossário de

palavras, de uso corrente e apenas oral, usadas pelos educandos/as dessa comunidade. O glossário de palavras do campo, fruto do ensino da diversidade linguística, está sendo elaborado pelas educadoras do ProJovem conjuntamente com os educandos/as. Além de retratar elementos dos contextos histórico, social, cultural e territorial destes educando/as, o glossário contribui para a descontextualização do preconceito linguístico existente na sociedade, inclusive por parte dos educandos/as da comunidade que acham suas falas “erradas”, “feias” e “matutas”, como se eles não soubessem falar o português.

Bortoni-Ricardo (2004) salienta que algumas transgressões ocorridas na fala são previstas na própria arquitetura fonológica da língua. Neste sentido, as palavras listadas no glossário caíram em desuso e, por falta de conhecimentos linguísticos, são até ridicularizadas na área urbana. Mas na área e no contexto rural, estas palavras são proferidas pelos sujeitos camponeses retratando parte de sua identidade linguística, social, histórica, cultural e territorial. A partir disso, vê-se que o FALAR dos sujeitos camponeses não é “matuto” e sim, “arcaico”, “velho”. As tendências evolutivas derivam da própria língua, quanto mais afastada é uma comunidade dos seus centros urbanos mais palavras antigas essa comunidade pode conservar em sua fala. Observe-se a Tabela 6.1.

O levantamento lexical da Tabela 6.1 evidencia, efetivamente, as vivências e o contexto da realidade camponesa, expressando a relação histórica, cultural, social e territorial das palavras usadas na oralidade. O ensino da diversidade linguística, prática dos educadores da área de linguagem e seus códigos, tem resultado no fortalecimento identitário da comunidade Açudinho. Vê-se, também, que além de serem respeitados os saberes linguísticos prévios dos educandos/as, a norma- padrão é ensinada e valorizada na escola. Essa prática tem surtido resultados positivos no ensino de língua portuguesa e tem feito com que os educandos/as se interessem mais pelo aprendizado da língua e da norma-padrão, tanto na oralidade quanto na escrita.

Para entender como se constitui o processo axiológico da variação linguística no ensino da área de Linguagem e seus Códigos, no Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra em Pernambuco, e como o ensino desta contribui para o respeito à diversidade linguística e o fortalecimento da identidade sócio-histórico-cultural do povo do campo, é preciso levar em conta duas categorias analíticas:

1. Palavras do português brasileiro arcaico no contexto urbano - buscando identificar palavras que caíram em desuso na área urbana, porém no campo ainda são proferidas;
2. Transgressões linguísticas previstas na estrutura da própria língua - buscando identificar mutações que ocorrem na língua oral interferindo na estrutura fonológica das palavras.

As duas categorias permitem fazer uma breve análise nas palavras de uso corrente e oralmente usadas pelos educandos/as desta comunidade do campo. No glossário, percebe-se que há forte incidência de variantes usadas em área rural, isto é, pelas comunidades que se localizam geograficamente isoladas ou distantes da cidade/área urbana. Tomou-se como metodologia analítica deste tópico, o contínuo de urbanização sugerido

Tabela 6.1. Algumas palavras do glossário de uso campesino da comunidade Açudi-
nho, Brejo da Madre de Deus, PE

Palavras de uso corrente e usadas na fala pela comunidade	Palavras de uso corrente e usadas na escrita padrão pela comunidade
Artura	Altura
Adibaxo	Debaixo
Arvri	Árvore
Arubu	Urubu
Agaroba	Algaroba
Barrer	Varrer
Butar	Colocar
Baicão	Balcão
Bassoura	Vassoura
Bebo	Bêbado
Cardeirão	Caldeirão
Carnavá	Carnaval
Caxa	Caixa
Chacra	Chácara
Deixi	Deixei
Despois	Depois
Fêra	Feira
Foia	Folha
Fósfu / Fóscu	Fósforo
Fruita	Fruta
Inté	Até
Entonces	Então
Esprito	Espírito
Inzemplo	Exemplo
Istambo	Estômago
Lampida	Lâmpada
Muié	Mulher
Numbru	Número
Omi / Omim	Homem
Pexe	Peixe
Pitoco	Botão
Prantar	Plantar
Prantio	Plantio
Preguntar	Perguntar
Saluçó	Solução
Xicra	Xícara

por Bortoni-Ricardo (2004), uma vez que ela explica que a partir deste contínuo, “[...] qualquer falante do português brasileiro em um determinado ponto desse contínuo, levando em conta a região onde ele nasceu e vive.” [...] (BORTONI-RICARDO, 2004, p.52).

De acordo com o contínuo, as variações linguísticas existentes no território rural diferem das existentes na área urbana. Todavia, isso não quer dizer que as palavras usadas pela comunidade Açudinho, que se situa em um lugar geograficamente mais afastado de uma grande área urbana, representem um português “errado”. As palavras barrer, bassoura, inté, prantei, artura, muié, foia, depois, entre outras citadas na tabela 1, caíram em desuso no contexto urbano porque seu uso foi saindo da rotina dos falantes. Bortoni-Ricardo (2004) tece um comentário sobre a palavra inté e salienta que:

“Inté - é uma forma arcaica da preposição até. [...] Observe que muitas palavras encontradas hoje no pólo rural são arcaísmos que se preservam e podem ser encontradas em obras antigas, como Os Lusíadas [...]” (BORTONI-RICARDO, 2004, p.54).

Neste sentido, percebe-se que muitas das palavras usadas oralmente pelos sujeitos campesinos não são matutas, como costumeiramente ouve-se rotular. Ao contrário, elas correspondem ao conjunto de palavras arcaicas da língua portuguesa. Essa descoberta tem obtido boas respostas no ensino da relação fala e escrita, outro ponto importante que a variação linguística oferta para o campo da textualidade. Observe-se o relato de um educando do ProJovem ao ser questionado sobre o conhecimento das variações linguísticas:

Pergunta ao educando 1: Ao ter conhecimento que as palavras usadas em seu cotidiano não eram erradas, e sim estavam em desuso, o que isto representou para você?

Resposta do educando 1: Foi muito importante saber a respeito dessas variações que a língua portuguesa contém, porque ao ir no sábado para cidade fazer a feira não gostava de ficar muito tempo lá, nem de conversar, nem dizer o que sabia as pessoas devido a ridicularização que muitos fazem da minha maneira de falar. Agora falo tudo e com quem for porque sei que não estou errado.⁴

A resposta do educando mostra que paulatinamente os educandos/as do campo estão fortalecendo sua identidade linguística e sócio-cultural. O aprendizado de que há algumas mutações que ocorrem na parte estrutural fonológica dos vocábulos da língua portuguesa, mas, que isso não gera nenhuma modificação prejudicial na comunicação oral, tem sido um dos elementos fortalecedores da identidade linguística campesina.

Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 101), “no Brasil, as sílabas pré-tônicas têm quase a mesma duração da tônica, e resulta daí que há menos energia para articulação dos finais das palavras. No caso das proparoxítonas, especialmente, temos uma tendência

⁴Transcrição literal da resposta do educando 1.

a reduzi-la [...]”. Quando o professor ensina que essas modificações podem ser explicadas através de fenômenos que decorrem da própria língua, como é o caso das palavras Lampida, Arvri, Carnavá, Chacra, Fósfu/Fóscu, Numbru, Bebo, entre outras, os educandos/as começam a perceber que o comportamento linguístico oral deles não são “inferiores”, nem “burros” e nem “matutos”. A forma como falam possui um lugar e uma explicação na língua; só não estão mais na norma-padrão vigente.

Sendo assim, vê-se que muitas palavras que são classificadas como erradas, são fenômenos linguísticos existentes da modalidade oral, que podem ser explicados e exemplificados. E que já foram palavras “cultas” em tempos passados, como o caso de depois, inté, entonces, no século XVIII, no Brasil.

A monotongação (redução dos ditongos fêra- feira, pexe-peixe) e a desnasalização (ocorrência nos ditongos nasais omi-omim-homem) além de serem fenômenos que acontecem na estrutura fonológica da língua, ainda são práticas cotidianas de uso nos falantes campesinos.

O depoimento da educanda 2, a seguir, ilustra um pouco de como é importante a conscientização e o respeito às variações linguísticas no ensino da área Linguagem e seus Códigos, no Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra em Pernambuco, no Município de Brejo da Madre de Deus, porque certamente esta valorização dos saberes prévios dos sujeitos campesinos contribui para a descontextualização de preconceitos cristalizados na forma de falar do campo. Veja-se o relato abaixo.

Pergunta à educanda 2: O que motivou o levantamento das palavras para a elaboração do glossário? E qual a importância deste para a vida das pessoas desta comunidade?

Resposta da educanda 2: Este levantamento das palavras surgiu como uma sugestão de outra professora, tem o propósito de mostrar aos discentes que muitas palavras contidas nos seus falares não são erros, fazem parte do cenário sócio-histórico-cultural da língua, e é de muita importância porque além de aumentar sua autonomia e auto-estima, eles saem daqui se enxergando como sujeitos falantes de um português que não é errado, nem feio, nem diferente, é uma variante da língua portuguesa.

Neste relato, fica evidente a contribuição que a variação linguística trouxe para o ensino de língua portuguesa na comunidade rural Açudinho, fortalecendo a ideia de que é necessário o respeito à diversidade linguística porque na língua cada variante tem seu lugar de uso e o “FALAR CERTO” muda de lugar para lugar, de sujeito para sujeito e de um tempo para outro tempo, de uma situação contextual para outra situação contextual.

Considerações finais

Com este estudo, pôde-se observar que os educandos/as do ProJovem Campo, nas salas de aula da comunidade Açudinho, em Brejo da Madre de Deus - PE, passaram

a reconhecer que o ensino de língua portuguesa não se resume APENAS ao ensino de gramática. Os educandos/as passaram a saber que a gramática é necessária, mas não é condição necessária para que as pessoas produzam textos compreensíveis, coerentes, e nem condição para que elas possa ascender socialmente (cf. Bagno, 1999). Pois é um mito a ideia da escrita como padronização da fala (o certo é falar porque se escreve assim (BAGNO, 1999). Fala e escrita são duas modalidades de uso da língua, são duas formas de práticas sociais da língua com características e comportamentos peculiares. A partir destes conhecimentos, os jovens e adultos camponeses têm mais autonomia e uma maior consciência axiológicas para o uso de suas variantes linguísticas. Essa concepção os tem feito perder a inibição para falar e escrever.

Nesse sentido, pode-se considerar que a identidade relacional entre língua e contexto sócio-histórico-cultural de um povo, de fato, contribui para a compreensão de que a concepção de “erro” na língua deve ser revista, pois muitas rotulações de “erro” constituem-se como marcas de preconceito linguístico.

Referências

1. BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: O que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.
2. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
3. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo-Saberes da Terra/Brasil. Brasília: MEC/SECAD, 2008.
4. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Lei Nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.
5. GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Ed. Altas SA, 2007.
6. GNERRE, Maurizio. Linguagem, Escrita e Poder. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
7. LAGE, Allene Carvalho. Lutas por inclusão nas margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da associação in Foco. Portugal. Volume I - Dissertação de Doutorado. Orientador: Boa Ventura de Souza Santos. Coimbra. Faculdade de economia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2005.
8. MARCUSCHI, L. A. O aspecto lexical no processo de textualização. Projeto Integrado Fala e Escrita: Características e Usos, UFPE, 2004.
9. MINAYO, M.C.S. (ORG) Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes. 1996.

10. OLIVEIRA, Marcos Antonio de. As Bases Filosóficas e Epistemológicas de alguns Projetos de Educação do Campo: do Pretendido Marxismo à Aproximação ao Ecletismo Pós-Moderno - Tese de Doutorado. Curitiba, 2008.

Capítulo 7

Humanização: Notas sobre Justiça Restaurativa

Marcelo Luiz Pelizzoli

Deptº Filosofia / CFCH-UFPE
opelicano@ig.com.br

Sandro Cozza Sayão

Deptº Filosofia / CFCH-UFPE
sandro_sayao@hotmail.com

Maria de Fátima Galdino da Silveira

Profª Drª Deptº Anatomia / CCB-UFPE
prof.fatima.galdino@bol.com.br

Resumo

Considerando a cultura de paz e os direitos humanos, utilizamos o termo “humanização” para evidenciar valores que apontem para o desenvolvimento humano rumo ao ideal nobre de justiça e equidade. Dentro disso, encontra-se um tema capital que é o da Justiça, tanto de modo filosófico quanto de modo mais prático ou mesmo interdisciplinar. Neste sentido trazemos algumas ideias de uma forma de Justiça. Trata-se de apresentar o tema da Justiça Restaurativa, a partir de perguntas-chave que recebem respostas básicas para uma visão introdutória do tema, no contexto da cultura de paz ou do que pode ser chamado de humanização.

Palavras-chave: Humanização, Cultura de Paz, Direitos Humanos, Justiça Restaurativa

Abstract

Considering the culture of peace and human rights, we use the term “humanization” to evidence values which head to the human development toward the noble ideal of

justice and equity. Within it, it's found a capital theme, the Justice, both in philosophical as well as practical or even interdisciplinary way. In this sense we bring some ideas about a form of Justice. It concerns presenting the theme of Restorative Justice, through keywords which receive basic answers to an introductory vision of the theme, in the context of culture of peace or what can be called humanization.

Keywords: Humanization, Culture of peace, Rights human, Restorative justice

Introdução

“Além do certo e do errado existe um lugar. Somente ali nos encontramos com o outro.”

(Krishnamurti)

O contexto de nossas pesquisas é o da cultura de paz e os direitos humanos; e um dos termos que temos usado é “humanização”, no sentido de estimular teorias, valores, sentimentos e práticas que são fundamentais para a manutenção da sociedade, pois apontam seu sentido ético último. Dentro disso, encontra-se um tema capital que é o da Justiça, tanto de modo filosófico quanto de modo mais prático ou mesmo interdisciplinar. No aspecto teórico-prático, cabe, pois enfatizar a importância do que temos chamado de “tecnologias sociais”, ou mesmo psicossociais, meios para restabelecer o ideário que todo ser humano almeja e necessita para viver: uma cultura de paz, um modo de viver no mundo sem ser ameaçado, ferido, explorado, violado, oprimido, injustiçado e assim por diante. Um modo de viver no mundo, que é sempre social, em que se possa realizar os valores básicos da vida, entre eles a Justiça, e nela tudo o que se agrega, dignidade, respeito, ética, dar e receber, valores, amor, equilíbrio social, resgate da alteridade, cuidado com os mais fracos etc. A Justiça Restaurativa, ou melhor, as “práticas restaurativas” são uma necessidade social vital, e não um ramo do Direito, mesmo que diga respeito muito a ele e ao que chamamos de judiciário. As instituições (bem como as leis e procedimentos, bem como o sistema econômico e político) existem em função dos valores humanos e sua dignidade, e não o inverso. Mas quando o inverso começa a ocorrer, é preciso olhar de modo mais profundo, crítico e reconstrutivo. Então, o que oferecemos aqui são algumas ideias do que pode ser concebido como Justiça Restaurativa, nos seus termos mais ideais e ao mesmo tempo do que se deve levar em consideração em relação a algumas práticas vigentes no que se chama de Justiça. O fim maior é aquela Cultura de Paz citada e almejada por todos, dentro do que se chama processo de humanização, ou seja, resgatar condições e valores básicos para a socialidade humana equilibrada, já que viver em sociedade carrega a marca do conflito.

Desenvolvimento

O que é Justiça Restaurativa, em poucas palavras?

A Justiça Restaurativa é um olhar filosófico-prático e ao mesmo tempo um conjunto de procedimentos sociais/comunitários surgidos ou resgatados para lidar com conflitos negativos, estimulando o potencial relacional socializante que é inerente aos grupos humanos. Do que se trata? Aqui não se reinventa a roda, apenas se lembra que ela existe e que pode rodar melhor, inclusive já rodou melhor em outros momentos e contextos. Basicamente, busca criar espaços para restaurar as dimensões relacionais, de dignidade e de direitos, que foram feridas devido a danos/dolos, ou os chamados crimes, pessoais ou materiais. Parte da necessidade vital de criar meios de realização mais efetiva e direta de justiça - como ocorreu sempre em vários momentos das tradições tribais e comunitárias pelo mundo afora - que possam realizar o seu verdadeiro sentido, de restaurar na medida do possível o malfeito e seus efeitos - juntamente como os laços sociais (família e comunidade) feridos.

Trata-se de um modelo para agilizar o Judiciário? E desburocratizar o mesmo?

Quando consegue ter bons resultados nesta mediação de justiça mais direta e focada nos interesses humanos em jogo, pode ajudar muito a superar o problema da burocratização e do formalismo (legalismo formal) no sistema jurídico complexificado, ou no “elefante branco” judiciário. Mas não é esta a primeira intenção das práticas restaurativas. Isto porque para o olhar restaurativo - o qual insistimos: não é um olhar novo, um ramo, um parte ou uma proposta simplesmente alternativa ao modelo vigente - trata-se da melhor forma de realizar o desejo de justiça e a estabilidade social; ou seja, no fundo, está em jogo uma cultura de paz que não somente tem meios para prevenir mas também de lidar com os conflitos como parte da vida humana, agregada. Para isto, percebe que é preciso colocar o crime como questão inter-humana a ser restaurada, para além da ênfase na quebra de alguma norma legal. Muitas vezes o procedimentalismo complexo (e dado a interesses econômicos e políticos) pode cegar, intencionalmente ou não, o que está em jogo em cada caso. Ou seja, o olhar para a vítima e para o agressor e suas necessidades feridas, e não tanto para os aspectos legalistas e os escaninhos - os quais muitas vezes desviam o fim em si de toda justiça. O fim em si de toda justiça tem a ver diretamente com o equilíbrio relacional, com o dar e receber, com o reparar, receber cuidado e ser responsabilizado para corrigir o erro ou mesmo alguns comportamentos. Trata-se de pensar mais profundamente, socialmente e de modo sistêmico o que envolve o chamado crime, para além da mera culpabilização e retribuição civil-penal de um agressor que seria o mal e de uma vítima que representaria o bem. Em uma metáfora com a Saúde, se em promoção da saúde hoje trata-se de tirar o foco de uma medicina da Doença (patogenia) para uma da Saúde (salutogênese), trata-se de mudar algo do foco de um Direito tornado burocrático-punitivo, para um Direito promotor da Justiça; este é um convite bastante relevante e que traz consequências profundas.

Em que momento histórico se encontra a prática restaurativa de justiça?

Tais práticas são quase tão antigas quanto à organização das comunidades humanas, na medida em que uma comunidade para se manter e conviver precisa sempre ter

uma ética e justiça - um sistema de manutenção de relações que evite ou repare danos e ofensas causados entre os participantes ou litigantes. As comunidades funcionam na base da teoria do dom, como conclui Marcel Mauss ou como mostra historicamente H. Zehr, sistema de trocas sociais baseadas no equilíbrio e reequilíbrio do dar e receber, tanto para o bem como para o mal recebidos-retribuídos¹. Contudo, com a institucionalização crescente nas sociedades modernas, ocorreu uma burocratização e uma perda destes processos mais diretos e comunitários de justiça, mais próximos e mais pessoais e societários. Diante deste cenário, nos anos 70 em diante começa a estruturação de práticas que contornem este afastamento ocorrido na instituição Justiça (judiciário) pautada na legalidade e institucionalização do Direito Positivo. Atualmente, há um movimento crescente pela recuperação de práticas restaurativas de justiça, tanto dentro quanto fora das instituições judiciais. Isso é assunto de interesse global e uma guinada que leva mais a sério a questão da violência em suas raízes.

Onde está a eficácia desta base e complemento de justiça?

Justamente neste resgate do âmbito de realização primeira e autêntica do que significa justiça, restaurando processos inter-humanos feridos, dentro do que se tem chamado de práticas restaurativas - círculos, mediações, conciliações etc.. Ajudando a desburocratizar os processos. Resolvendo conflitos mais diretamente, com mediações capacitadas, para evitar entrar em processos mais longos. Indo além do formalismo e da visão retributiva - em geral punitiva-vingativa e não educativa (até pelo contrário, as instituições punitivas (vide setores de alguns presídios) podem ser verdadeiras escolas de violência social). Colocando o foco nas pessoas e suas necessidades demandadas e feridas. Instaurando processos de comunicação mais diretos e reparadores. Responsabilizando o agressor, para além de culpabilizar e punir no modo convencional necessariamente. Dando mais realidade social à Justiça. Em exigir menos advogados e estratégias ligadas aos inacabáveis escaninhos da Lei, e confiar mais em mediadores - sejam eles juízes ou outro operador, bem como pessoas capacitadas das comunidades, ou anciãos - e assim empoderar mais as pessoas e suas comunidades.

Qual o índice de resolução de conflitos?

Há relatos de sucesso em vários locais do mundo. No Brasil temos vários projetos pilotos interessantíssimos que já tiveram avaliação muito positiva da ONU e que tende a se estender para todo país. É em Brasília, São Paulo (SP) e Porto Alegre. Em Porto Alegre, por exemplo, já é uma realidade na vara da infância e da adolescência. A Justiça Restaurativa vai além da visão utilitarista e calculista, na medida em que é uma prática de resgate do inter humano, dentro de uma visão da cultura de paz (que não é passivismo, mas ação positiva), que entra não só na Instituição Justiça, mas também nas escolas, nas famílias e em tudo o que envolve relação, conflito e restauração. Em todo caso, já há alguns elementos de Justiça Restaurativa atuando há tempos dentro da Justiça, como na mediação judiciária, na conciliação de partes, nos acordos e acertos

¹Cf. Pelizzoli, 2008 e 2010. Zehr, 2008.

dialogados e semelhantes, em modos de proceder de alguns juízes com qualidade de mediador etc. Em Recife, havia 23 centros comunitários de mediação, que resolveram inúmeros casos de litígios e conflitos na própria comunidade, sem necessidade de ir ao Judiciário. Este é um exemplo bom de justiça restaurativa sem o nome justiça restaurativa. Ela é uma prática e abordagem disseminada e ampla, um olhar que pode ser instaurado a qualquer momento. Não é uma coisa artificial e que irá substituir a chamada Justiça Comum, mas um retorno ao sentido primeiro da justiça enquanto mediação de conflitos humanos dentro de uma comunidade.

Ela deve ser utilizada apenas em crimes de menor potencial ofensivo ou se expandir para outras tipificações criminais?

Os crimes de menor impacto são de mais fácil resolução. Mas a justiça restaurativa pode ajudar em muito em casos de crimes de maior potencial e impacto. Não necessariamente é uma panaceia a resolver tudo, e muitas vezes não conseguirá evitar que se cheguem até as últimas vias judiciais. Mas pode ser sempre conciliada com os processos burocráticos e punitivos da justiça de modo a encaminhar para restaurar algo das relações interrompidas ou destrutivas. Um bom exemplo é quando alguém consegue ter uma conversa produtiva com aquele que ele considera criminoso, e entender um pouco o seu mundo, bem como quando o ofensor consegue responder diante da vítima. Pode levar a tomadas de consciência surpreendentes e a uma maior responsabilização pelo ato cometido por parte do agressor. Ele pode “pagar” aquele ato ofensivo de várias formas que não somente a prisão. O benefício para as vítimas chega a ser também de ordem terapêutica em alguns momentos, como nos processos comunitários de justiça, mas certamente não aqueles pautados em “olho por olho dente por dente”.

As chamadas práticas restaurativas, com sua filosofia de relação e “comunicação não-violenta”, dialógico-constitutiva, pautada em valores éticos, e numa eficiência social de organização comunitária para a manutenção do equilíbrio social, tem um potencial enorme a ser explorado, indo do teórico ao prático, bem como testando seus limites em cada momento, contexto e desafios da realidade. Não se trata de uma área específica do Direito, mas de alargar as ciências sociais aplicadas e as humanas no encontro com a práxis social desafiadora de hoje, o que exige abertura ao caráter interdisciplinar e extra-acadêmico e extra-judicial em muitos momentos.

Qual a expectativa em relação à consolidação dessa prática no Brasil?

Em poucos anos crê-se que será quase obrigatório no país a introdução de elementos cada vez maiores de Justiça Restaurativa na Justiça como a conhecemos. Estamos num ponto insuportável de burocratização, de formalismo e de positivismo na Justiça; o que gera frieza, visão meramente punitiva e impessoal. Tudo isso contribui para perpetuar o lastro ou a chamada reverberação da violência². É uma contradição que está inscrita no sistema de Justiça moderno, mas que começa a passar por grandes transformações. Isso se deve muito ao forte conservadorismo ainda presente nos operadores do Direito.

²Cf. Pelizzoli, 2010.

Não se justifica usar exclusivamente a filosofia do “bode expiatório” pelo fato de ser mais objetiva, ou mais legalizada, ou mais impessoal; deste modo, reforça-se a crença de que existem alguns que são do mal (em geral os pobres, excluídos, loucos, pequenos transgressores?) e que devem ser punidos e outros que são do Bem (a elite e os seguidores da moral burguesa?) como se todo caso se submetesse a uma determinada norma e que isto significa que um processo judicial realize Justiça.

O Direito que conhecemos, por exemplo, desafortunadamente foi criado dentro de uma filosofia liberal e de elite, ou seja, tende muito a garantir a propriedade privada e as elites econômicas, bem como nichos de poder. A violência é também uma resposta à desigualdade e exclusão social. Mas aí já entramos no campo do Direito alternativo e de uma renovação radical da Justiça, o que talvez demore mais ainda para acontecer, quando aprendermos que somos todos um dentro de um sistema interdependente, “estamos no mesmo barco”.

Quais as principais resistências a práticas restaurativas e que retornam a uma simplificação e contextualização/aproximação da justiça com as comunidades?

A burocratização do Judiciário, a falta de mediadores capacitados teórica e praticamente em metodologias consagradas, o apego ao modelo punitivo-retributivo e a sua máquina burocrática e advocatícia que é alimentada por ele. O legalismo excessivo e a ênfase na forma da Lei antes que nas relações de justiça em jogo das pessoas envolvidas, faz parte de um processo de objetificação que não é exclusivo de nenhum poder, mas atinge a todos. O amor ao Poder que alguns membros da Justiça têm e o aspecto fálico do exercício deste poder sobre os outros, é também algo deletério. O conservadorismo, a falta de conhecimento e pesquisas por parte dos operadores do Direito, ou mesmo faculdades de Direito que não estimulam práticas restaurativas, e da Instituição Justiça como tal. O Direito Liberal Moderno positivista é marcante. A inércia e comodismo de alguns é outro ingrediente. Aqueles advogados que pensam somente em ganhar dinheiro e ter mais processos e escaninhos jurídicos que só eles conhecem, eis outro fator ou obstáculo para lidar de modo reparativo com os conflitos humanos negativos.

Conclusão

“Um valor não manifesto não é um valor, mas uma ideia.”

“O que me preocupa não é o grito dos violentos, mas o silêncio dos bons.”

(Luther King)

A visão restaurativa convida a fazer a biografia oculta do processo de conflito gerado. Não se pode na verdade falar em Justiça no singular, mas ter em mente a pluralidade de formas de justiça em cada contexto, em cada momento e em cada modelo cultural. A justiça não tem um objeto simples, palpável e estável, mas é processual, sistêmico; seu objeto diz respeito a comportamentos e a ethos, a formas de socialização. Um novo paradigma aí tende a causar mal-estar. A Justiça passou do âmbito da moralidade interpessoal à autoridade externa e fria, chamada de objetiva. Restaurar justiça

significa reerguer, resgatar o ferido, o que foi afastado e excluído, reanimar a circulação do laço social. O modelo de poder aqui não é o mesmo do poder sobre, apenas coercitivo e repressor, mas poder com, e poder para todos. É um resgate de dignidade e da equidade social. Humanização. É daqui que se deve pensar a questão da segurança. Neste sentido, as experiências de parcerias da polícia com as comunidades têm sido exitosas, devido aos laços de proximidade estabelecidos entre os moradores e destes com os profissionais, que passam a conhecê-los. Justiça passa a ser não algo distante e burocrático, mas algo que a comunidade passa a exercer, na linha da solidariedade. Quanto mais laços de solidariedade dentro de uma comunidade, mesmo que às vezes pobre, mais possibilidades de harmonia em termos de justiça, de convivência respeitosa. Não se trata, novamente, de acabar com os conflitos, que são inerentes às relações humanas, mas sim de minimizá-los e propor novas estratégias mais radicais (que vão à raiz) de conduzi-los e levá-los às possíveis resoluções. Nós mesmos escolhemos e acordamos como será feito o processo de mediar, conciliar, reparar, enfim, restaurar a dignidade ferida. Este movimento é bem visto, para além da teoria, nas chamadas rodas de diálogos da terapia comunitária e das ações de Justiça Restaurativa (Círculos) nas comunidades onde ocorrem experiências de mediação direta. Sentar à mesa, amparado por boa mediação, é algo revolucionário. Não se trata de abandonar o contexto institucional, mas de envolvê-lo na práxis da proximidade comunitária restaurativa. O que é fundamental saber é que lidamos com seres humanos, antes de papéis; ou seja, é-se ser humano com necessidades, carências, virtudes antes de ser juiz, policial, advogado, “criminoso” etc.

Há um quadrangular interessante na mediação: o Sujeito, o Objeto, o mediador com experiência na comunidade, e a comunidade. Trata-se de uma dinâmica circular, num espaço de empoderamento mútuo. Com Justiça Restaurativa nem se “pune” nem se “passa a mão na cabeça”, esquecendo o fato e os danos. Pelo contrário. Ela direciona e responsabiliza socialmente³. De algum modo, resgata o que está na essência da ideia de justiça, bem como o mecanismo do dar e receber que rege as trocas sociais, no sentido de restabelecer ao máximo o equilíbrio abalado.

Neste instante, estamos no bojo da ideia e prática de uma cultura de paz humanizadora. É esta mesma que desejamos ver instituir-se, em especial nas instâncias de educação, e no caso da pesquisa, na educação superior. É algo disso que estamos propondo na UFPE, no contexto da criação da Comissão de Ética, que tem como braço o Espaço de Mediação de Conflitos, algo inovador e que anuncia o futuro próximo e possível para uma educação mais eficaz e ética.

Referências

1. O'CONNEL, T. & WACHTEL, T. Conferencing handbook - the new real justice training manual. Pennsylvania: The Piper's Press, 1999.
2. PELIZZOLI, Marcelo L. (Org.) Cultura de paz - educação do novo tempo. Recife: Editora da UFPE, 2008.

3. ——. (Org.) Cultura de paz - restauração e direitos. Recife, Editora da UFPE, 2010.
4. ROSENBERG, Marshall. Comunicação não-violenta. SP: Editora Agora, 2006.
5. ZEHR, Howard. The little book of restorative justice. Intercourse, Good books, 2002. (tradução de Márcia Gama)
6. ——. Trocando as lentes: novo foco sobre crime e justiça. SP: Palas Athena, 2008.

Capítulo 8

Mentoria e Iniciação Profissional de alunos de Escolas Públicas no Mercado de Trabalho

Mônica Maria Barbosa Gueiros

Doutora em Administração

Docente pesquisadora do Departamento de Ciências Administrativas da UFPE

Tutora do Programa de Educação Tutorial - PET Conexões de Saberes

monica.gueiros@ufpe.br

Wana Cristina Lopes e Silva

Graduanda do curso de Serviço Social da UFPE

Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Conexões de Saberes

wana.cris@hotmail.com

Tamires Maria de Oliveira

Graduanda do curso de Pedagogia da UFPE

Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Conexões de Saberes

mires.7@hotmail.com

Cassia Rayana de Moraes Luna Paixão

Graduanda do curso de Administração da UFPE

Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Conexões de Saberes

cassiarayana@hotmail.com

Denise dos Anjos Silva

Graduanda do curso de Serviço Social da UFPE

Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Conexões de Saberes

anianjos@hotmail.com

Resumo

O presente estudo, baseado no Programa de Educação de Tutorial - PET Conexões de Saberes visa conhecer o impacto da mentoria e de suas funções na iniciação profissional de alunos do ensino médio de escolas públicas. Este trabalho buscou identificar os aspectos dificultantes da iniciação profissional dos alunos de escolas públicas no mercado de trabalho. Para este estudo foram selecionadas quatro escolas públicas estaduais localizadas na área urbana da cidade de Camaragibe - PE. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro diretores e trinta e seis alunos do ensino médio das referidas escolas. Os achados desse estudo indicam que as principais dificuldades dos alunos para ingressar no mercado de trabalho referem-se a “ausência de qualificação profissional” e a “falta de experiência”. Diante dos resultados apresentados neste estudo acredita-se que as contribuições advindas do projeto PET UFPE podem trazer benefícios para os alunos do ensino médio de escola pública. Ademais se recomenda que novas políticas públicas priorizem uma agenda de atividades voltada para jovens no que se refere à qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Iniciação profissional; inclusão social; mentoria

Abstract

The present study, based on the Tutorial Education Program - PET Knowledge Connections aims to understand the impact of mentoring and their roles in the professional initiation of public schools high school students. This study sought to identify aspects the difficult in public school students professional initiation in the labor market. For this study we selected four public schools located in the urban area of Camaragibe - PE. Semi-structured interviews were conducted with four (04) principal and thirty-six (36) high school students of those schools. The findings of this study indicate that the students main difficulties of the students to enter the labor market refers to "lack of professional qualification"and "lack of experience."From the results presented in this study it is believed that the contributions from the project PET UFPE can bring benefits to public schools high school students. Furthermore it is recommended that new public policies to prioritize an agenda of activities aimed at young people and related to professional qualification and insertion in the labor market.

Keywords: professional initiation; social inclusion; mentoring

Introdução e objetivos

O presente trabalho visa investigar o impacto da mentoria e de suas funções na iniciação profissional de alunos do ensino médio de escolas públicas localizadas na cidade de Camaragibe. Este estudo baseado no Programa PET - Conexões de Saberes, Projeto:

“Mentor-Aprendiz”, tem como objetivo relatar a troca de experiências entre uma comunidade popular urbana e a comunidade acadêmica, alunos da graduação da UFPE no papel de Mentor-Aprendiz, aproximando-os, assim das reais demandas sociais.

A mentoria pode ser conceituada como um relacionamento que se estabelece entre um adulto jovem, menos experiente, e um adulto mais velho, com avançada experiência e conhecimento, que ajuda o mais jovem a aprender a navegar no mundo do trabalho. As funções da mentoria são aqueles aspectos da relação que asseguram o crescimento pessoal e progresso na carreira dos mentorados (KRAM, 1985).

Os jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho. A população jovem do País constitui-se em um público alvo de uma gama de estratégias que são voltadas exclusivamente para esse grupo. Por sua vez, são também esses mesmos jovens que estão expostos às mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas. O segmento de jovens de 15 a 24 anos de idade é um recorte etário que requer especial atenção por parte dos responsáveis diretos pelo planejamento nacional (IBGE, 2009a). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009b) apontam um total de 12.965 alunos matriculados no ensino médio na Zona da Mata Pernambucana em 2009, havendo em Camaragibe-PE 8.356 alunos, onde estes estão distribuídos em vinte e três escolas do ensino médio, sendo 16 escolas públicas estaduais e 07 particulares (IBGE, 2009b).

Para este estudo foram selecionadas quatro escolas públicas estaduais localizadas na área urbana da cidade de Camaragibe. Importante mencionar que essas mesmas escolas deverão participar posteriormente do projeto PET - Conexões de Saberes, Projeto: “Mentor Aprendiz”, que foca o desenvolvimento profissional dos alunos do 2º e 3º ano do Ensino Médio.

A iniciativa de utilizar as relações de mentoria como instrumento de apoio profissional para os alunos de escolas públicas buscou respaldo teórico e surgiu, sobretudo, pelo entendimento de que a relação estabelecida entre mentor e mentorado, a ser oferecida pelos alunos da UFPE como “Mentor-Aprendiz”, propicia a troca de experiências e configura-se como agente facilitador da iniciação profissional dos atores envolvidos.

Nesse sentido, este trabalho buscou identificar quais os aspectos dificultantes da iniciação profissional dos alunos do ensino médio de escolas públicas no mercado de trabalho.

Referencial Teórico

Mentoria

Através dos tempos, a palavra mentoria teve seu significado difundido e ampliado, sendo utilizada para designar aquele indivíduo que orientava, aconselhava, era amigo, tutor, professor e homem sábio (SHEA, 2001).

As pesquisas científicas iniciais tratam a mentoria de forma clássica, definida como um relacionamento estabelecido entre o mentor, uma pessoa com mais experiência e conhecimento, e o mentorado, alguém menos experiente (KRAM, 1988).

Os mentores são, em sua maioria, dotados de sabedoria e experiência e não, necessariamente, integrante do âmbito profissional do mentorado. Pode-se, assim, incluir como mentores: os familiares, amigos, colegas, professores, entre outros (SILVA, 2008). Já o mentorado, em geral, é mais jovem e irá adquirir maturidade e conhecimento do mentor. A mentoria proporciona ao mentorado a chance de desenvolver habilidades, adquirir acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional, construir confiança necessária para lidar com tarefas desafiadoras e obter orientação e aconselhamento. Para o mentor, a relação proporciona benefícios em relação à satisfação pessoal, respeito, atualização, energia, entre outros (KRAM, 1985).

Funções da Mentoria

Esta pesquisa recorreu ao modelo teórico desenvolvido por Kram (1985) que indicou a divisão de categorias das funções desenvolvidas pelo mentor. Para a autora as funções de mentoria se referem a aspectos existentes numa relação de desenvolvimento que acentuam tanto o crescimento pessoal como o avanço na carreira do indivíduo. Elas são as características essenciais que diferenciam essa forma de relacionamento de outras relações de trabalho.

As funções de mentoria consistem de duas principais dimensões: as funções de carreira e as funções psicossociais (KRAM, 1988). Na primeira são encontrados aspectos da relação que ressaltam o crescimento profissional, na qual estão incluídos: patrocínio, exposição, visibilidade, coaching, proteção e tarefas desafiadoras. Já as funções psicossociais tratam do desenvolvimento pessoal na organização e envolvem o senso de competência, clareza, efetividade e identidade. Nessa categoria estão incluídas as seguintes funções: modelagem de papéis, aceitação e confirmação, aconselhamento e amizade (SILVA, 2008).

Metodologia

A análise da bibliografia revelou carência de conhecimento acumulado e sistematizado sobre a contribuição da mentoria na iniciação profissional de alunos de escolas públicas de Camaragibe. Desta forma, a pesquisa pode ser considerada de caráter exploratório (Gil, 2002).

Inicialmente foi realizada uma sondagem procurando-se conhecer os aspectos dificultantes da iniciação profissional dos alunos das escolas públicas da cidade de Camaragibe bem como conhecer o cenário econômico local.

Para participar desse estudo foram selecionadas quatro escolas públicas estaduais, que deveriam atender aos seguintes critérios: estar localizada na área urbana da cidade de Camaragibe, ofertar o Ensino Médio, obter boa avaliação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e, finalmente, a acessibilidade. Dessa forma, as escolas integrantes desse estudo foram: a Escola Professor Antônio Carneiro Leão, Escola Ministro Jarbas Passarinho, Escola Deputado Oscar Carneiro e a Escola Samuel Mac Dowell.

A partir das instituições selecionadas foram elaborados dois roteiros de entrevistas semiestruturado, sendo o primeiro (roteiro de entrevista I) para orientar nas entrevistas realizadas com os diretores das escolas e o segundo (roteiro de entrevista II) orientar nas entrevistas realizadas com alunos.

No primeiro momento foram entrevistados quatro (04) diretores das escolas, obtendo-se informações sobre o rendimento e frequência escolar dos alunos. Essa fase, na verdade, foi uma sondagem inicial cujas informações adquiridas auxiliaram na fase seguinte do estudo, ou seja, na escolha do grupo de alunos que participariam da pesquisa. Para participar o aluno deveria estar matriculado no ensino médio de uma escola pública de Camaragibe; estar cursando o segundo ou terceiro ano do ensino médio e, ainda ter excelente desempenho acadêmico, o que foi informado pelos diretores.

Na fase seguinte foi aplicado o roteiro de entrevista II com um grupo de trinta e seis (36) alunos, distribuídos nas quatro escolas selecionadas, colhendo-se dessa forma elementos a cerca dos aspectos socioeconômicos e dificultantes da iniciação profissional dos mesmos. As entrevistas tiveram como objetivo conhecer a dinâmica escolar e traçar o perfil desses alunos do ensino médio, ou seja, os futuros mentorados.

Resultados e Discussão

Nessa seção serão apresentados os principais achados desse estudo. De início, serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas com os diretores das escolas visando identificar os alunos que irão participar do projeto conforme critérios já mencionados. Na seção seguinte serão descritos os resultados das entrevistas realizadas com os alunos do ensino médio sobre as principais dificuldades encontradas para ingressar no mercado de trabalho.

Identificação das Escolas e dos Alunos

A Tabela 8.1, a seguir, apresenta as escolas e mostra informações sobre os alunos do ensino médio que foram identificados e que deverão participar da fase inicial do projeto PET: “Mentor-Aprendiz”.

Tabela 8.1. Legenda: E1 - Escola Professor Antônio Carneiro Leão; E2 - Escola Estadual Ministro Jarbas Passarinho; E3 - Escola Deputado Oscar Carneiro; E4 - Escola Samuel Mac Dowell

Escola	Total	Alunos do 2º Ano	Alunos do 2º Ano	Idade
E1	7	6	1	15-18
E2	12	12	0	16-20
E3	7	7	0	16-21
E4	10	4	6	16-23
TOTAL	36	29	7	—

DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA INGRESSAR NO MERCADO DE TRABALHO

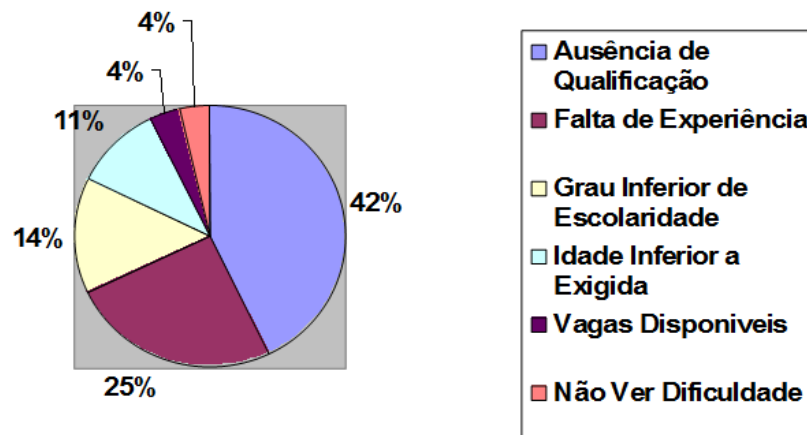


Figura 8.1. Fonte: Pesquisa de campo

De acordo com a Tabela 8.1 nota-se que das quatro escolas selecionadas foram identificados, em sua maioria, alunos do segundo ano do ensino médio, ou seja, vinte e nove (29) deles. Por sua vez, sete (07) alunos encontram-se ainda cursando o terceiro ano do ensino médio, totalizando 36 alunos com perfil alinhado ao projeto em questão. Em relação à faixa etária, a média se mantém no intervalo de 16 a 23 anos de idade.

Aspectos Dificultantes para Ingressar no Mercado de Trabalho

Quanto as dificuldades encontradas para ingressar no mercado de trabalho, na visão dos respondentes, conforme gráfico (1) a seguir, os resultados revelam que a principal barreira para inserção profissional foi a “ausência de qualificação profissional”, não podendo com isso atender as demandas do mercado de trabalho como a mão-de-obra qualificada.

Outra dificuldade também mencionada pelos alunos para ingressar no mercado de trabalho foi a sua “falta de experiência profissional”, que é bastante exigida por parte das organizações atuais. Por fim, a “pouca escolaridade” e a “idade inferior” da exigida pelo mercado de trabalho também foi referida pelos respondentes como possíveis aspectos dificultantes da sua iniciação profissional.

Na visão dos respondentes o número de “vagas disponíveis”, ou seja, poucas oportunidades de trabalho, embora em menor frequência, aparece ainda como um possível entrave profissional. Por fim, os achados indicam que 4% dos alunos “não visualizam dificuldades” para ingressar no mercado de trabalho.

Aspectos Socioeconômicos dos Mentorados

Como mostra o gráfico da Figura 8.1, os resultados indicam que em sua maioria os alunos possuem renda familiar de até três salários mínimos.

Constatou-se ainda que 50% dos familiares dos respondentes (mentorados) não possuem o ensino superior completo. Por sua vez, quanto ao interesse dos alunos em prestar vestibular, todos declararam interesse para tal.

Curiosamente os resultados revelam ainda que as escolas, de certa forma, incentivam os alunos a ingressar na Universidade, pois todos os respondentes mencionaram conhecer alguma ação de incentivo nesse sentido por parte das mesmas. Como exemplo, na escola Professor Antônio Carneiro Leão os professores realizam resoluções de provas anteriores do ENEM, mostrando a sua importância para os alunos. Já na Estadual Ministro Jarbas Passarinho foram oferecidos preparatórios e simulados. Na escola Deputado Oscar Carneiro, o laboratório de informática se encontra disponível para os alunos estudarem. E por fim, na escola Samuel Mac Dowell, os alunos recebem orientações por parte dos professores. Dessa forma observa-se que, apesar das dificuldades e limitações, essas escolas têm desempenhado um papel importante para o futuro desses jovens.

Os dados coletados nesse estudo possibilitaram conhecer o perfil dos 36 alunos do ensino médio, (futuros mentorados) do projeto PET, e as principais dificuldades de iniciação profissional vivenciadas pelos mesmos.

Considerações finais

As contínuas transformações e novas exigências do mercado de trabalho, de certa forma, reforçaram essa pesquisa a investigar quais as dificuldades da iniciação profissional de alunos do ensino médio de escolas localizadas em Camaragibe.

Os achados desse estudo indicam que as principais dificuldades dos alunos do ensino médio para ingressar no mercado de trabalho referem-se a “ausência de qualificação profissional” e a sua “falta de experiência”. Ao que parece, as exigências do mercado de trabalho de algumas competências e habilidades que eles ainda não adquiriram, juntamente com a falta de experiência profissional são as principais barreiras profissionais que precisam ser superadas por esse público. A mentoria é referida por alguns pesquisadores (Kram, 1985; Kram, 1988; EBY, 1997) como um instrumento de apoio e aprendizagem (pessoal e profissional), através de suas funções e essa relação fornece diversos benefícios tanto para o mentor quanto para o mentorado.

Este estudo é baseado no Programa de Educação Tutorial - PET - Conexões de Saberes, Projeto: “Mentor-Aprendiz”. Acredita-se que as contribuições do referido projeto podem trazer benefícios para os alunos do ensino médio de escola pública e se configura como uma alternativa de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Pois, propicia acesso a informações que possam ajudar nas escolhas profissionais, dialogando através de conhecimentos multidisciplinares adquiridos com a própria estrutura do Programa, que concentra no projeto graduandos de diferentes cursos da

UFPE.

Diante dos resultados apresentados e tendo-se em consideração as limitações desse estudo sugerem-se futuras pesquisas. Assim, recomenda-se investigar também as dificuldades de iniciação profissional dos alunos que não possuam um bom desempenho escolar. E sugere-se ainda analisar as dificuldades de iniciação profissional dos alunos de escolas da rede particular de ensino.

Referências

1. EBY, L. Alternative forms of mentoring in changing organizational environments: a conceptual extension of the mentoring literature. *Journal of Vocational Behavior*, 51, 125-144, article n° vb 971594, 1997.
2. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009a. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/>> acesso em 04 abril de 2009.
3. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009b. <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>> acesso em 28 de dezembro de 2011.
4. KRAM, Kathy E. e ISABELLA, Lynn A. Mentoring Alternatives: The Role of Peer Relationship in Career Development. *Academy of Management Journal*, vol. 28, n.1, p.110 -132, 1985.
5. KRAM, Kathy E. Mentoring at Work: Developmental Relationships in Organization Life. Lanham, New York, London: University Press of America, 1985.
6. KRAM, Kathy E. Mentoring at Work. Lanham: University Press of America, 1988.
7. SHEA, Gordon F. Mentoring: como desenvolver o comportamento bem-sucedido do mentor. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed, 2001.
8. SILVA, Maria Rita C. Alves da. Mentoria e aprendizagem no contexto educacional: Um estudo sobre as percepções dos professores-dirigentes do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE. 2008. 45 f. Monografia (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

Capítulo 9

Oficina de Recicláveis: Construindo estratégias para reutilização de garrafas pet em escolas públicas do município de Vitória de Santo Antão

Ana Wlândia Silva de Lima

Docente do Núcleo de Enfermagem, CAV, UFPE
anwladia@hotmail.com

Diana Ramos Cavalcanti

Graduanda em Enfermagem, CAV, UFPE
dianna_rc@hotmail.com

Jefferson Bezerra da Silva

Graduando em Enfermagem, CAV, UFPE
jefferson_bezerra21@hotmail.com

Jefferson Silva Barbosa

Graduando em Enfermagem, CAV, UFPE
jeffersonufpe@hotmail.com

Simara Lopes Cruz

Docente do Núcleo de Enfermagem, CAV, UFPE
simara.cruz@hotmail.com

Willa Renata de Amorim Silva

Graduanda em Enfermagem, CAV, UFPE
willa_renata@hotmail.com

Resumo

Este artigo faz parte de uma atividade realizada nas escolas públicas do município de Vitória de Santo Antão, PE, com enfoque nos alunos, professores e funcionários, a res-

peito do descarte e reutilização de garrafas pet. Desta maneira, visou-se construir bancos pufes através de produtos descartados no meio ambiente, proporcionando uma visão frente à reutilização de garrafas pet, conscientização ambiental e uma educação continuada a respeito disto. A seguinte questão tem como papel desempenhar uma ação direta a respeito do desenvolvimento ambiental, promovendo um ambiente mais saudável, além de ser fonte de renda e de mudanças nos padrões de comportamento. Para tanto, realizou-se oficinas de treinamento da técnica de montagem de bancos pufes com garrafa pet. Portanto, deve-se haver uma educação continuada a respeito do tema abordado, para que a sociedade conscientize-se do seu papel como agentes transformadores.

Palavras-chave: Reutilização de Resíduos Sólidos, Atenção à Saúde, Reciclagem

Abstract

This article is part of an activity performed in Public schools of Vitória de Santo Antão, PE, focusing on students, teachers and officials, regarding the disposal and reuse of PET bottles. So, banks sought to build beanbags through products discarded in the environment, providing a forward vision for the reuse of PET bottles, environmental awareness and continuing education about it. The question is to role play a direct action on the development environment, promoting a healthier environment, besides being a source of income and changes in behavior patterns. To this end, we carried out training workshops for technical assembly seats with ottomans pet bottle. Therefore, there should be a continuing education regarding the subject matter, for society to become aware of their role as change agents.

Keywords: Solid Waste Use, Health Care, Recycling

Introdução e Objetivos

A noção de sustentabilidade está associada às de estabilidade, de permanência no tempo, de durabilidade. Foi proposta no início da década de 70, em estudos de cunho ecológico (sustentabilidade biológica), que focalizavam a interdependência entre uma população e os recursos de seu ambiente. Mas foi nos anos 80 que se estendeu sua abrangência para abarcar as relações entre desenvolvimento e meio ambiente, no processo de preparação da Conferência da ONU que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992.

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade numa perspectiva interdisciplinar.

O plástico conquistou espaço de grande importância para a sociedade atual graças às propriedades como leveza, razoável resistência mecânica e moldabilidade a baixa temperatura, aliadas ao preço baixo. Porém, os rejeitos plásticos, devido a pouca degradabilidade e baixa densidade, ocupam vastos espaços no ambiente por um longo tempo. Atualmente, um dos plásticos de maior presença no lixo urbano é o poli (terefalato de etileno - PET).

Com o objetivo de dar outra utilidade as garrafas PET descartadas, o projeto coleta seletiva solidária, visa por meio da oficina de recicláveis despertar a conscientização da comunidade, através dos ambientes educacionais de algumas escolas públicas do município de Vitória de Santo Antão - PE, com enfoque nos alunos e professores, para despertar nestes esta temática de forma lúdica, mostrando a utilidade do reaproveitamento de certos tipos de resíduos descartados no ambiente, como as garrafas PET.

Portanto, buscou-se alternativa para reutilização deste material como matéria prima para a confecção de bancos pufes, diminuindo com isso, o descarte de forma inadequada.

Marco Teórico

Dentre os determinantes sociais no processo saúde-doença, as condições ambientais (saneamento básico, degradação e poluição ambiental) aparecem como importantes indicadores desses fenômenos. Aliada a degradação do ambiente, o acondicionamento e destino inadequado do lixo, proporciona à formação de focos de reprodução e disseminação de doenças transmissíveis à população humana; dengue, filariose, leptospirose, hepatite viral, diarreias, febre tifóide, são alguns dos diversos agravos transmissíveis associados às condições ambientais degradadas e ou inadequadas. Segundo Veiga (2005) são urgentes, a elaboração e aplicabilidade de propostas ambientalmente sustentáveis e economicamente sustentada destinadas a melhorar a qualidade de vida humana, conservar a vitalidade e diversidade do planeta, minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis.

Os padrões de produção e consumo prevalecentes nas sociedades urbano-industriais, gerando estilos de vida onerosos e subordinados à rapidez da fabricação de mercadorias, têm sido responsáveis por graves problemas, a exemplo da desigualdade social, da degradação ambiental e do declínio da qualidade de vida nas cidades.

A crescente degradação ambiental decorrente do acelerado crescimento das metrópoles, do consumo de produtos industrializados e do surgimento de produtos cada vez mais descartáveis, aliada ao empobrecimento e a crescente concentração da população nas áreas de periferias urbanas, constituem desafios a serem enfrentados pelos diversos governos em todo o planeta (BESEN, 2006).

De maneira geral, pela dinâmica do modelo de desenvolvimento hegemônico, em todos os países, verifica-se a tendência do aumento da produção de lixo (doméstico, urbano, industrial, hospitalar). No caso brasileiro, como nação emergente e em decorrência da modalidade de consumo que lhe é própria, essa tendência tende a se acentuar mais ainda. No entanto, das cercas de 250 mil toneladas de lixo doméstico geradas no

Brasil diariamente, aproximadamente 182 mil acabam em locais sem qualquer controle (Santos e Gomes, 2009).

Desconsidera-se, portanto, a série de problemas que o acúmulo de lixo acarreta à população, que podem ser de três ordens: 1^a) redução dos espaços disponíveis à convivência humana; 2^a) ameaça direta à saúde, por agentes patogênicos, visto que o lixo atrai insetos e ratos; 3^a) danos indiretos à saúde, por causa do comprometimento do ar e das águas subterrâneas (Fellenberg, 1980).

Dentre os determinantes sociais no processo saúde-doença, as condições ambientais (saneamento básico, degradação e poluição ambiental) aparecem como importantes indicadores desses fenômenos. Aliada a degradação do ambiente, o acondicionamento e destino inadequado do lixo, proporciona à formação de focos de reprodução e disseminação de doenças transmissíveis à população humana; dengue, filariose, leptospirose, hepatite viral, diarreias, febre tifóide, são alguns dos diversos agravos transmissíveis associados às condições ambientais degradadas e ou inadequadas. Segundo Veiga, 2005, são urgentes, a elaboração e aplicabilidade de propostas ambientalmente sustentáveis e economicamente sustentada destinadas a melhorar a qualidade de vida humana, conservar a vitalidade e diversidade do planeta, minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis.

A coleta seletiva é o processo de separação e recolhimento dos resíduos conforme sua constituição: orgânico, reciclável e rejeito. Consiste no recolhimento de materiais recicláveis, previamente separados na fonte geradora. A mesma deve fazer parte de um programa de gerenciamento de resíduos sólidos, onde os recicláveis serão beneficiados e os rejeitos terão destino final em aterros sanitários.

A coleta seletiva traz vários benefícios aos municípios que a implanta um dos mais importantes é o custo ambiental. A coleta seletiva diminui o volume de lixo coletado o que reduz os gastos com a limpeza pública, e como os resíduos (papel, plástico, vidro, alumínio) são materiais que levam muito tempo para decomposição a implantação dessa estratégia aumenta a vida útil dos aterros sanitários. Outro fator importante é a separação adequada dos resíduos agregando valor à matéria prima que se torna de melhor qualidade gerando direta e indiretamente postos de trabalho com sua atividade através de implantação de empresas recicladoras e de grupos de catadores organizados ou autônomos (CEMPRE, 1999). Os vasilhames (vidro, lata e plástico) devem ser enxaguados após o uso. Assim, evita-se o surgimento de cheiro e o aparecimento de animais, aumentando o valor de revenda. Os papéis deverão estar secos e de preferência não amassados, pois ocupam menos espaço e têm mais valor. As latas, além de limpas, deverão ter as tampas pressionadas para dentro e os materiais cortantes, como vidro quebrado e outros, devem ser embalados em papéis grossos (jornais, por exemplo) para evitar acidentes.

Metodologia

O projeto coleta seletiva solidária transcorreu em diversas etapas. Na primeira etapa, realizaram-se reuniões com os participantes (tutores e monitores), abordando os prin-



Figura 9.1. Corte da garrafa pet na região superior

cipais focos de trabalho como, descarte e reutilização de resíduos, educação ambiental continuada, conscientização e sustentabilidade.

Na segunda etapa, houve a divulgação do projeto por toda a universidade por meio de cartazes solicitando a coleta e informando sobre os pontos de arrecadação das garrafas pet para as oficinas de recicláveis.

Na terceira etapa, foi coletado o material que se encontrava nos pontos de arrecadação e em seguida realizou-se testes para descobrir como agregar valor ao produto. Estes testes tinham como objetivo avaliar qual a melhor técnica de processamento dos materiais para se obter um produto de baixo custo, de alta qualidade e prático de se fazer.

Na quarta etapa, foi avaliado que a melhor maneira de reciclar, de acordo com o custo benefício que se procurava, era por meio da confecção de bancos pufes através das garrafas pet, devido a sua praticidade e utilidade. Ainda foram utilizados na confecção, cola, tesoura, fita adesiva, tecido, espuma e papelão e feitos alguns modelos para testes e estudos das soluções finais para avaliar as necessidades de ajustes e aprimoramento do produto.

A confecção do banco pufe necessitou de trinta e duas garrafas pet de tamanhos e volumes iguais, as quais foram divididas; dezesseis foram cortadas na parte superior, próximo a tampa e, as outras dezesseis ficaram inteiras e estas foram conectadas nas garrafas cortadas. Assim como mostram as Figuras, respectivamente (9.1, 9.2 e 9.3).

Logo após, com a fita adesiva envolve de duas em duas e depois, quatro em quatro e sequencialmente unindo quatro grupos com quatro garrafas conectadas entre si, for-



Figura 9.2. Encaixe da parte superior

mando um cubo simétrico com as dezesseis garrafas conectadas, assim como mostram as figuras (9.4, 9.5 e 9.6, respectivamente).

Em seguida, se fez uma base com o papelão medindo de acordo com a largura do banco pufe, fixando-o com a fita adesiva. Com a espuma, cortada no mesmo tamanho do papelão, faz a fixação desta sobre o mesmo (Figuras 9.7 e 9.8, respectivamente).

Com o tecido, de um metro e meio de comprimento, posiciona o banco pufe sobre ele, em seu centro, e corta-o com base na sua largura e altura, tendo como formato uma cruz ou um “x”. Faz a colagem do tecido, de acordo com as Figuras 9.9 e 9.10, respectivamente.

Finalmente, no término da técnica da montagem do banco pufe, se tem um produto de alta qualidade, conforto e baixo custo, além de ter tido valorizado o produto com o *design* e de ter tirado o “aspecto de lixo”, já que é um produto reciclado.

Resultados e Discussões

O que motivou a realização do projeto quanto a reutilização de recicláveis para a montagem do banco pufe foi a preocupação ambiental em relação ao descarte inadequado de garrafas pet, que é um dos alvos para o acúmulo de lixo e consequentemente os danos que este material pode causar no ambiente, como exemplo, o entupimento das redes de esgotos. Com isso, contribuindo para um ambiente mais saudável e gerando



Figura 9.3. Conectando as duas garrafas



Figura 9.4. Envolvendo as garrafas pet com a fita adesiva de duas em duas



Figura 9.5. Envolvendo as garrafas pet com a fita adesiva de quatro em quatro



Figura 9.6. União dos quatro grupos de garrafas pet, formando o banco pufe



Figura 9.7. Posiciona o papelão e o fixa no banco pufe.



Figura 9.8. Fixa a espuma sobre o papelão com a cola.



Figura 9.9. Banco pufe no centro; tecido cortado em formato de cruz ou “x”



Figura 9.10. Colagem do tecido no banco pufe

uma fonte de renda para a população.

Com o intuito de atender os objetivos do projeto, foram estudadas diversas maneiras de como ter um produto final de boa qualidade, bom acabamento e confortável, todas as características aliadas a um custo baixo. Então, pesquisaram-se quais seriam os tipos de materiais que atenderiam estas perspectivas.

Através dos testes acharam-se os materiais que melhor se adequavam as características definidoras do produto final requerido, como a cola, as garrafas, a tesoura, a espuma, o tecido, papelão e a fita adesiva. Além disto, buscaram-se informações já existentes sobre as técnicas da montagem de bancos pufes, para assim, aperfeiçoá-las para obter melhor resultado, quanto a estética, conforto, equilíbrio e resistência.

Apesar do *marketing* social e por questões culturais ainda existe resistência sobre a reutilização de materiais frente aos avanços tecnológicos, por se ter certo preconceito, muitas vezes, caracterizado como um material de qualidade desvalorizada pela sociedade.

Os resultados obtidos mostraram que embora o assunto esteja muito frequente, persiste a aversão quando se fala em reaproveitamento do lixo e quanto a transversalidade do tema relacionada à educação ambiental. Para tanto, deve-se haver uma plana divulgação sobre educação continuada a respeito do tema abordado, para que a sociedade se conscientize do seu papel como agentes transformadores.

Considerações finais

Os resultados até então obtidos mostraram que embora o assunto esteja muito frequente, persiste a aversão quando se fala em reaproveitamento do lixo e quanto a transversalidade do tema relacionada à educação ambiental. Para tanto, deve-se haver uma plana divulgação sobre educação continuada a respeito do tema abordado, para que a sociedade se conscientize do seu papel como agentes transformadores.

Referências

1. BESEN, G. R. Programas Municipais de Coleta Seletiva em parceria com organizações de catadores na região metropolitana de São Paulo: Desafios e perspectivas. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
2. CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas, FPFL-CEPAM, São Paulo, 1999.
3. CAMPOS, G. W.; BARROS, R. B.; CASTRO, A. M. Avaliação de política nacional de promoção da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 745-749, 2004.
4. CASA DO PSICÓLOGO. A solução é reduzir, reaproveitar e reciclar. Acesso em 28 jun. 2009.

5. EHRIG, RAYMOND J. *Plastics recycling: products and processes*, Hanser Publishers, Nova Iorque, 289 p. (1992).
6. FRANCO DE SÁ, R.; ARAÚJO, J. A. *Manual do Método Bambu: Construindo municípios saudáveis*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
7. IPT / CEMPRE (2000). *Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado*. 2. ed. São Paulo, 2000.
8. JACOBI, P.; BESEN, G. R. *Gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana de São Paulo: avanços e desafios*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 2, p. 90, 104 abr/jun. 2006.
9. JACOBI, P.; TEIXEIRA, M. A. *Criação do capital social: o caso ASMARE*. São Paulo: FGV, 1996.
10. MANCINI, JACOBI P.; FRATINNI, S. D.; ZANIN, M. *Reciclagem como alternativa viável para a minimização dos resíduos sólidos urbanos*, 4a Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisadores Nikkeis, São Carlos, SP (1996).
11. VEIGA, F. Jr. *Saneamento, Saúde e Ambiente*. Manole, São Paulo, 2005.

Capítulo 10

Performance Musical: Uma Interação Universidade/Sociedade

Jailson Raulino
Professor Adjunto I
j.raulino@hotmail.com

Resumo

Esta proposta tem como objetivo precípua o estudo e a divulgação da música pernambucana através do Clarineta Ensemble UFPE. Visamos desenvolver uma ação que irá contribuir para o enriquecimento cultural musical da comunidade alvo, concomitantemente com a divulgação da música instrumental com clarinetas. O Clarineta Ensemble UFPE é um grupo formado por instrumentistas, estudantes dos cursos do Departamento de Música e de outros Departamentos da Universidade Federal de Pernambuco. Criado em 2004 como agente de pesquisa e divulgação de repertório, e ainda como elemento de apoio pedagógico na prática instrumental coletiva. Tem como meta promover interação entre estudantes e professores dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Música e a sociedade em geral. Realiza concertos oficiais e didáticos, visando suscitar o gosto pela música pernambucana. Participa de projetos acadêmicos institucionais, além de participar em eventos na Universidade, no Grande Recife e interior do estado.

Palavras Chaves: Clarineta; Música; Conjunto; Música na Escola; Prática instrumental Coletiva.

Abstract

This proposal has the study and divulgation of the music of Pernambuco as goal, through the group "Clarineta Ensemble UFPE". The aim of this project is the development

of the community's musical culture, together with the divulgation of the instrumental clarinet music. Clarineta Ensemble UFPE is a group composed by players, majors from the Music Department courses and from other Departments of the Universidade Federal de Pernambuco. It was created in 2004 to act as a research agent and repertoire divulgator and also as a pedagogical mean to promote group instrumental practice. It has as goal the interaction between professors and students from the Bachelor and Licenciature Music Courses and society in general, doing didactic and official concerts to promote the music from Pernambuco. It participates in academic institutional projects and events in the university, metropolitan area of Recife and throughout Pernambuco State.

Keywords: Clarineta; Ensemble; Music; Music of Pernambuco; Music in teaching basic School.

Introdução

São ainda recentes, no âmbito acadêmico, as práticas interpretativas musicais enquanto objeto da pesquisa científica. Por sua vez, os intérpretes musicais, vêm desenvolvendo métodos e técnicas de produção e transmissão de conhecimento que prescindem dos formatos acadêmicos tradicionais.

Compreendendo a necessidade de uma prática performática que contemple a dinâmica e diversidade da sociedade na pós-modernidade, objetivamos apontar para as possibilidades relacionais desta referida área de estudo. Portanto, focado nesta potencialidade observamos como as práticas interdisciplinares contribuem efetivamente na compreensão dos aspectos epistemológicos da performance na contemporaneidade.

A utilização de diferentes instrumentos de análise como os conceitos de raça, etnia, classe, gênero, de processos como a diáspora, a migração, a descolonização, o hibridismo ou ainda de enquadramentos teóricos como o cosmopolitismo, o poscolonialismo ou o posmodernismo são hoje, tal como outros foram no passado, modos diferentes de olhar e analisar a identidade dos grupos e das pessoas através da música que fazem. (SARDO, 2004, p. 63).

Neste sentido, acreditamos que com auxílio de alguns procedimentos metodológicos afins é possível evidenciar como os processos sociais podem ser determinantes na formação do instrumentista.

Objetivos

- Promover reflexões críticas sobre a performance musical, combinando a produção de interpretações musicais com a transmissão de conhecimentos sistematizados.

- Oferecer condições para se conhecer, refletir e atuar em consonância com os anseios da sociedade.
- Estabelecer uma aproximação universidade-sociedade.

Metodologia

Uma prática interpretativa através de recitais didáticos, desenvolvendo um diálogo entre o processo pedagógico e a prática musical, entre a academia e a sociedade.

Resultados

A metodologia aqui aplicada confirma o caráter multidisciplinar dos estudos da performance contemporânea, preocupando-se em valorizar, compreender e compartilhar diferentes contextos. A importância do processo dialógico da prática músico-instrumental e seu contexto estabelecem uma aproximação com a sociedade e a apropriação da cultura popular.

Os aspectos disciplinares e interdisciplinares no mundo musical têm sido amplamente discutidos nos dias atuais. Procurando apreender melhor a dinâmica transformacional das práticas musicais em si e a relação dos músicos com a sociedade e suas mutações, desenvolvemos ao longo deste estudo uma perspectiva com um viés etnomusicológico muito marcada pela visão de Alan Merriam, segundo a qual a música deve ser estudada em diferentes dimensões (MERRIAM, 1964), entre elas som e comportamento. Compreendendo a necessidade de uma prática performática que contemple a dinâmica e diversidade da sociedade na pós-modernidade, objetivamos apontar para as possibilidades relacionais da performance musical e seu/nosso contexto. Portanto, focado nesta potencialidade observamos como os estudos interdisciplinares contribuem efetivamente na compreensão dos aspectos epistemológicos da performance na contemporaneidade.

O estudo da performance, insisto, é ainda caracterizado pela interdisciplinaridade e, enquanto ciência consideravelmente recente, articula-se na diversidade das áreas do conhecimento musical: musicologia histórica, musicologia analítica, etnomusicologia, educação musical, musicoterapia, música computacional, música eletroacústica, música e literatura, música e semiótica, etc.

“[...] o pesquisador trabalha com linhas de pesquisa que estudam não só a performance, mas também os aspectos históricos e teóricos da performance musical, os processos de criação, técnicas e estilos de composição, relacionando-se com a musicologia, educação musical, sociologia, estética e tecnologia.” (LIMA, 2001, p. 537).

Seja na pesquisa, seja na prática cultural ou nas atividades correlatas a atividade performática está inserida no meio social, portanto deverá sempre voltar-se a ele, para atender os anseios dele emanados.

Considerações Finais

Atualmente, vive-se um período de boas perspectivas para a Educação Musical. A Lei 11.769/2008 poderá fortalecer a área por dispor que a Música é conteúdo obrigatório no Ensino Fundamental.

A aproximação da universidade-sociedade por meio de ações contínuas, integradas, dialogando e intervindo na sociedade de forma mais próxima e dinâmica, poderá contemplar o perfil desejado para o profissional da música na contemporaneidade.

Nesse sentido, e como forma de minimizar o distanciamento, universidade-sociedade, e as más consequências por ele causados, faz-se necessárias discussões e ações facilitando a interação e acessibilidade. Acredito ser imprescindível o papel da performance musical nesse processo. Desta forma, o conhecimento musical passará a ser respeitado e valorizado como fundamental para a formação integral do ser humano. Portanto, o Clarineta Ensemble UFPE, grupo formado pela classe de clarineta (professor e estudantes) do Departamento de Música da Universidade Federal de Pernambuco tem-se colocado como agente de divulgação, interação e como elemento de apoio pedagógico na prática coletiva do instrumento. Tem ainda como meta promover e realizar recitais didáticos, visando suscitar o gosto pela música e pelo estudo do instrumento, a clarineta, estabelecendo assim uma interação Universidade/Sociedade, através da Performance Musical.

Referências

1. BARBOSA, Joel. Rodas de Conversa na Prática do Ensino Coletivo de Bandas. In: Anais do II ENECIM - Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical. Goiânia: 2006, p.97-104. BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.mec.gov.br/legislação.
2. CRUVINEL, Flavia Maria. Educação Musical e Transformação Social: uma experiência com o ensino coletivo de cordas. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005. 256p.
3. MONTANDON, Maria Isabel. Ensino Coletivo, Ensino em Grupo: mapeando as questões da área. In: Anais do I ENECIM - Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical. Goiânia: 2004, p.44-48.

Capítulo 11

Programa de Apoio a Saúde da Mulher na Escola Olga Benário Prestes

Victor de Carvalho Brito Pontes

Medicina, CCS, UFPE

victorcbpontes@gmail.com

Pablo Emanuel Lisboa de Oliveira

Medicina, CCS, UFPE

pablemanuel@hotmail.com

Adriana Baltar Maciel

Fisioterapia, CCS, UFPE

adrianabaltarmaciel@gmail.com

Adriana Paula de Andrade da Costa e Silva Santiago

Prof^a. Adjunta do Dept^o. Medicina Social, CCS, UFPE

Mestra em Deontologia e Odontologia Legal, FOUSP

Doutora em Diagnóstico Bucal, sub-área Radiologia, FOUSP

Bacharela em Direito pela Faculdade Integrada do Recife

adri.odontolegal@gmail.com

Resumo

O projeto de extensão de Apoio a Saúde da Mulher na Escola Olga Benário Prestes objetiva, por meio de ações lúdicas e educativas, envolvendo discentes/docentes dos cursos de Medicina, Odontologia e Fisioterapia, levar informação e conscientização às mulheres reeducandas matriculadas na Escola, acerca do cuidado com a saúde, contemplando temas relativos à higiene corporal e ambiental, saúde bucal, auto-estima, DST/Aids, violência, maternidade e família, sempre sob a ótica da melhoria da qualidade de vida. Sendo aproximadamente 150-200 reeducandas matriculadas, a ação é

realizada em encontros mensais, contemplando os três turnos escolares, dois diurnos e um noturno. Os resultados têm sido animadores e motivadores, pois verifica-se que a educação é ferramenta essencial à ressocialização, construção de cidadania, cooperação e boa convivência. Ainda, contribui sobremaneira para formação de sujeitos e profissionais mais justos, éticos e humanos em seu papel no contexto social.

Palavras-chave: Saúde, mulher, Escola Olga Benário Prestes.

Abstract

The goal of the Extension Project to Support Woman's Health at Olga Benário Prestes School is to inform and educate the enrolled women at this school about health care by using playful and educative methods. These are developed by Medical, Odontology and Physiotherapy teachers and students. The topics covered are about body and environment hygiene, oral health, self-esteem, Sexually Transmitted Diseases/SIDA, violence, maternity and family, always with the vision of improving their quality of life. There are approximately 150-200 female students enrolled. The activities are performed during monthly meetings using the three school periods, morning, afternoon and evening. The results have been encouraging and motivating. It has been observed that education is an essential tool in the rehabilitation, construction of citizenship, cooperation and good acquaintanceship. Moreover, it contributes to the formation of people and fairer professionals who are more ethical and humanitarian in their role in the social context.

Key words: Health, woman, Olga Benário Prestes School.

Introdução e Objetivos

Um dos principais propósitos esperados quando se desenvolve uma extensão universitária é a possibilidade de articular as participações dos sujeitos envolvidos no projeto ou programa para o ensino aprendizagem, com a intenção de ampliar seus conhecimentos por meio da assistência e da pesquisa, propiciando melhor formação profissional e pessoal aliada a promoção da qualidade de vida da comunidade assistida.

Com esse enfoque, surgiu o projeto de extensão intitulado Programa de Apoio à Saúde da Mulher na Escola Olga Benário Prestes, onde por meio de ações trans e interdisciplinares se promove o envolvimento de discentes e docentes de vários cursos da área de Saúde para o desenvolvimento de ações educativas.

A Colônia Penal Feminina (Presídio Feminino do Recife) faz parte do programa de educação para presídios há mais de 15 anos. Neste sentido, a Escola Olga Benário Prestes, que fica situada na Colônia Penal, vem desenvolvendo excelente trabalho, dado ao crescimento do número de reeducandas que se matriculam e frequentam as aulas.

A Escola funciona em três turnos escolares, dois diurnos e um noturno, sendo este último composto pelas reeducandas que trabalham durante o dia. Há 11 (onze) profes-

sores, sendo 07 (sete) destes regentes de turma. A direção é composta de uma gestora e uma secretária.

Anualmente o número de reeducandas matriculadas varia entre 150 e 200 mulheres, dentre um universo de 687, número variável diariamente, em razão dos trâmites jurídicos as quais estão submetidas, em função de suas condições. São em sua maioria humildes e variam muito de faixa etária. Encontra-se mulheres muito jovens até aquelas que compõe a terceira idade.

Assim, ponderando serem os presídios, por sua superlotação e grande mobilidade de reeducandas, importante meio de propagação de doenças, bem como, o fato de "se estar presa", desenvolvendo convivência com pessoas nunca vistas antes, cada uma carregando histórias complexas e de amarguras, justifica-se o desenvolvimento de programas que aliam a educação e saúde, desenvolvidos com ações simples e lúdicas no sentido de promover a conscientização acerca dos cuidados que devem ter com sua saúde, sendo ela fruto da cooperação e colaboração de todas, pois dividem o mesmo ambiente, os mesmos problemas.

Com isso, também procurou-se a sensibilização dos estudantes da área de saúde, possibilitando um olhar crítico e humanístico acerca de desafios sociais, que normalmente vêm acompanhados de preconceito, discriminação e até medo, contribuindo para a formação destes futuros profissionais e aproximando a prática da teoria ministrada nos vários módulos em sala de aula.

As atividades do projeto objetivam intercâmbio dos cursos da área de saúde, com vistas a integralidade e integração de seus conteúdos e propostas, e deste modo levar informação e conscientização acerca do cuidado com a saúde, em especial a saúde da mulher, onde são contemplados temas como saúde corporal e ambiental, saúde feminina, trabalho e auto-estima, DST/Aids, Violência, Maternidade e família, sempre sob a ótica da melhoria da qualidade de vida.

Espera-se ainda contribuir para o desenvolvimento do que denominamos de "espírito de coletividade", onde se aprende sobre a importância da participação de todos na construção da qualidade de vida, principalmente em se tratando de situações especiais, como a em enfoque.

Além disso, o projeto visa o incremento e manutenção da frequência em sala de aula, na escola, que é um dos mais importantes instrumentos de ressocialização e inclusão social, além do estímulo dos professores em participarem efetivamente das ações desenvolvidas por este projeto, bem como as indicações dos resultados verificados durante o dia a dia com as reeducandas.

Marco Teórico

As questões ligadas a educação não são matéria nova, e constantemente é motivo de debates e análises. No entanto em nenhum momento deixou-se de entender a sua importância e a diferença que ela pode fazer no comportamento das pessoas.

Quando no campo da saúde, Donaduzzi (2009) afirma considerá-la de fundamental importância, tornando-se necessária a discussão sobre as concepções das práticas

educativas.

A educação em saúde, explica Donaduzi (2009):

"não deve ser entendida como uma medida coercitiva de controle social, mas sim como instrumental que permita que os indivíduos compreendam a si mesmos enquanto cidadãos e membros sociais participativos, com direito a adequadas condições de saúde e de vida."

Nesta perspectiva, reflete Freire (2001) o educando precisa ser entendido como parte integrante desse processo, como sujeito do mesmo, não podendo deixar-se de lado a sua história, vivências e experiências.

Considerando estes fatores, importante a citação, por Donaduzi (2009), da CARTA DE OTTAWA, 1986, que traz, com muita propriedade a seguinte assertiva:

"É essencial capacitar as pessoas para aprender durante toda a vida, preparando-as para as diversas fases da existência, o que inclui o enfrentamento das doenças crônicas e causas externas. Esta tarefa deve ser realizada nas escolas, nos lares, nos locais de trabalho e em outros espaços comunitários. As ações devem se realizar através de organizações educacionais, profissionais, comerciais e voluntárias, bem como pelas instituições governamentais."

De acordo com Santos (2005), somente nos meados dos anos 50, constatou-se o insucesso do sistema prisional que considerava a detenção unicamente, o que motivou a busca de novos rumos, ocasionando na inserção da educação escolar nas prisões. Segundo Cassiano, v.118, "reintegração de presos à sociedade por meio da educação ainda é um desafio num país em que 10,5% dos detentos são analfabetos e 70% não concluíram o ensino fundamental".

Anjos (2009), em "A Educação de Mulheres encarceradas", explica que muitas detentas não se animam a retornar aos estudos por conta da saudade; preocupação com os filhos, ansiedade de sua saída (já que o processo de julgamento é lento); e ainda, por também não verem mais significado no que a escola oferece para o que precisam no seu cotidiano.

No entender de Cunha (2010):

"para compreender o sistema prisional feminino brasileiro e como a educação recebida pelas apenadas interfere no processo de ressocialização, não podemos perder de vista o contexto econômico, social e político vivenciado por estas, tanto no que se refere às condições materiais e objetivas de vida como nos fatores subjetivos, de inserção social, ética e política das mulheres na sociedade atual, cerceadas pela relação de poder estabelecida historicamente entre homens e mulheres. (...) O processo de ressocialização deve abranger, necessariamente, os aspectos que envolvem a construção da imagem da mulher, concreta e subjetiva, o papel da educação, da qualificação e do trabalho no cárcere. A baixa escolaridade, mesmo com o aumento

do acesso à educação escolar nas últimas décadas, ainda se constitui realidade entre a maioria da população brasileira e nos alerta para a forte ligação que ela estabelece com a criminalidade. A educação voltada para a população carcerária feminina deve estar sensível às necessidades que esta população demanda, bem como deve possibilitar a desconstrução do sexismo enquanto relação de poder e subordinação. (...) A ação educativa como meio para a ressocialização deve resgatar a dignidade humana das mulheres presas, permitindo a atividade criadora e a construção da autonomia."

Ao discorrer acerca da modalidade de Educação para Jovens e Adultos - EJA, para alunos em condição de presidiários, Silva, Pinto e Brito (2008), ressaltam a necessidade de se considerar as expectativas dos jovens e adultos no que refere aos conteúdos ministrados, e ainda, os saberes importantes a sua futura inserção no mercado de trabalho. Afirmam que caso essas sejam as que orientem as políticas de ensino relacionadas a escolarização de presidiários, estes poderão encontrar na educação uma das forças que operam no sentido de ruptura com relação aos processos de exclusão e marginalidade.

Raddatz, Nietzsche e Capaverde, ao abordarem sobre educação em saúde, ressaltam a necessidade de se agregar valores suficientes para que cada integrante do projeto de pesquisa, seja ele aluno ou profissional, visualize melhorias do ambiente escolar e comunitário, tanto individualmente, como coletivamente.

Nesta sentido, considerando que as doenças não ficam restritas aos muros dos estabelecimentos penais. Segundo Moraes (2007), "são levadas à sociedade pelos servidores penitenciários e a partir das visitas íntimas." E ainda, ponderando que, segundo o Ministério da Saúde, as doenças sexualmente transmissíveis (DST) e as dermatoses estão entre as principais doenças verificadas nos presídios do país, a escola representa papel fundamental no desenvolvimento de ações educativas e socializadoras, capazes de estimular a busca de soluções e transformação da realidade.

"O futuro da sociedade brasileira está na dependência da sua transformação em uma sociedade menos excludente", afirma Severino (2002). E nesse processo, a educação possui papel de relevo. Segundo sua concepção:

"na universidade, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão tem como referência a pesquisa; aprende-se e ensina-se pesquisando; presta-se serviços à comunidade, quando tais serviços nascem e se nutrem da pesquisa". (...) Mas os produtos do conhecimento, instrumentos mediadores do existir humano, são bens simbólicos que precisam ser usufruídos por todos os integrantes da comunidade, à qual se vinculam as instituições produtoras e disseminadoras do conhecimento. É a dimensão da extensão, devolução direta à mesma dos bens que se tornaram possíveis pela pesquisa. Devolvendo à comunidade esses bens, a universidade o faz inserindo o processo extensionista num processo pedagógico, mediante o qual está investindo, simultaneamente, na formação do aprendiz e do pesquisador. A extensão tem que ser intrínseca ao exercício pedagógico do trabalho universitário.

Não se trata de uma concessão, de um diletantismo, mas de uma exigência do processo formativo. Toda instituição de ensino superior tem que ser extensionista, pois só assim ela estará dando conta da formação integral do jovem universitário, investindo-o pedagogicamente na construção de uma nova consciência social. Deve expressar a gênese de propostas de reconstrução social, buscando e sugerindo caminhos de transformação para a sociedade.”

Metodologia

As ações são desenvolvidas em várias etapas, considerando cada tema a ser abordado. São realizados encontros onde as atividades são realizadas em 03 (três) semanas seguidas, um turno por semana (manhã em uma, tarde em outra e noite em outra semana), não havendo uma sequência certa, cabendo a diretoria da Escola Olga Benário Prestes, a indicação de qual turno poderá receber o grupo extensionista na data estimada.

Os temas são cultivados utilizando filmes, vídeos, cartazes, ou mesmo oficinas e outras atividades lúdicas, sendo todo o material previamente preparado e incrementado especialmente para a população em questão, durante as duas semanas que antecedem o início das três semanas seguidas em atividade, tomando-se o cuidado de não ultrapassar os 30 (trinta) minutos, que devem ser o máximo de tempo para alguma explicação ou apresentação, uma vez que há dispersão considerável após este tempo, segundo experiências prévias. Passado este intervalo de tempo, a atividade deverá ser coletiva, estimulando a participação de todas as reeducandas, ressaltando-se que o acompanhamento de perto é fator valioso para o bom resultado.

Esta atividade de extensão universitária apresenta-se como a possibilidade de socialização do saber produzido na Universidade e o adquirido por meio da vivência junto a sociedade alvo. Desta forma, as ações serão desenvolvidas contemplando 03 (três) etapas:

1. A primeira é de preparação/problematização do tema a ser apresentado; neste momento os docentes e discentes envolvidos deverão entrar em contato com o tema por meio de pesquisas bibliográficas e adequá-lo a uma linguagem atraente e de fácil entendimento. Importante se considerar que a comunicação é essencial para o sentimento de inclusão do indivíduo. Assim, torna-se de essencial valor o emprego de linguagem, crenças e saberes populares para desenvolvimento da sensação de pertencimento e participação do grupo. Como material auxiliar temos a possibilidade de utilização de vídeos, cartazes, dinâmicas de grupo, dramatização, ginásticas, oficinas ou quaisquer outras atividades lúdicas que favoreçam a aproximação do tema abordado.
2. A segunda etapa é a realização da ação propriamente dita: mensalmente foram estabelecidas duas datas para a aplicação prática do tema preparado, cada uma com aproximadamente 4 horas de duração, dividida em 2 horas para cada turno,

quais sejam diurno e noturno, da Escola Olga Benário Prestes. A turma de reeducandas é reunida no refeitório, lugar usado para eventos onde há necessidade de unir as turmas.

3. A terceira e última etapa é representada pela problematização da vivência. Neste momento será estimulada a capacidade de raciocínio crítico acerca do tema, relacionando-o a população alvo. São discutidas as idéias, impressões e sugestões da equipe sobre o encontro e reflexão sobre a sua contribuição, resultando em um relatório sobre esta vivência.

A ação propriamente dita é composta de vários temas, os quais versam, de uma forma geral, sobre estes conteúdos a seguir:

- Conheça seu corpo. É preciso conhecê-lo para cuidar dele. Higiene íntima e pessoal.
- Câncer de mama, de boca e de útero;
- Saúde da mulher: Doenças Sexualmente transmissíveis e Aids;
- Saúde da mulher: a maternidade e a família;
- Violência contra a mulher - Dignidade da pessoa humana;
- Auto-estima e beleza da mulher;
- Saúde mental;
- Ginástica laboral para mulheres;
- Saúde Bucal;
- A mulher no mercado de trabalho.

Os temas são trabalhados em equipes, sendo que a cada dia de ação, finalizamos com ginástica laboral e alongamentos, de modo a promover descontração, aliando exercícios e auto-estima.

Resultados e Discussão

Os encontros realizados obtiveram resultados satisfatórios para ambos os grupos, docentes e estudantes universitários e reeducandas. Esses resultados foram obtidos principalmente por meio de relatos dos professores. No entanto não raramente as próprias reeducandas se voluntariavam a expressar depoimentos acerca do significado do projeto para elas.

A participação do público alvo foi estimulante à produção dos temas subsequentes. Vale ressaltar que apesar de já existirem temas pré-formulados, a cada visita, cuidadosamente construída pelos membros da equipe de trabalho do projeto, novas idéias vão

sendo sedimentadas e discutidas para posterior implementação, no sentido de suprir as expectativas das reeducandas e dos professores da Escola Olga Benário. Também não se pode deixar de mencionar a complexidade da população envolvida, caracterizada por mulheres que aguardam ansiosamente pelo retorno a convivência social extra-muros e que, não raramente convivem com situações que vão desde a falta de espaço para o descanso noturno até a saudade de seus familiares e amigos.

Pode-se dizer que uma desmitificação recíproca foi sentida em ambos os grupos participantes, e o sentimento de aceitação, esperança e de inclusão representaram as maiores recompensas, conseguidas com o apoio dos que fazem a Escola. Procurou-se colaborar para o desenvolvimento do “espírito de coletividade” entre as reeducandas, auxiliando a se conhecerem melhor e a gerenciar seus problemas de saúde, motivando também o incremento a frequência em sala de aula e a curiosidade sobre assuntos que lhe dizem respeito.

Observa-se que o desenvolvimento de políticas educacionais dentro de sistemas prisionais são de suma importância. Julião (2006), ao discorrer sobre educação e trabalho como propostas políticas de execução penal, chamou atenção para este aspecto, afirmando ser “importante investir na criação de uma escola para os sistemas penitenciários cuja concepção educacional privilegia, acima de tudo, a busca pela formação de um cidadão consciente de sua realidade social.” Esta afirmação é ratificada pelo art. 2º da Declaração de Hamburgo (1997) que diz: “a educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida”. Tudo isto considerado, este projeto adquire ainda maior relevância social, pois tem a missão de contribuir junto a promoção da cidadania e, conseqüentemente, operar transformações de comportamento que possam servir de referência para as reeducandas participantes direta ou indiretamente do mesmo, bem como as que possam vir tempos após.

Considerando também a relação entre saúde da mulher e sistema prisional observa-se que ainda existem lacunas no conhecimento relacionadas à temática e torna-se acentuada a necessidade de realização de novas pesquisas que visem fortalecer as políticas educacionais. Afora isso, deve-se ressaltar que o investimento na formação de profissionais com um olhar diferenciado e direcionado para o referido tema é muito importante. Neste aspecto, Braunstein (2007) demonstra bastante coerência realçando a responsabilidade de todos na transformação social:

“a educação, e os educadores, através de seus saberes e fazeres críticos, e por meio da parceria com outros profissionais envolvidos com as questões pedagógicas e sócio-pedagógicas tem um papel vital para a consolidação de um processo de transformação social.”.

Por fim, não se pode pensar que este ou qualquer outro projeto desenvolvido e aplicado às reeducandas, mesmo que, como o aqui apresentado, tenha o total apoio da equipe educacional da Escola, será capaz de resolver os vários problemas da complexidade prisional. Ao deixarem o sistema prisional, por exemplo, as agora ex-reeducandas tem de enfrentar uma dura sociedade excludente e preconceituosa, sendo que é sabido que o processo de ressocialização, na maioria das vezes, é bastante árduo.

Mas o que se pode esperar de uma sociedade, em boa parte carente de tolerância, e que se sente insegura e desacreditada? Há também carência de políticas públicas voltadas para a diminuição da exclusão e segregação após o retorno social. Prepara-se para uma ressocialização, mas até que ponto a sociedade está preparada para receber estes "ressocializados"?

"Enquanto a sociedade não encarar os problemas que ela mesma cria, buscando mecanismos de humanização e inserção social de todos, por meio da redução da desigualdade social e econômica e de garantia de oportunidades dignas, o problema da violência continuará penalizando a todos, inclusive a esta mesma sociedade que se sente confortável em seu mundo de muros e câmeras de segurança, com medo de tudo que está fora dele."(Cunha, 2010)

É certo que o caminho à ser percorrido neste sentido é muito longo e complicado, pois envolve aspectos objetivos e subjetivos da vida. Mas não se pode esquecer que ele terá que existir. A educação ainda é a melhor ferramenta para transformações. E mesmo fazendo pouco, este projeto tenta fazer alguma diferença, se debruçando no sentido das palavras imortalizadas pelo mestre Paulo Freire:

"Ao perceber o ontem, o hoje e o amanhã, o ser humano percebe a consequência da sua ação sobre o mundo, nas diferentes épocas históricas, se torna o sujeito da sua história e por isso responsável por ela. Faz hoje o que se tornou possível pelo ontem. Fará amanhã o que está semeando hoje".

Considerações Finais

Como já anteriormente indicado, não se tem com este projeto, a pretensão de resolver os problemas de saúde da mulher, ou mesmo criticá-lo irresponsavelmente. Embora este projeto tenha em seu principal objetivo a promoção da saúde da mulher por meio de palestras, oficinas, atividades lúdicas e interativas, percebe-se que a aproximação do mundo exterior é o que realmente vale a pena.

O fato do projeto contar com discentes dos cursos de Fisioterapia, Medicina e Odontologia o torna muito mais dinâmico e significativo. No entanto, para que o mesmo consiga funcionar, há a contribuição de diversos fatores, os quais são essenciais a nossa ação: o apoio constante dos educadores e coordenadores da Escola Olga Benário Prestes, seja do ponto de vista pedagógico, seja disciplinar durante as visitas, e ainda, o consentimento da direção prisional.

Por outro lado, alguns obstáculos estão muito presentes, sendo dificultadores, mas não inviabilizadores da ação. O principal deles é sem dúvida a própria situação de prisão. Logo, para segurança da própria instituição e de todos os que lá estejam, regras e horários devem ser obedecidos.

Além disso, durante mudanças na organização da penitenciária, como reformas e transferências de reeducandas, as visitas muitas vezes necessitaram ser postergadas,

em virtude da instabilidade emocional apresentada face à modificação. Com isso, mais uma vez a segurança deve ser levada em consideração no momento em que as visitas forem planejadas.

Outro fato limitador da ação se deu pela fácil e constante dispersão apresentada pelas reeducandas. Para atingir um bom nível de interação, a equipe de trabalho precisou dinamizar ao máximo as apresentações e debates nas visitas. Devido a isso, houve sempre o cuidado de conduzir uma comunicação simples e inclusiva, não se prolongando explicações por extenso tempo.

Por fim, podemos concluir que uma das barreiras que necessitam ser quebradas é a própria descrença na educação para essa parcela da sociedade. A educação, assim como o trabalho, é um direito humano e, como tal, deve ser assegurado a todas as pessoas indistintamente, presas ou livres. Diante disso, como já mencionado anteriormente, é preciso que as políticas públicas garantam à população encarcerada a possibilidade de cumprir a pena com dignidade, a fim de prepará-la para o retorno ao convívio social.

Tudo isso posto, a extensão pode tornar-se agente ativo na quebra desse paradigma, levando à Universidade e à Sociedade experiências e propostas construídas através da troca de saberes mútua, dentro e fora de muros.

Referências

1. ANJOS, R.A. dos. A Educação de Mulheres encarceradas. p.1-4. In: [www.?](http://www.?.), acesso em 02 de agosto de 2009.
2. BRASIL. (1997). Senado Federal. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n.9.394, de 1996. Brasília: Senado Federal.
3. BRAUSTEINS, Hélio Roberto. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro por Hélio Roberto Braunstein. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, SP, 2007.
4. CASSIANO, C. O Caminho do bem. Ver. Educação, ed. 118, In: <http://revistaeducacao.uol.com.br/>, acesso em 02 de agosto de 2009.
5. CUNHA, Elizangela L. da. Ressocialização: o desafio da educação no Sistema prisional feminino. Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 157-178, mai.-ago. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
6. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
7. DONADUZZI, Joanita Cechin. Ações educativas de enfermeiras em estratégias de saúde da família. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, RS, 2009.

8. JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação e trabalho como propostas políticas de execução penal. Revista Alfabetização e Cidadania, n,19. 2006.
9. MAEYER, Marc de. Na Prisão existe perspectiva de educação ao longo da vida? Revista Alfabetização e Cidadania, n. 19. 2006.
10. MORAES, J. Presídios são focos de doenças, diz Ministério da Saúde. 2007, In: <http://noticias.gospelmais.com.br>, acesso em 24 de julho de 2009.
11. RADDATZ, M., NIETSCHE, E; CAPAVERDE, S. A promoção da saúde para a construção da cidadania: ações educativas em um fazer necessário.
12. SANTOS, S.M. Ressocialização através da educação. DireitoNet. 2005. In: <http://www.direitonet.com.br>.
13. SAÚDE. MINISTÉRIO DA SAÚDE.
14. SEVERINO, A. J. Educação e Universidade: conhecimento e construção da cidadania. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v6, n10, p.117-24, fev 2002.
15. SILVA, L.H.O.; PINTO, F.N.P.; BRITO, K.C.C.F. Da marginalidade à inclusão: a sociabilização através da educação no Presídio de Araguaína (TO). Ciências & Cognição, 2008, v. 13, n. 3, p. 214-230.

Capítulo 12

Programa de Extensão UFPE na Praça: Contribuições do Profissional de Enfermagem nas Intervenções da Equipe Multiprofissional

Isly Talita Santana dos Santos

Graduação em Enfermagem

Centro Acadêmico de Vitória (UFPE-CAV)

Nelson Miguel Galindo Neto

Graduação em Enfermagem

Centro Acadêmico de Vitória (UFPE-CAV)

Crislaine Cristina da Silva Gomes

Graduação em Enfermagem

Centro Acadêmico de Vitória (UFPE-CAV)

Marina de Moraes Vasconcelos Petribú

Doutora em Nutrição pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Professora Adjunta I do Curso de Graduação em Nutrição

Centro Acadêmico de Vitória (CAV-UFPE)

Silvana Gonçalves Brito de Arruda

Doutora em Nutrição pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Professora Adjunta I do Curso de Graduação em Nutrição

Centro Acadêmico de Vitória (CAV-UFPE)

E-mail: silgbrito@hotmail.com

Clebiana Alves e Silva

Enfermeira Residente do Programa de Residência Multiprofissional de Atenção a

Saúde do Centro Acadêmico de Vitória (UFPE-CAV)

Resumo

O profissional de Enfermagem realiza intervenções de indiscutível relevância para o sucesso dos serviços de saúde. Objetiva-se relatar as atividades de enfermagem dentre as da equipe multiprofissional, dos integrantes do Programa de Extensão UFPE na Praça, o qual realiza ações de saúde à população no Município da Vitória de Santo Antão-PE, sendo composto por discentes e docentes da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico de Vitória. A Enfermagem contribui com intervenções indispensáveis como as atividades de educação em saúde, a aferição da pressão arterial, mensuração da glicemia capilar, além da realização dos devidos encaminhamentos para serviços de saúde em caso de obtenção de valores pressóricos ou glicêmicos que ofereçam risco ao indivíduo contemplado pela intervenção. O Programa vem proporcionando à população o acesso à informação e às intervenções realizadas pelos alunos, contribuindo para a formação de profissionais críticos e atuantes, além de viabilizar o contato com uma prática profissional multidisciplinar.

Palavras Chaves: Promoção da Saúde, Saúde Coletiva, Educação em Saúde, Perfil Epidemiológico, Hipertensão

Abstract

The nurse performs interventions undeniably relevant to the success of health services. The objective is to report the activities of nursing among the multidisciplinary team, the members of the Outreach Program UFPE na Praça, which performs health actions to the population in the city of Vitoria de Santo Antao-PE, comprising students and teachers of the Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória. Nursing contributes with essential activities such as health education, blood pressure measurement, blood glucose monitoring, in addition to performing the appropriate referrals for health services in case of obtaining blood pressure or glucose values ??that provide risk for the individual covered by the intervention. The Program has been providing the people access to information and interventions by the students, contributing to the formation of critics and active professional, as well as providing contact with a multidisciplinary professional practice.

Keywords: Health Promotion, Public Health, Health Education, Health Profile, Hypertension

Introdução e Objetivos

Mudanças ocorridas no âmbito social, político, filosófico e ambiental têm reflexo na saúde e no perfil epidemiológico da sociedade. Profissionais responsáveis pela saúde da população enfrentam, ao longo da história, o desafio de adaptar-se adequadamente às mudanças deste processo para otimizar a assistência, que se molda de acordo com

as políticas e modelos de saúde no país. Com indispensável papel na composição da equipe multiprofissional, a Enfermagem assume relevante papel no alcance das metas que visam à promoção da saúde, incubindo ao profissional de Enfermagem participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais e de saúde (1).

Ações extensionistas são imprescindíveis para difundir e socializar o conhecimento elaborado na Universidade, constituindo uma ferramenta diferenciada na busca pela qualificação profissional de estudantes de Enfermagem por tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e por aproximar o futuro profissional do seu ambiente de atuação (2).

O Programa de Extensão UFPE na Praça do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco, objetiva à promoção de saúde da população do município de Vitória de Santo Antão-PE, mediante realização de intervenções da equipe multiprofissional composta de discentes e docentes das graduações em Enfermagem, Nutrição, Educação Física e Ciências Biológicas. Este trabalho tem como objetivo relatar as contribuições inerentes à Enfermagem nas intervenções da equipe multiprofissional do referido programa de extensão.

Marco Teórico

Novos padrões de saúde-doença nas populações são definidos pela influência no modo de vida exercida pela globalização e reestruturação produtiva, sendo compreendido como reflexo histórico e social que constitui um novo paradigma apontado pelo compromisso histórico da Saúde Coletiva de problematizar as práticas de saúde e elaborar estratégias de espectro mais amplo de transformação da cultura e construção da cidadania que reflita no perfil epidemiológico social (3).

Na atual transição epidemiológica, a incidência e prevalência de doenças crônicas não transmissíveis adquirem crescente proporção no perfil de morbi-mortalidade populacional (4). A principal causa de óbito no Brasil deve-se às afecções crônicas não transmissíveis (5) o que leva a temática a se tornar não só um problema de saúde pública, mas uma área de imensurável necessidade de intervenção de todos os setores da sociedade.

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) possui etiologia multifatorial e caracteriza-se pela elevação dos níveis de pressão arterial que leva ao comprometimento funcional/estrutural de órgãos alvo como rins, encéfalo coração e sistema vascular, elevando significativamente os riscos de afecções cardíacas (6). Tais afecções respondem por mais de 300 mil óbitos em 2007 no Brasil (7).

A medida da pressão arterial detecta a elevação dos níveis pressóricos e possibilita a intervenção adequada para minimizar os riscos existentes (8) podendo ser realizada pelos profissionais de saúde devidamente habilitados e constituindo um procedimento inserido na rotina da enfermagem (9).

Caracterizado pela hiperglicemia, o Diabetes Mellitus (DM) possui crescente incidência e prevalência além de complicações agudas e crônicas que afetam a população diabética e elevam os custos do seu tratamento (10). O sedentarismo e os hábitos ali-

mentares dentre outras mudanças no estilo de vida, somados à obesidade e ao aumento da expectativa de vida da população humana contribuem para a previsão de que existam 300 milhões de pessoas no mundo com DM até 2025, inserindo o diabetes na lista de problemas de saúde pública (11).

A monitorização da glicemia capilar direciona a escolha correta de condutas terapêuticas do diabetes, permitindo a reavaliação da viabilidade de um tratamento instituído, ajuste de dose de medicações e dieta, reduzindo complicações e melhorando a qualidade de vida do paciente diabético, além de alarmar a eminência de algum comprometimento que exija intervenções de urgência e emergência devido a elevação perigosa dos níveis glicêmicos (12).

A extensão universitária baseia-se na prestação de serviços especializados a comunidade estimulando a produção de conhecimento e constituindo um mecanismo eficaz de intervenção que visa resolver ou amenizar uma problemática identificada (13). Por muitos anos, a execução de tarefas era o limite de atuação do enfermeiro diante da divisão das atividades na prestação do cuidado. Tal perfil, atualmente, não corresponde aos anseios da Enfermagem, que busca maior espectro de atuação, na luta pela superação do paradigma de receber e executar ordens (14). O cuidado ao ser humano constitui a essência da Enfermagem, ocorrendo individualmente, direcionado à família ou a comunidade mediante o desenvolvimento de atividades de promoção, prevenção, reabilitação e recuperação da saúde (15).

Os profissionais de enfermagem são respaldados pela sua formação não só para executar procedimentos como a correta medida da pressão arterial e monitorização da glicemia capilar, mas para interpretar os dados obtidos e realizar condutas pertencentes à enfermagem que variam desde a orientação e educação em saúde ao paciente/comunidade, até o seu encaminhamento para um serviço de referência que possibilite o tratamento adequado para cada situação. A Enfermagem tem contribuído com produções científicas sobre os diversos temas em saúde e a relevância de tais produções influencia a tomada de decisão governamental na promoção e recuperação da saúde da população (16).

Metodologia

Tendo como eixo norteador o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão o Programa de Extensão Universitária “UFPE na Praça” realiza atividades mensais com a participação intersetorial da UFPE/CAV, Prefeitura Municipal da Vitória de Santo Antão e Comunidade local (praças, escolas, asilos, indústrias), contemplando o estabelecimento de vínculos de co-responsabilidade e co-gestão pela melhoria da qualidade de vida da população e da formação curricular discente.

As atividades acontecem mensalmente aos sábados, das 7h às 13h mediante a interação social e eficaz estratégia educativa para promoção de saúde envolvendo a participação multidisciplinar de discentes e docentes da área de Enfermagem, Nutrição, Educação Física e Ciências Biológicas e residentes de Enfermagem e Nutrição. No trabalho de campo os participantes se dividem em grupos realizando as intervenções inerentes

à sua área. O público alvo varia conforme o local e o tema da ação, abrangendo indivíduos de todas as faixas etárias e grupos sociais, o planejamento e execução das ações educativas interdisciplinares são voltadas para a necessidade da população e adequadas ao contexto no qual ela se insere. O planejamento das ações, bem como a confecção do material educativo e divisão das atividades a serem realizadas antecedem as intervenções e ocorrem em reuniões marcadas durante a semana ao longo do mês. Ao final de cada ação, uma reunião de avaliação ocorre visando à gradativa melhoria e efetividade das atividades realizadas mediante a identificação de pontos a serem corrigidos e de condutas a serem mantidas para garantir o sucesso do objetivo do programa. Os dados obtidos pelas equipes de nutrição, educação física, ciências biológicas e enfermagem são registrados em instrumentos para este fim.

A equipe de Enfermagem realiza relevante contribuição no referido programa uma vez que suas intervenções são indispensáveis na assistência em saúde. De acordo com o público alvo de cada ação, utilizam-se estratégias de educação em saúde como peças de teatro, fantoches, jogos educativos, panfletos e cartazes. A abordagem educativa de temas como: Infecções Sexualmente Transmissíveis; métodos contraceptivos; dengue, prevenção, sinais e sintomas de doenças parasitárias; oncologia; diabetes e hipertensão arterial já foram contempladas pela equipe de enfermagem nas ações desenvolvidas.

Além das atividades de educação em saúde que variam a cada intervenção de acordo com a população contemplada, a equipe de enfermagem realiza a monitorização da glicemia capilar periférica através de um glucômetro Advantage (Roche Diagnostics). A aferição da pressão arterial também incube à equipe de enfermagem e é realizada seguindo os procedimentos de medida da pressão arterial estabelecidos nas VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (18).

Durante o atendimento individual para mensuração da glicemia capilar ou pressão arterial, as dúvidas referentes a hipertensão arterial sistêmica e diabetes são respondidas e no caso de se obter um valor pressórico ou glicêmico fora dos padrões de segurança o indivíduo é devidamente orientado e encaminhado ao serviço de saúde do município. Mediante a obtenção de valores limítrofes ocorre a devida orientação para que o indivíduo assistido realize o acompanhamento junto a uma unidade de saúde.

Resultados e Discussão

O projeto habilita os acadêmicos a assistirem o indivíduo e a família promovendo saúde integral do ser humano, pautando-se em princípios éticos. Os integrantes da equipe de enfermagem aprendem a voltar-se para os problemas de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico da região, em consonância com a realidade sócio-econômica da mesma para planejar/executar intervenções de enfermagem de sucesso viável e de relevância social, indo além das teorias de sala de aula e vendo na prática os problemas existentes para priorização dos agravos encontrados.

A aplicação prática de conhecimentos obtidos também é possível e os futuros profissionais adquirem mais destreza e domínio dos procedimentos realizados nas intervenções, além do aprofundamento teórico e científico exigido para respaldar cada conduta

realizada. Os estudantes de enfermagem são dotados de maior segurança para lidar com questões que possam surgir na sua vida profissional por não só conhecer, mas conviver constantemente com a complexidade da assistência em saúde e todos os entraves existentes, desde a presença de riscos ambientais junto à população até a não adesão ao tratamento por parte dos pacientes.

A relação comunidade-profissional inserida dentro da atuação da equipe multiprofissional na assistência em saúde pode ser vivenciada, contribuindo para maturidade profissional dos acadêmicos de enfermagem uma vez que a formação na instituição de ensino superior raramente possibilita a atuação dos discentes na equipe multidisciplinar, o que levaria a formação de profissionais que desconhecem a importância e potência de uma atuação multiprofissional.

A sociedade é beneficiada ao ter acesso a serviços gratuitos, de abordagem multiprofissional sobre temas de elevada incidência e prevalência e sérios agravos agudos e crônicos. A boa adesão da população ao programa de extensão e a elevada procura pelas intervenções que a equipe de enfermagem realiza, ratifica a importância e o benefício da sua inserção nas ações extensionistas à comunidade atendida.

Os dados obtidos proporcionam a elaboração de trabalhos de relevância científica e sua devida divulgação em eventos e congressos. Respaldados pelas informações levantadas pelo programa de extensão, a adoção de medidas cabíveis por parte das autoridades e entidades governamentais são não somente sugeridas, mas baseadas em evidências.

Considerações Finais

O Programa UFPE na Praça garante a inserção dos alunos em atividades práticas em locais públicos e uma formação sustentada de sujeitos críticos, atuantes, questionadores e embasados cientificamente ao contato com uma prática profissional multidisciplinar. Programas desta magnitude são imprescindíveis para identificação das reais necessidades de saúde da população, redução de riscos sociais, favorecimento do resgate da cidadania, além de apresentar aos gestores de saúde os reais problemas da população atendida, auxiliando na formulação de políticas públicas. O profissional de Enfermagem, como indispensável componente da equipe multidisciplinar, possui intervenções em saúde inerentes à sua formação de indiscutível relevância para o sucesso dos serviços de saúde em variados níveis de complexidade. A visão holística somada à colaboração dos demais componentes da equipe multidisciplinar resulta em um fator de contribuição de potência imensurável para beneficiar a saúde da população. A ótica do papel do profissional de Enfermagem na equipe multidisciplinar, vivenciado pelos acadêmicos de enfermagem que participam do Programa de extensão colabora com a excelência da formação dos futuros profissionais que em breve serão sujeitos na transformação e melhoria do atual sistema de saúde.

Referências

1. BRASIL. Lei nº 7498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 de jun. 1986. Seção 1, p.1.
2. Souza NVDO, Silva MF, Assumpção LR, Nunes KSM, Morgado FM. Atividade de extensão: estratégia para o intercâmbio de conhecimento entre os alunos de enfermagem. Esc Anna Nery R Enferm 2007 jun; 11(2):307-12.
3. RAMOS, F.R.S. Bases para uma re-significação do trabalho de enfermagem junto ao adolescente. In: ADOLESCER: compreender, atuar, acolher. Projeto Acolher. Associação brasileira de Enfermagem. Brasília, 2001.
4. MARIAH, A. B.; GRILLO, L. P.; SILVA, R. O.; SCHMITZ, P.; CAMPOS, I. C.; MEDINA, J. R. P.; KRUGER, R. M. Obesidade e fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis entre usuários de unidade de alimentação e nutrição. Cad. Saúde Pública, v. 23 (4): 897-905, abr, 2007.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 108 p. il. - (Cadernos de Atenção Básica, n. 12) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
6. Sociedade Brasileira de Cardiologia. V Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq Bras Cardiol 2006 Fev: 1-48.
7. Malta DC, Moura L, Souza FM, Rocha FM, Fernandes FM. Doenças crônicas não-transmissíveis: mortalidade e fatores de risco no Brasil, 1990 a 2006 in Saúde Brasil 2008. Ministerio da Saude, Brasilia. 2009. Pag 337-362.
8. Sociedade Brasileira de Cardiologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq Bras Cardiol 2010 Mai: 12.
9. Glynn LG, Murphy AW, Smith SM, Schroeder K. Interventions used to improve control of blood pressure in patients with hypertension. Cochrane Database Syst Rev 2010;3:CD005182.
10. Sociedade Brasileira de Diabetes. Consenso brasileiro sobre diabetes 2002: diagnóstico e classificação do diabetes melito e tratamento do diabetes melito do tipo 2. Rio de Janeiro: Diagraphic, 2003.
11. AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Position statement: diagnosis and classification of diabetes mellitus. Diabetes Care, v. 29, suppl. 1, p. 543-548, 2006.
12. Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD). Diretrizes: tratamento e acompanhamento do Diabetes Mellitus. Rio de Janeiro: Diagraphic; 2008.

13. Ministério da Educação, (Brasil), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação; 1996.
14. AZZOLIN, G.M.C; PEDUZZI, M. Processo de trabalho gerencial e processo de enfermagem na perspectiva de docentes de enfermagem. *Rev Gaúcha Enfem.* 2007; 28(2):549-55.
15. M.H.P. A abordagem ergonômica do trabalho de enfermagem. 2000. Tese (Livre Docência) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2000.
16. Andrade A.C. A enfermagem não é mais um profissão submissa. *Rev Bras Enferm*, Brasília 2007 jan-fev; 60(1):96-8.

Capítulo 13

Conversando sobre direitos sexuais e reprodutivos com mulheres e homens jovens de camadas populares: a experiência do grupo MUDA

Karla Galvão Adrião

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco
dudinhasantos@gmail.com

Isis Maurício Coelho

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco
isis_mauricio@hotmail.com

Mayara Lacerda

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco
mayara__mello@hotmail.com

Karine de Andrade Torres

Mestra em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco
karinetorres@hotmail.com

Maria Eduarda Santos

Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco
kgalvoadriao@hotmail.com

Resumo

A proposta deste trabalho é compartilhar a experiência do MUDA - grupo de extensão universitária da UFPE formado por mulheres estudantes da graduação e pós-graduação e profissionais de Psicologia) vinculadas ao Laboratório de Sexualidade Hu-

mana (LabEshu) - UFPE, e que surgiu a partir do interesse em construir ações que visibilizem, problematizem e facilitem o acesso aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos. O objetivo do projeto é promover um espaço na clínica Psicológica da UFPE para realização de oficinas semanais com jovens residentes no entorno do campus Recife, construindo saberes sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos. A nossa experiência vem sinalizando para os desafios de propiciar um espaço de troca sobre os direitos, reflexões sobre as carreiras sexuais, corpo e prazer, para além de um discurso normatizador e/ou preventivo, centrado exclusivamente na contracepção e a prevenção de IST's.

Palavras-chave: direitos sexuais e reprodutivos, mulheres jovens, feminismo

Abstract

The purpose of this work is to share the experience of MUDA - a group of UFPE extension students comprised of female undergraduates, graduates and professional psychologists connected to the Laboratory of Human Sexuality (LabEshu) - UFPE. MUDA was founded due to the interest in developing actions that visualize, debate and facilitate access to sexual and reproductive rights. The project's goal is to promote a space at the Psychological Clinic of UFPE to conduct weekly workshops with young people who live around Recife campus and build knowledge about sexual and reproductive rights. Work issues such as gender inequality and sexuality, body and pleasure, contraception and contraceptives, sexual rights and reproductive rights, pregnancy, maternity and paternity. Our experience has signaled the challenges of providing a forum for exchange of rights, sexual thoughts about careers, body and pleasure, apart from anormalizing discourse, focusing exclusively on contraception and prevention of STDs.

Keywords: sexual rights, reproductive rights, young women, feminism

Introdução

A proposta desse artigo é trazer a experiência do MUDA - um grupo formado por estudantes da graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, vinculadas ao Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LabEshu), e que surgiu a partir do interesse em construir ações que minimizem desigualdades junto a populações que, por diversas razões, não vem usufruindo seus direitos. A intenção de desenvolver estas ações surgiu de uma pesquisa desenvolvida em parceria entre o LabEshu e o FAGES - Núcleo de estudos sobre Família, Gênero e Sexualidade, do depto. de Antropologia-UFPE¹, com grupos populares, na qual foi identificada a situação de vulnerabilidade dessas mulheres jovens. O MUDA, portanto, realizou oficinas sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos com a comunidade pesquisada, e está atuando neste momento no espaço da Clínica Psicológica da UFPE, com um grupo regular de

¹Sob coordenação da Profa. Dra. Marion Teodósio de Quadros.

adolescentes e jovens de ambos os sexos, de comunidades do entorno da universidade, em que estes possam construir saberes sobre os direitos sexuais e reprodutivos, através de oficinas semanais.

O trabalho com oficinas pode propiciar à (aos) participantes um espaço para repensar suas condições de submissão, atuando na auto-estima através da valorização dos processos grupais. Além disso, são evidenciadas as questões de gênero, de classe, de geração, de sexualidade, de etnia, entre outras demandas do campo dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais que venham a surgir.

Esse projeto de extensão está permitindo uma articulação teórico-prática dos saberes 'psi' e suas possibilidades de intervenção; e uma integração entre graduação e pós-graduação. Além disso, permite a ampliação dos espaços de atuação do psicólogo e sua implicação no debate sobre a clínica ampliada, e no reconhecimento dos grupos em condição de desvantagem social, como por exemplo, a juventude pobre.

Marco Teórico

Este projeto de trabalho com grupos utiliza-se de conceitos-chave, que atuam como categorias de base tanto para a forma como é pensada teórica e epistemologicamente o trabalho, quanto para o desenvolvimento de debates sobre temas específicos, que estão presentes no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de adolescentes e jovens. São eles:

Do(s) Conceito(s) de Gênero

Segundo Linda Nicholson (2000) gênero pode ser usado de duas maneiras diferentes. Podemos usar este termo em oposição a "sexo". E se opondo ao biologicamente dado, descreveria aquilo que é socialmente construído. A outra maneira é quando falamos de construções sociais que diferenciam "masculino" e "feminino". E como o corpo é visto através de uma interpretação social, não podemos pensar "sexo" independente de "gênero".

A cultura se apropria do biológico, e nos diz Maria Luiza Heilborn (1998) que as propriedades simbólicas particulares à constituição do masculino e do feminino são fenômenos da relação hierárquica entre eles. Acolher a ideia de que existe o dimorfismo sexual na espécie humana não nos furta o reconhecimento de que o sexo é uma categoria historicamente datada. Ou em outras palavras, pensar em diferenças sexuais não nos furta pensar que há uma diferenciação nos corpos.

Cientistas sociais se referem à 'gênero' como um fator ou dimensão de análise, mas ele também se aplica a pessoas reais como uma marca de diferença biológica, linguística e/ou cultural. Gênero seria, portanto, uma complexidade, com a totalidade permanentemente protelada, permitindo múltiplas convergências e divergências, sem estar preso a um 'telos' normativo e definidor. (BUTLER, 2003)

Da Sexualidade

Segundo Almeida, Castro e Miranda (2007) a sexualidade é socialização, processo em que se relacionam desejos, pertencas a novos grupos, auto-afirmações e reproduções do visto, do aprendido, quando se preparam caminhos para replicar ou negar a trajetória dos nossos pais - o tão privado torna-se tão público, tão impregnado de influências, de poderes, ainda que vivido como tão único e próprio.

O exercício da sexualidade se processa, segundo Giddens (apud ALMEIDA; CASTRO; MIRANDA, 2007) por meio de possibilidades e se realiza dentro de um marco cultural delimitado por preconceitos e rituais. As trajetórias são marcadas por exigências no que diz respeito à performance e às afirmações sobre o eu no mundo. A sexualidade é dimensionada por tênues fronteiras entre intimidade, formas de ser, padrões socioculturais e por ditames da sociedade de consumo.

Aquilo que parece tão íntimo, e que se julga que deve assim ser mantido é, no entanto, extremamente construído e modulado por olhares e imposições diversas que controlam das mais diversas formas o corpo e o cotidiano sexual das pessoas.

Haraway (1995) nos fala da fragilidade da distinção entre público e privado, ou entre pessoal e político. Segundo ela não é suficiente mostrar nem quanto estes termos se constroem mutuamente. Sobre essa tênue distinção entre público e privado, mais especificamente problematizando a noção de intimidade, Toneli (apud AZEVEDO et. al., 2010) traz que esta separação entre o público e o privado destina este segundo a uma suposta autonomia quanto aos diversos modos de ser, sobretudo, quando se trata da vida sexual. Supostamente inacessíveis aos “olhares alheios”, essas relações tornam-se, entretanto, alvo da suspeita e do controle.

Dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Em 1984, no IV Encontro Internacional Mulher e Saúde, em Amsterdã, grupos feministas consagram a expressão ‘direitos reprodutivos’, a terminologia “Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos” se difunde por volta do início dos anos 1990, refletindo novos desdobramentos que possibilitaram trazer o tema da sexualidade para o centro do debate (JANOTTI, 2008).

Os direitos reprodutivos foram criados para a garantia de meios que promovam a liberdade de escolha reprodutiva, reforçando o exercício mais amplo da cidadania, na conquista de garantias legais e na participação nas decisões públicas, a partir de uma crítica ao determinismo dos imperativos biológicos da reprodução, como mecanismo de produção de novos significados para a vida cotidiana. Os direitos sexuais, por sua vez, dizem respeito ao direito a viver a sexualidade com prazer, o direito à liberdade e autonomia no exercício responsável da sexualidade. Isso implica viver a sexualidade livre de coerção, discriminação e violência. Para tal é indispensável tratar sexualidade e reprodução como dimensões da cidadania e da vida democrática. Concebê-los como dois campos separados é crucial no sentido de assegurar a autonomia dessas duas esferas da vida, o que permite relacioná-los entre si e com várias outras dimensões da vida social (ÁVILA, 2003).

Essa luta no campo ideológico para romper com a moral conservadora, que prescrevia para as mulheres a submissão da sexualidade à reprodução teve, e continua tendo segundo Betânia Ávila (2003), um significado muito forte na história da prática política e do pensamento feministas. Para abordar as questões dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos com as mulheres jovens consideramos a importância da construção e do fortalecimento da cidadania das mulheres.

Sobre a noção de Juventude

Segundo Abramo (2007) apesar de terem crescido o número de ações e programas destinados a jovens, eles continuam obscurecidos por uma sensação de carência de instrumentos para se relacionar com este público, o que em geral se atribui ao fato de ser uma “fase difícil de lidar”².

Trabalhamos com a noção de juventude como polissêmica e multifacetada pelos marcadores contextuais de sexo, gênero, classe, raça e etnia. Dessa forma, desmistificamos a ideia de que existe uma única vivência da juventude e salientamos a importância de trabalhar com as mulheres jovens a partir do conhecimento da realidade local e comunitária das mesmas na interface com os estudos e a literatura que discute constituição de subjetividades e processos grupais em psicologia (YALOM, 2005).

Objetivos

O objetivo do projeto MUDA é promover um espaço na clínica escola da UFPE para o atendimento de mulheres e homens jovens residentes no entorno do campus Recife, em que estas possam construir saberes sobre seus direitos sexuais e direitos reprodutivos.

O objetivo deste artigo é discutir sobre o posicionamento das facilitadoras do Projeto MUDA na atuação em grupo.

Metodologia

Inicialmente, houve reuniões destinadas para o debate da proposta do projeto e a preparação do cronograma para o semestre. Foi realizada também uma revisão bibliográfica e a discussão acerca de temas a serem trabalhados nas oficinas. São eles: gênero, sexualidade; corpo; métodos contraceptivos e conceptivos; direitos sexuais e direitos reprodutivos; gravidez, maternidade e paternidade e algumas discussões de temas transversais como feminismos e o debate sobre a pesquisa enquanto prática social.

Esses encontros tiveram como propósito empreender uma reflexão teórica sobre a interface entre clínica e saúde no campo ‘psi’, particularmente no debate sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos de jovens. Posteriormente, iniciaram-se as oficinas com

²À exceção deste pensamento recorrente temos projetos que se baseiam na ideia de protagonismo juvenil, ou seja, tentam desenvolver atividades centradas na noção de que os jovens são colaboradores e participantes dos processos educativos que são desenvolvidos com eles (ABRAMO, 2007).

a própria equipe no intuito de amadurecer o grupo quanto ao planejamento e condução de uma oficina.

Após esse primeiro momento, o MUDA deu início às suas atividades na comunidade Alto do Paraíso³, localizada na cidade do Recife. As jovens participaram das oficinas trazendo exemplos, discutindo e expondo suas dúvidas acerca das temáticas trabalhadas. Atualmente, o MUDA está facilitando oficinas na clínica escola da UFPE com participantes advindos da lista de espera para psicoterapia no intuito de oferecer outra modalidade de atendimento.

Na primeira etapa do projeto, foram realizadas três oficinas com grupos de mulheres jovens, moradoras da comunidade do Alto do Paraíso, localizada na cidade do Recife. As idades das participantes variaram entre 18 e 28 anos. Todas as oficinas aconteceram no Clube de Mães da própria comunidade.

Na segunda parte da proposta do projeto, o grupo está realizando oficinas na Clínica Psicológica da UFPE. Nesse percurso, uma das nossas maiores dificuldades foi, e tem sido a formação do grupo. Segundo McCarthy e Galvão (2001) para que uma sala de indivíduos se torne um grupo é necessário promover a integração do mesmo, para tal é imprescindível que a(o)s participantes tenham noção do objetivo de estarem ali reunidos, sintam-se seguros e estejam integrados.

No entanto, antes de falar destas dificuldades é pertinente comentar a dificuldade de conseguir reunir os indivíduos na sala. Isto é, a dificuldade de captar participantes para que pudéssemos dar início ao grupo. Buscamos jovens que haviam sido atendidas na Clínica-escola da UFPE e aguardavam atendimento psicoterápico. Algumas pessoas aguardavam tal atendimento há 8 meses, e mesmo diante desse quadro, foi difícil reunir participantes⁴.

O planejamento das oficinas precisou adaptar-se à imprevisibilidade da quantidade de participantes a cada novo encontro. Já contamos com a participação de, no máximo, 9 integrantes, mas já realizamos uma oficina com 2. Para este artigo serão discutidos dados referentes às cinco oficinas realizadas até o mês de outubro.

A primeira e a segunda oficina realizadas na clínica tiveram como objetivo integrar o grupo, conhecer melhor quem são as participantes, apresentar nossa proposta de trabalho e realizar o contrato de convivência no grupo que pontuava horário, sigilo e o respeito à fala do(a) parceiro(a).

Na terceira oficina, persistimos na integração do grupo, até por acreditar que isso é um exercício contínuo. Foi dado início ao trabalho sobre consciência corporal, corporeidade e a relação de si com o corpo do outro, que continuou sendo trabalhado nas duas oficinas subsequentes.

³Nome fictício, escolhido para salvaguardar a identidade das jovens participantes da pesquisa realizada entre FAGES e Labeshu.

⁴Alguns/algumas acreditavam não estar mais precisando de qualquer tipo de atendimento psicológico, outra(o)s não tinham disponibilidade de horário, outra(o)s disseram ter interesse, mas não compareceram nas datas agendadas, houve também quem dissesse que não tinha interesse em participar do grupo, e preferia aguardar o atendimento individual, ou mesmo avaliava que suas demandas não eram para ser trabalhadas em grupo.

Resultados e Discussão: Algumas reflexões sobre nosso posicionamento enquanto facilitadoras

Foco nos/nas participantes diante de questões polêmicas

Tem sido muito comum que os participantes levantem alguma questão carregada de um tom homofóbico ou sexista. Sabemos que a (o)s participantes trazem questões que circulam nos discursos e presentificam dizeres que encontramos facilmente no nosso cotidiano. Faz-se necessário trazer para o grupo, problematizar, mas como fazer isso sem assumir uma postura de censura ou coerção?

Já na primeira oficina realizada na Clínica da UFPE, começamos a nos deparar com esse desafio. Um dos participantes colocava sua opinião de modo muito enfático, de modo que, às vezes, constrangia os demais participantes. Em determinado momento, uma das participantes falou que gostava de assistir novela e em seguida, este participante comentou que as meninas ficavam se “derretendo” e “ouriçadas” quando homens bonitos apareciam na televisão. A partir daí, foi colocado se homens também não poderiam achar outros homens bonitos. Mais uma vez, este participante falou enfaticamente “só se for gay”. Uma das facilitadoras, então questionou “Será que é assim mesmo? O que vocês acham?”, dando espaço para que os demais participantes se posicionarem.

Temos observado que é mais “eficaz” trazer a questão para o grupo. “O que vocês pensam? Como é isso pra vocês?”. E somente quando a fala circula, intervir na discussão, deste modo conseguimos tirar o foco do(a) participantes e trazemos as reflexões de forma coletiva, evitando, assim, um tom de correção na fala dos indivíduos.

Em outras vezes, conseguimos não entrar na dicotomia do certo/errado e oferecíamos simplesmente outras possibilidades. Essa postura pôde ser verificada ao realizarmos a terceira oficina na Clínica da UFPE, especialmente, no que diz respeito à técnica “Um só corpo” (MACCARTHY & GALVÃO, 2001, p. 76). Neste episódio, os participantes deveriam se movimentar como se fossem um único corpo, e em meio às instruções dadas por uma das facilitadoras (“Agora, vocês vão ter que pegar uma cadeira e colocar no centro da sala. Depois, vocês, lembrando que formam um único corpo, vão ter que sentar na cadeira. E aí, como isso vai ser feito?”) surgiu um impasse.

Os dois meninos não estavam confortáveis de sentar um no colo do outro. Sugestão dada por uma das participantes. Por conta disso, removemos algumas técnicas que proporíamos em seguida e garantir um espaço de fala para os participantes. Na conversa em grupo, as facilitadoras colocaram questões para que a fala pudesse circular “Mas como é isso, menino não pode sentar no colo de menino? E se forem irmãos? E menina no colo de menina? E por que será que é mais tranquilo pra menina?”

Diante desse exemplo dado anteriormente, percebeu-se a importância de as próximas oficinas poderem trabalhar a questão de gênero e também a temática da homofobia. Outro dado interessante que pode ser pensado é a forma como as oficinas e os comentários dos participantes a partir das técnicas realizadas dão margem para se discutidas uma amplitude de temas. E esses temas não parecem se esgotar à medida que

são desenvolvidos, de modo a pudermos sempre alçá-los quando pertinentes.

Entendemos que as discussões e as reflexões são um processo. Algumas questões são trabalhadas assim que surgem, contudo não temos a pretensão de esgotar as temáticas, desse modo, estamos conduzindo as oficinas de modo a realizar as pontuações necessárias relacionadas às questões que surgem, para, adiante, poder estruturar as oficinas mais direcionadas as temáticas que tem emergido como demandas do grupo e, assim, nos debruçar melhor sobre elas.

Sobre a tarefa de facilitar um grupo

No nosso trabalho com grupos, os lugares de facilitadora, militante, psicóloga, feminista se entrecruzam a cada instante, deste modo questionamos a ‘intrigante e inescapável objetividade’, parafraseando Donna Haraway (HARAWAY, 1995). Acreditamos que mais importante do que buscar essa ‘inalcançável objetividade neutra’, é importante reconhecer e visibilizar nossas posições. Segundo a mesma autora, ‘objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados’ (Id, 1995, p. 35).

Na terceira oficina que aconteceu no Alto do Paraíso ao explicar o que é ‘billing’ (método contraceptivo natural) nós enfatizamos bastante as limitações deste método: “teríamos que conhecer muito bem nosso corpo”, “a temperatura se altera, mas só um pouquinho, é muito difícil perceber” - notas de diário de campo sobre as oficinas. Avaliando criticamente nossa postura, a ‘posteriori’, percebemos que nos alinhamos a um propósito mais pedagógico (ligado a como fazer “sexo seguro”) do que reflexivo/problematizador (ligado a propiciar discussões, construir possibilidades).

Segundo Almeida, Castro e Miranda (2007) é principalmente como ‘saber controle’ e não como ‘saber prazer’ que os pais são ouvidos (e não necessariamente seguidos) na etapa de iniciação sexual. E os direitos formais, nos diz Heise (apud CORNWALL; WELBOURN, 2006), representam pouca proteção às violações cotidianas de seus corpos, levadas a cabo por aqueles próximos a eles, na esfera da vida “privada” de seus lares. A própria ideia de direito está impregnada de noções ocidentais a respeito do indivíduo, que não reconhecem as complexas redes de relações nas quais as pessoas estão envolvidas e que afetam o seu bem estar sexual e reprodutivo.

Outro aspecto que avaliamos em nossa postura ao facilitar o grupo, é que costumamos enfatizar o “como fazer sexo seguro” em detrimento das conversas sobre vida sexual, erotização e prazer. Além disso, o sexo seguro parece estar sempre vinculado ao uso do preservativo. Algumas vezes damos pouca atenção a outras possibilidades, que são às vezes mais acessíveis, e desconsideramos a possibilidade de o preservativo não ser utilizado por não ser desejado.

Sobre isso Cornwall e Welbourn (2006) nos dizem que a transformação de condições sociais que tornam o bem-estar sexual e reprodutivo vulnerável exige ir além dos “grupos-alvo” e das mensagens didáticas. Portanto, as estratégias precisam ultrapassar a ideia de que trabalhar o indivíduo implica em buscar tão somente a sua conscientização sobre a questão discutida. Ou seja, aquilo que as pessoas sabem pode não ter qualquer impacto sobre o que elas venham a fazer em seus cotidianos.

Considerações Finais

As conversas sobre sexo costumam girar em torno da prevenção, e pouco se fala (tampouco se estimula) do prazer e do desejo. Chama-se a atenção para a dificuldade em falar da sexualidade enquanto momento de prazer. Isso aparece nas falas dos/das participantes, fazendo alusão a alguém, e nas nossas falas enquanto facilitadoras; falas estas que às vezes, sem perceber, também reproduzem formas de controle que criticam.

Estas formas de controle são muitas e parecem vir de muitas pessoas e instituições. Não só a família e o saber médico, mas também as nossas falas em alguns momentos são carregadas de uma lógica preventiva, que deste modo foram incorporadas também à análise depois da realização das oficinas. Além disso, estamos em diálogo com as participantes, influenciando e sendo influenciadas mutuamente.

Pelo fato de se conhecer pouco o próprio corpo e de o mesmo ser controlado por diversas instâncias o projeto MUDA propõe: “Toquem-se”. Conhecer o corpo e saber lidar com ele proporciona reflexão da(o)s jovens com relação a todos os temas que perpassam sua vida, não só reprodutiva, mas também sexual. A mudança e o “empoderamento” que as oficinas, a partir de seus temas, podem ocasionar refletem no próprio nome do grupo: MUDA. Muda de mudança, mas também, de ficar muda, calada e pensar sobre esse fato de não ter espaço para ter voz. Muda de planta que vai florescer e dar frutos. Muda do que mais for pensado. Porém, todos os sentidos devem ser conjecturados e utilizados de maneira a não reproduzir as normatizações sociais.

Ressalta-se que esse grupo tenta não reproduzir as hierarquias de poder que a sociedade impõe. O grupo se propõe a ser autogestivo, ou seja, todas são responsáveis e co-responsáveis pelo grupo e suas atividades. Entretanto, leva-se em consideração as contribuições que as integrantes mais experientes podem fazer, mas nunca renegando ou diminuindo as falas das outras participantes.

Pensar criticamente sobre nosso fazer militante não nos furta reconhecer nossas possibilidades de intervenção. Ou dito de outra forma, reconhecer que são poucas as nossas possibilidades de intervenção, não implica em abrir mão do nosso fazer militante. Deste modo, a realização das oficinas e a realização deste artigo foi um prazeroso exercício ético-político de compreensão, problematização e intervenção, circunscrito às nossas possibilidades de atuação, sendo atravessado também por vários discursos de controle. Contudo, a partir destas reflexões é possível, mais do que compreender concepções, repensar posições, e nos apoiando nas palavras da Haraway (1995) finalizamos:

As feministas têm que insistir numa explicação melhor do mundo, não basta mostrar a contingência histórica radical e os modos de construção de tudo. (...) Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica. (HARAWAY, 1995, p.15)

Referências

1. ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANP. 2007.
2. ALMEIDA, Nadir Oliveira Galvão Leite; CASTRO, Mary Garcia e MIRANDA, Marlene Barreto Santos. Juventude, Gênero, Família e Sexualidade. Combinando Tradição e Modernidade. In: *Família, Gênero e Gerações: Desafios para as Políticas Sociais* (org: BORGES, Ângela e CASTRO, Mary Garcia). Paulinas, São Paulo, 2007.
3. ÁVILA, Maria Betânia. Direitos Sexuais e Reprodutivos: Desafios para as Políticas de Saúde. In: *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2003.
4. BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
5. CORNWALL, Andrea e WELBOURN, Alice. Direitos Sexuais e Reprodutivos: Abordagens Participativas em Experiências Mundiais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.
6. HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A Questão da Ciência para o Feminismo e o Privilégio da Perspectiva Parcial. In: *Cadernos Pagu*. Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP. São Paulo, 1995.
7. HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: um olhar estruturalista. In: PEDRO, Joana M. ET alli. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis, Ed Mulheres, 1988.
8. JANOTTI, Cláudia Bonan. Reflexões em Torno do Debate Feminista sobre Direitos Sexuais. *Labore Laboratório de Estudos Contemporâneos* Polêmica: Revista Eletrônica, 2008.
9. MCCARTHY, Julie. & GALVÃO, Karla. Projeto Artpad: um recurso para teatro, participação e desenvolvimento. [S. l.]: Centre for applied theatre research, 2001.
10. NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista de Estudos Feministas*, vol 2, 2000.
11. TONELI, Maria Juracy Figueiras. Práticas de/na intimidade: o que queremos dizer com isso? In: *Homens e Masculinidades: Práticas de Intimidade e Políticas Públicas*. AZEVEDO, Mariana; BRASILINO, Jullyane; LYRA, Jorge e MEDRADO, Benedito (org.). Recife: Instituto Papai, 2010.
12. YALOM, Irvin. A cura de Schopenhauer. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

Capítulo 14

Universidade Aberta à Terceira Idade: Espaço de Troca de Saberes Sobre Sexualidade Entre Idosos, Discentes de Graduação e Profissionais da Saúde

Mário Roberto Agostinho da Silva

Psicólogo, facilitador da oficina, mestrando em Saúde Coletiva, PPGISC, CCS, UFPE
Universidade Aberta à Terceira Idade, Centro de Ciências da Saúde, Campus da UFPE
mragostinho@yahoo.com.br

Márcia Carréra Campos Leal

Professora do mestrado em Saúde Coletiva, PPGISC, CCS, UFPE

Ana Paula de Oliveira Marques

Professora mestrado em Saúde Coletiva, PPGISC, CCS, UFPE

Jaime Roberto Tavares de Lima

Psicólogo, especializando em Clínica Psicanalítica, FAFIRE

Dayane Abirached Salomão

Psicóloga voluntária da UnATI/UFPE

Janiely Tinôco Rapozo

Fonoaudióloga, especializando em Saúde Pública, UPE

Robson Kleber de Souza Matos

Graduando em Psicologia, UFPE

Lucila Barreto Monteiro dos Santos

Graduando em Psicologia, UFPE

Leandro José Rocha da Cunha

Discente de Pedagogia, UFPE

Tahmilys Savanne Moura Chaves

Resumo

A sexualidade não é tema facilmente abordado em nossa sociedade, principalmente entre os idosos. As questões do envelhecimento ainda não são contempladas nos currículos acadêmicos da maioria das graduações do Brasil. A prática de pesquisa e extensão surge como alternativa. Com o objetivo de oferecer espaço de discussão sobre a sexualidade e verificar o nível de conhecimento sobre esse tema e as formas utilizadas de prevenção e tratamento das DSTs pelos idosos, foi elaborado um estudo quantitativo e descritivo com 35 idosos. A sexualidade foi abordada em 10 encontros dialogados com profissionais e alunos de graduação. Os idosos apresentaram nível baixo de conhecimento sobre sexualidade. Os direitos e a diversidade sexual são pouco discutidos, atribuindo a educação rígida e a falta de espaço e profissionais que abordem a temática. Contudo, revelaram motivação para a troca de saberes com os mais jovens, elevando o nível de conhecimento acerca de sua sexualidade¹.

Palavras chave: Intergeracionalidade, sexualidade, extensão

Abstract

Sexuality isn't a subject easily discussed in our society, especially among the elderly. Questions of aging are not covered in the academic curriculums of most graduations in Brazil yet. The practice of research and extension appears as an alternative. In order to provide space for discussion about sexuality and check the level of knowledge on this topic and the ways used for the prevention and treatment of STDs by the elderly; was developed a quantitative and descriptive study with 35 seniors. Sexuality was addressed in 10 meetings with professionals and graduate students. The elderly expressed low level of knowledge about sexuality. The rights and sexual diversity are little discussed, assigning strict upbringing, the lack of space well as professionals addressing the issue. However, they revealed motivation to exchange knowledge with the younger, raising the level of understanding about their sexuality.

Keywords: intergenerationality, sexuality, extension

Introdução e Revisão da Literatura

O aumento da expectativa de vida é uma das conquistas do século XXI, resultante da redução nas taxas de natalidade, mortalidade infantil e em idade avançada, justificando

¹Trabalho desenvolvido durante o processo de coleta de dados da Dissertação de Mestrado do mestrando Mário Roberto Agostinho da Silva do Programa de Pós-graduação Integrado em Saúde Coletiva/UFPE, intitulado: Satisfação e função sexual em mulheres idosas de grupo de convivência. Recife, março-junho/2010.

o rápido envelhecimento populacional (ANDERSON, 1998). Quanto ao gênero, os dados revelam uma feminização da velhice. O quantitativo de mulheres idosas é superior ao dos homens idosos em todas as faixas (ONU, 2002; GARRIDO; MENEZES, 2002; PEREIRA; CURIONI; VERAS, 2003).

A Organização Mundial de Saúde define pessoa idosa, àquela com idade equivalente ou superior a 60 anos, em países em desenvolvimento, como o Brasil. A velhice não tem idade definida para se iniciar depende da disposição, atitude e interesse de cada pessoa em relação à sua qualidade de vida. Envelhecer não significa enfraquecer, ficar triste ou assexuado. A postura adotada pela sociedade brasileira é considerar que pessoas de idade avançada não tenham sentimentos, necessidades e práticas sexuais (ALMEIDA; LOURENÇO, 2008). Esta idéia errônea é fruto de estereótipos culturais existentes, os quais reforçam a tendência habitual, entre os mais jovens, em não aceitar a inevitabilidade do processo de envelhecimento. (WAGNER, 1989; LOPES; TORRES; MAIA, 1994).

A escassez de informações sobre o processo de envelhecimento e as mudanças na sexualidade em diferentes faixas etárias tem contribuído ao longo dos tempos para manutenção desses preconceitos, reforçando a assexualização dos idosos. Vasconcelos et al (2004), revelaram que trabalhar esclarecendo essas distorções difundidas pela sociedade em relação à sexualidade pode contribuir para ressignificar os preconceitos e melhorar a vivência da sexualidade, principalmente para os mais longevos. Silva (2003) ressalta que o idoso deve ser encorajado e apoiado, bem como, orientado a receber informações necessárias e até mesmo tratamento adequado para melhorar a sua sexualidade, contribuindo na melhoria da qualidade de vida.

A sexualidade ainda não é tema fluente em nossa sociedade, quando não, é discutida de forma inapropriada criando distorções. Para significativo número de idosos falar sobre sexualidade é algo pecaminoso e para sua idade coisa do passado. O desconhecimento do seu corpo e de sua sexualidade tem levado ao isolamento, em outros casos a prática sem prevenção tem aumentado as taxas de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) nesse grupo etário.

No Brasil, de 1980 a junho de 2009, houve um incremento das taxas de incidência de aids na faixa etária de maiores de 50 anos, apontando para a necessidade de investimentos junto a esse segmento, principalmente na prevenção das DSTs (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO-MS/VS, 2010).

Os mitos e tabus que envolvem a sexualidade atingem diferentes culturas e classes sociais. No Reino Unido, médicos generalistas revelaram que evitavam investigar a sexualidade dos pacientes com mais de 50 anos, pois além de achar que esse tema não deveria ser abordado nesta faixa etária, demonstraram ter dificuldades em lidar com esse conteúdo (GOTT, HINCHLIFF; GALENA, 2004).

Geralmente acreditava-se que com a aproximação da quinta década de vida do ser humano haveria um declínio da função sexual e com ela o indivíduo perdia também a sua função sexual de “procriador”, perdendo seu status social sendo desacreditado quanto à expressão dos seus desejos e potencialidades sexuais (VASCONCELOS et al., 2004).

A sexualidade humana, mesmo com os avanços em diversas áreas do conhecimento, ainda não apresenta, por parte de seus estudiosos, um consenso acerca de sua definição. A sexualidade em alguns autores se confunde com o ato sexual, fisiológico, e, em outros envolve outras instâncias subjetivas do ser humano. (ÁBILA FILHO, 1983; NOGUEIRA, 1996; JEAN LAPLANCHE, 1992; MATTIODA, SILVESTRI E BASTIANI, 1998; FONSECA E BERESIN, 2008).

Dentre as definições encontradas, talvez seja mais oportuno considerar a apresentada por Lopes, Torres e Maia (1994):

(...) A sexualidade é uma dimensão inerente à pessoa, presente em todos os atos de sua vida e determinante de um modo particular e individual de ser, de se manifestar, se comunicar, sentir e expressar. Sexualidade é identidade, explicitada na forma como o indivíduo estabelece a relação consigo e com o mundo, e está presente em nós desde a vida intra-útero até o momento de nossa morte. A sexualidade é uma forma de expressão pessoal que não tem um momento para terminar (p. 401).

Segundo Rodrigues, Diogo e Barros (1996) há uma mudança na forma de apresentação da sexualidade que difere da criança para o adolescente o qual, por sua vez, difere do adulto e assim sucessivamente. A sexualidade seria, portanto, a manifestação sexual que foi introjetada pela pessoa no seu amadurecimento, independente da idade, mas estruturada pelos aspectos biopsicossociais.

Podemos observar que os estudos que abordam esta temática levantam várias discussões, mas também não conseguem deixar clara uma definição da sexualidade, o que talvez ocorra pela sua pluralidade conceitual. Segundo Wagner (1989), essa indefinição conceitual tende a reforçar a concepção de que a sexualidade se limita ao ato sexual reprodutivo, mecânico e, muitas vezes, evitado de tabus e preconceitos, que levam a sociedade a supervalorizar o sexo na juventude e discriminá-lo durante o envelhecimento.

Durante muito tempo e ainda hoje, em algumas culturas cristãs, o sexo assumia única e exclusivamente a função de ato de procriação, marginalizando àqueles que desviassem dessa máxima. Só no final do século XIX que a ciência dá os primeiros passos no processo de dissociação da sexualidade do desígnio bíblico, atrelando ao ato sexual a função de prazer. Intensificando-se nos últimos séculos com as descobertas científicas e, mais recentemente com o estabelecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Hoje, desvinculado parcialmente do ato da concepção, o sexo faz parte de nosso cotidiano (VASCONCELOS et al., 2004; FONSECA; BERESIN, 2008).

Os estudos pioneiros de Kolodny, Masters e Johnson (1985) revelaram que o ato sexual é complexo, abrangendo o corpo, a mente e as emoções. A fisiologia do sexo inclui o sistema nervoso e a atividade hormonal, assim como órgãos específicos do corpo.

O decréscimo dos hormônios sexuais ocorre em ambos os sexos durante o envelhecimento. A resposta sexual do adulto basicamente não difere entre os sexos. As qualidades intrínsecas do orgasmo são também as mesmas para homens e mulheres. Porém,

mudanças fisiológicas e capacidades particulares parecem afetar a auto-estima individual e ilustram o potencial para os relacionamentos significativos. Com isto, observou-se que quando há uma diminuição da emergência do coito são valorizados os caminhos que levam ao ato sexual, passando a existir uma maior valorização do outro (LOPES; TORRES; MAIA, 1994; MATTIODA; SILVESTRI; BASTIANI, 1998).

Concomitante aos fatores fisiológicos que influenciam no declínio ou até mesmo na interrupção por completo da resposta sexual dos idosos estão os fatores psicossociais. A identidade sexual deve ser definida como um conceito que tem significado específico relacionado com a cultura na qual está inserido (WAGNER, 1989).

Lopes, Torres e Maia (1994), dizem que a ausência de informações, bem como suas distorções (tabus e mitos), constitui a grande causa de disfunções sexuais em nossa sociedade.

Na velhice deve-se ressaltar a existência de uma grande diversidade em relação aos valores, interesses e capacidade sexual entre os indivíduos. Estudos sobre a sexualidade citam que o interesse e a capacidade sexual podem manifestar-se até aos 70, 80, 90 anos e mais, se a pessoa idosa apresenta um estado de saúde satisfatório e dispõe de um(a) companheiro(a) também interessado do ponto de vista sexual (DAVIDOFF, 1983; SILVA, 2003; VASCONCELOS et al, 2004; ALMEIDA; LOURENÇO, 2008).

Observa-se, assim, que a sexualidade em diferentes fases da vida parece resultar da interação de componentes biológicos, culturais e psicológicos. Com o envelhecimento, esses componentes parecem ser acentuados e levam os idosos a lutarem para combater os sinais que em nossa sociedade formam o estigma da velhice, destituindo a sexualidade na senectude, fazendo homens e mulheres sentirem-se culpados e indignos de vivê-la (GOFFMAN, 1982).

Nos estudos sobre sexualidade, alguns autores como Terhorst, Castro e Guerra (1998) e Barbosa e Parker (1999), destacaram a influência das práticas religiosas. Talvez por estarem alicerçadas em dogmas que direcionam e predizem o comportamento humano, influenciam na forma de expressar os sentimentos de seus seguidores, que na maioria das vezes enchem-se de “culpas” e proibições.

Davidoff (1983) declarou que a sociedade molda as atitudes e práticas sexuais em seus membros através do ensino direto. Os pais, os pares, as instituições educacionais e religiosas e os meios de comunicação muitas vezes proporcionam instruções explícitas, como “Não faça isso” ou “Esta é a maneira de se fazer tal e tal coisa”. Os que se acham mais próximos de nós usam aprovação e desaprovação para influenciar nosso comportamento; nossa tendência é a de nos movimentarmos em direções que são apoiadas e a de abandonarmos as que trazem problemas e objeções.

As descobertas sobre o processo do envelhecimento, principalmente em relação à sexualidade da pessoa idosa, são de suma importância para que sejam reformulados os estereótipos que a envolvem, bem como contribuir para a elaboração de novas técnicas que possam auxiliar nessa fase do desenvolvimento humano, orientando os profissionais da saúde, ao idoso e a sociedade, proporcionando novas expectativas de uma vida mais longa, com a superação das limitações impostas.

Mesmo com toda essa abrangência, o fenômeno do envelhecimento humano ainda

não faz parte dos currículos acadêmicos da maioria dos cursos universitários do Brasil, sendo uma lacuna que precisa ser preenchida. Nos últimos anos com o crescimento da população idosa e a promulgação de políticas específicas para a pessoa idosa, a exemplo do Estatuto do idoso, percebe-se uma movimentação em direção a reformulação desses currículos. Observada em alguns cursos das áreas das ciências da saúde e de humanas, introduzindo disciplinas eletivas no campo da Gerontologia (ciência que estuda o processo de envelhecimento nos seus diversos aspectos), mas há muito por fazer. O envelhecimento populacional requer que a academia prepare seus futuros profissionais para atender as demandas desse segmento emergente.

O convívio dos acadêmicos em práticas de pesquisa e de extensão universitária surge como alternativa para aproximar gerações, oportunizando a troca de saberes e a resignificação de conceitos, principalmente àqueles que norteiam a sexualidade no processo de envelhecimento.

Baseado neste contexto o presente projeto de extensão foi elaborado, tendo por proposta oferecer um espaço de discussão entre os atores sobre o tema sexualidade e verificar o nível de conhecimento dos idosos em relação à temática, incluindo formas de prevenção e tratamento das DSTs.

O projeto intitulado “Oficina de sexualidade para idosos: espaço de troca de saberes” foi desenvolvido na Universidade Aberta à Terceira Idade - UnATI, vinculada ao Programa do Idoso - PROIDOSO da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

A UnATI tem por finalidade a promoção e o incentivo de ações para melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, mediante atualização de seus conhecimentos e integração na sociedade contemporânea, justificando a importância da extensão universitária, como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria e prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Objetivos

- Oferecer espaço intergeracional de discussão sobre sexualidade entre idosos, discentes e profissionais da saúde para verificar o nível de conhecimento sobre sexualidade e as formas utilizadas de prevenção e tratamento das DSTs.
- Estimular a atuação de discentes e profissionais da saúde na área da Gerontologia através da prática extensionista.

Procedimento Metodológico

Trata-se de um estudo quantitativo e descritivo realizado no período de março a junho de 2010, tendo como locus estratégico a realização de oficinas de sexualidade desenvolvidas na UnATI.

Os atores sociais participantes das oficinas foram 35 idosos, de ambos os sexos, com idade de 60 anos ou mais, residentes na região metropolitana do Recife e cadastrados na UnATI. Esta experiência ocorreu em 10 encontros, um por semana de 02 horas. Os temas relativos à sexualidade e as práticas sexuais foram trabalhados de diversas formas, a saber: exposição de vídeos, técnicas de relaxação, dança, anatomia humana, processo reprodutivo, cidadania, prevenção de DST, direitos e diversidade sexual.

Os temas a serem discutidos nas oficinas foram definidos pelos participantes de forma dialogada, expondo suas experiências.

- 1ª oficina - integração dos participantes e percepção da motivação para as oficinas.
- 2ª oficina - dialogando o(s) conceito(s) de sexualidade.
- 3ª oficina - sexualidade no contexto histórico: religioso e sociopoliticocultural;
- 4ª oficina - aspectos psicológicos da sexualidade no envelhecimento;
- 5ª oficina - sistema reprodutor: aspectos fisiológicos e anatômicos;
- 6ª oficina - conhecendo seu corpo, técnicas de sensibilização e relaxação corporal, a dança como reconhecimento corporal e interação social;
- 7ª oficina - cidadania, direitos sexuais reprodutivos, diversidade sexual (homossexualidade e heterossexualidade) e os arranjos conjugais (heterossexual e monoparental);
- 8ª oficina - mídia e sexualidade: discussão sobre vídeos que abordam a sexualidade do idoso;
- 9ª oficina - conhecendo as DSTs, prevenção e tratamento;
- 10ª oficina - encerramento festivo, retrospectiva dos encontros e revisão do conhecimento adquirido.

Os encontros foram mediados por dois psicólogos e uma fonoaudióloga e a participação de 04 alunos de graduação, dois de Psicologia e dois de Pedagogia da UFPE.

Para identificar o nível de conhecimento sobre sexualidade e as formas de prevenção e tratamento das DSTs, foi aplicado um instrumento/questionário estruturado.

Resultados e discussão

Dos participantes 88,6% eram mulheres e 11,4% homens, com faixa etária entre 60 e 72 anos. Considerando o número de participantes, os dados confirmam a tendência mundial sobre a feminização do envelhecimento. Quanto a conjugalidade 50% dos homens estavam casados, 01 (25%) solteiro e 01 (25%) viúvo. Das mulheres 08 (25,8%) estavam casadas, 05 (16,1%) solteiras, 04 (12,9%) separadas e 14 (45,2%) viúvas. A religião predominante foi a Católica (82,9%), as evangélicas (11,4%) e a Kardecista (5,7%).

No cotidiano desses idosos a fluência do tema sexualidade ou sexo era muito baixa, devido, principalmente, a educação, a falta de oportunidade para verbalização e de pessoas para abordar essa temática. Apenas 02 homens (50%) e 05 mulheres (16,1%) revelaram ter boa fluência em seus grupos de convivência familiar ou entre amigos próximos.

A educação “rígida” a que foram submetidos e a falta de espaços de discussão foram indicados por todos os idosos como fatores de maior influência na desinformação e na postura dos mesmos na expressão de sua sexualidade, dificultando sua vivência plena. Este tipo de educação foi abordado por Davidoff (1983), observou que a sociedade molda as atitudes e práticas sexuais em seus membros através do ensino direto. Para o grupo em estudo a educação a que foram submetidos, considerada como “retrograda e castradora” inibiu a manifestação da sexualidade durante toda a vida dos participantes.

Homens e mulheres revelaram pouco conhecimento sobre o tema sexualidade, sendo esse associado principalmente ao ato sexual com penetração, desconsiderando os demais aspectos que a envolvem. A afetividade nas relações sexuais surge para muitos como um desejo inalcançável.

A influência das práticas religiosas sobre a manifestação da sexualidade dos idosos foi observada, confirmando os estudos realizados por Terhorst, Castro e Guerra (1998) e Barbosa e Parker (1999). Os discursos sobre sexualidade são formulados com sentimentos de “culpa” e proibições que geralmente são apregoados pelos dogmas dessas religiões.

Quanto as DSTs, os idosos mencionam a AIDS e a sífilis como as mais conhecidas, contudo desconhecem todas as formas de contágio. Dos 35 idosos 54,3% revelaram desconhecimento dos métodos de prevenção das DSTs, principalmente no tocante a existência do preservativo feminino e uso do lubrificante íntimo (usado como recurso auxiliar na lubrificação vaginal e durante a penetração no ato sexual, atenuando o ressecamento provocado pela menopausa). A forma de transmissão das DSTs mais citada foi a via sexual, associada ao comportamento promíscuo e a diversidade de parceiros sexuais. Os dados confirmam os resultados de Lazzarotto et al. (2008) que avaliou o conhecimento sobre HIV / AIDS em grupos de convivência do Vale do Sinô/RS.

Os métodos domésticos foram apontados como a forma mais conhecida de tratamento das DSTs, exceto da AIDS. O uso das “garrafadas” foi mencionado, remetendo-se a época que eram adultos jovens, onde não se dispunha de medicamentos para o tratamento, além da dificuldade de acesso à assistência médica, devido, principalmente ao preconceito que norteava essas doenças. Revelaram que esse método ainda é usado no interior do Estado, mas mesmo sabendo da existência de medicamentos modernos desconhecem sua aplicabilidade.

A ausência de informações reforça preconceitos e podem expor o indivíduo a doenças, inclusive as DST/IST, que são preveníveis. Para Lopes, Torres e Maia (1994), essa ausência, bem como suas distorções (tabus e mitos), constitui a grande causa de disfunções sexuais em nossa sociedade.

Os direitos e a diversidade sexual são temas pouco discutidos no cotidiano dos par-

participantes e marcados por incoerências conceituais e desconhecimento dos direitos adquiridos. Para os participantes a prática sexual mais aceita foi a relação heteroafetiva, “homem-mulher”, referindo-se a relação homoafetiva como um desvio de conduta, pois acreditam ser a orientação heterossexual a mais “moralmente aceita” pela sociedade. A concepção que a mulher deve assumir uma postura “passiva” na relação sexual é percebida pelo grupo como cultural, onde a mulher foi educada para esperar a iniciativa do parceiro, submetendo-se a sua vontade. Confirmando as assertivas de Davidoff (1983), onde a educação familiar era fundamental, no que concerne ao direcionamento da filha que, no futuro, deveria ser boa mãe e dona de casa exemplar, amar incondicionalmente seus filhos, ser responsável pela união de sua família, ser fiel ao seu marido e ser contida sexualmente.

O título “oficina de sexualidade” causou certo grau de curiosidade e de insegurança para os participantes, pois imaginavam se tratar de aulas para “ensinar fazer sexo”, fato registrado no depoimento de 07 (20%) dos participantes quando do levantamento de expectativas. Observamos que tanto na literatura como entre os próprios idosos há uma ausência de definição conceitual ou mesmo consensual sobre a sexualidade. Wagner (1989), concluiu que essa indefinição tende a reforçar a concepção de que a sexualidade se limita ao ato sexual reprodutivo, cercado de tabus e preconceitos, que levam a sociedade a supervalorizar o sexo na juventude e discriminá-lo durante o envelhecimento.

O desconhecimento de sua sexualidade e do seu corpo foi observado em todos os participantes, destacando-se a dificuldade do autotoque, inclusive nos momentos de intimidade e higiene pessoal. Outro dado interessante foi a não apropriação dos idosos das manifestações fisiológicas decorrentes do processo de envelhecimento associadas à sexualidade, como a redução da lubrificação, alterações de humor, da libido e das referentes ao climatério/menopausa e a andropausa. A anatomia corporal também merece destaque, a falta de intimidade e da auto e heteromanipulação dos órgãos sexuais foi referida por 80% dos idosos, mesmo daqueles que estavam casados e mantinham atividade sexual regular, como corpos que não se tocam.

Corroborando com Vasconcelos et al. (2004) e Silva (2003) a experiência da Oficina de sexualidade para idosos revelou que a criação de espaços de discussão e informação sobre a sexualidade e o processo de envelhecimento pode contribuir significativamente para a mudança de comportamento com rebatimento positivo na vida dos atores envolvidos, contribuindo na melhoria da vivência da sexualidade e da qualidade de vida.

Neste cenário, a participação dos profissionais e discentes proporcionou um ambiente favorável à discussão dos temas que norteiam a sexualidade humana. A cada encontro os idosos iam adquirindo maior confiança e solicitavam que os mais jovens falassem de suas experiências. Ávidos em saber o posicionamento dos mais jovens em determinados assuntos os idosos os estimulavam constantemente. A troca de saberes entre as gerações foi o ponto culminante neste projeto, proporcionando novos significados a sexualidade e ao processo de envelhecimento.

A experiência extensionista despertou nos discentes a necessidade de uma maior aproximação com as questões do envelhecimento, propondo após o encerramento das

oficinas sua continuidade em outros grupos de idosos.

Considerações finais

Os idosos participantes das oficinas apresentaram nível baixo de conhecimento sobre sua sexualidade e em relação ao próprio corpo, bem como dos métodos de prevenção e tratamento das DSTs. Atribuem esse desconhecimento a uma educação rígida, “castadora”, onde falar de sexualidade ou de sexo era “pecado e proibido”. Contudo, revelaram motivação para a troca de novos saberes, tornando-se multiplicadores em seu lar e nos grupos que convivem. A presença dos alunos e dos profissionais de gerações diferentes motivou os idosos oportunizando a troca experiências. A aproximação dos discentes em práticas de pesquisa e extensão com idosos deve ser estimulada, a sexualidade pode ser abordada de uma forma mais simples desde que a metodologia utilizada seja construída com o próprio sujeito da ação. A criação de espaços de discussão sobre a sexualidade e o processo de envelhecimento pode ser uma prática extensionista nas universidades e nos grupos de convivência para pessoas idosas, contribuindo, desta forma, para uma maior apropriação do tema e da melhoria da qualidade de vida dos atores.

Referências

1. ÁBILA FILHO, J.(idealizador) Moderno Dicionário Enciclopédico Brasileiro. Curitiba: 7ª ed., Ed. Educacional Brasileira SA; 1983. p. 756-757.
2. ALMEIDA, T. ; LOURENÇO, M. L. Amor e sexualidade na velhice: direito nem sempre respeitado. Revista Brasileira de Ciências do Desenvolvimento Humano. Passo Fundo, v.5, n.1, p.130-140, jan./jun, 2008. Disponível em: <www.upf.br/seer/>. Acesso em: 20 nov. 2010.
3. ANDERSON, M.I.P. Saúde e condições de vida do idoso no Brasil. In: PRADO, S.D. (org.) Textos sobre envelhecimento. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, UERJ/UnATI, 1998, p.7-22. Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br>. Acesso em: 20 out. 2009.
4. BARBOSA, R. M.; PARKER, R. (orgs). Sexualidade pelo avesso: direitos, identidade e poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999.
5. BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, Ministério da Saúde/Vigilância Sanitária, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Brasília, 2010.
6. DAVIDOFF, L.L. Introdução à Psicologia. São Paulo, Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1983, p. 406-417.
7. FONSECA, M. F. S. M. ; BERESIN, R. Avaliação da função sexual de estudantes de graduação em Enfermagem. O Mundo da Saúde. São Paulo, v.32, n. 4, p. 430-436, 2008. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

8. GARRIDO, R; MENEZES, P. R. O Brasil está envelhecendo: boas e más notícias por uma perspectiva epidemiológica. *Rev. Bras. Psiquiatria*. São Paulo, v.24 (Supl. I), p. 3-6, 2002. doi: 10.1590/S1516-44462002000500002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2010.
9. GOFFMAN, E. Estigma. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 4. ed., 1982.
10. GOTT, M; HINCHLIFF, S.; GALENA, E. General practitioner attitudes to discussing sexual health issues with older people. *Social Sciences and Medicinem*, v. 58, n. 11, p. 2093-2103, 2004. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2010/v15n2/a88-90.pdf>>. Acesso em 04/01/2011.
11. KOLODNY, R.C; MASTERS, W.H & JOHNSON, V.E. Tratado de medicina sexual. Cuba, Edición Revolucionária, 1985, p. 1-21 e 77-86.
12. LAZZAROTTO, A, R et al. O conhecimento de HIV/aids na terceira idade: estudo epidemiológico no Vale do Sinos. Rio Grande do Sul, Brasil Ciênc. saúde coletiva vol.13 no.6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2008.
13. LAPLANCHE, J. Vocabulário de Psicanálise. São Paulo, 2 ed. Rio de Janeiro, Ed. Martins Fontes, 1992. p. 476.
14. LOPES, G.; TORRES, L. O .;MAIA, M. B. Sexualidade, envelhecimento e velhice. In: CANÇADO, F. A . X. Noções práticas de Geriatria e Gerontologia. Belo Horizonte: COOPMED: HEALTH CR Ltda, 1994, p. 399-411.
15. MATTIODA, D. D.; SILVESTRI, T. M. B.; BASTIANI, V.F.T. De. Sexualidade na Terceira Idade. In: Gerontologia Social: SENSU - Pós-graduação em Revista. Caxias do Sul: Ed. UCS, v1, n. 1, 1998. p. 227-245.
16. NOGUEIRA, S. P. Sexualidade da mulher na maturidade. São Paulo: Revista do Serviço Social do Comércio (SESC)., ano VI, n.11, 1996, p. 15-21.
17. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Plano de ação internacional contra o envelhecimento, 2002/Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2. edição, 2007. 84 p. (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).
18. PEREIRA, R.S.; CURIONI, C.C.; VERAS, R. Perfil demográfico da população idosa no Brasil e no Rio de Janeiro em 2002. *Textos Envelhecimento*, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.43-59, 2003. Disponível em: <<http://revista.unati.uerj.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2010.
19. RODRIGUES, R. A . P.; DIOGO, M. J. D.; BARROS, T. R.. O envelhecimento do ser humano. In: RODRIGUES, R. A . P. Como cuidar dos idosos. Campinas/SP: Ed. Papirus, 1996,. p. 11 - 16.

20. SILVA, Renata. M. O. A sexualidade no envelhecer: um estudo com idosos em reabilitação. *Rev ACTA FISIÁTRICA*. São Paulo, v.10, n.3, p.107-112, 2003. Disponível em: <www.actafisiatrica.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2011.
21. TERHORST, L. C.; CASTRO, O. P.; GUERRA, P. J. A sexualidade feminina na Terceira Idade. In: CASTRO, O. P. (org.). *Velhice que idade é essa?: uma construção psicossocial do envelhecimento*, 1998, p.101-120.
22. VASCONCELLOS, D. et al. A sexualidade no processo do envelhecimento: novas perspectivas - comparação transcultural. *Estudos de Psicologia*. Natal, v.9, n.3, p.413-419, 2004. ISSN 1413-294X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2010.
23. WAGNER, E.M. *Amor, sexo e morte no entardecer da vida*. São Paulo: Ed. Caieira, 1989.



PROEXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ISBN 85-415-0078-0

